Comunicação Interna 183/2024 Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral Mauá, 17 de junho de 2024.

Ao Gabinete da Controladoria-Geral do Município Sr. Controlador-Geral

Relatório de Auditoria - 1º Quadrimestre 2024

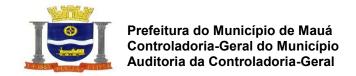
Com os meus cordiais cumprimentos, venho por meio desta Comunicação Interna apresentar o Relatório de Auditoria referente ao 1º Quadrimestre de 2024, para conhecimento dos pontos observados por esta Auditoria da Controladoria-Geral do Município.

O referido Relatório Quadrimestral apresenta as atividades realizadas pela Auditoria da Controladoria-Geral do Município no período compreendido entre 01/01/2024 e 30/04/2024 (1º Quadrimestre do exercício financeiro de 2024).

Em cumprimento aos artigos 68 a 88, anexo XXV da Lei Municipal nº 6.000, de 11 de novembro de 2022, este segue a consolidação de atividades desempenhadas por cada área do órgão central do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, conforme disciplinado na Lei supracitada.

A atividade desenvolvida pela Auditoria da Controladoria-Geral do Município caracteriza-se por quatro etapas: planejamento, execução, comunicação de resultados e monitoramento.





PLANO DE TRABALHO DA AUDITORIA DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Coordenação da elaboração do Plano de Trabalho da CGM para o exercício de 2024.

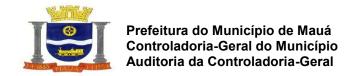
O Plano de Trabalho da CGM, documento que direciona os trabalhos a serem realizados pela Auditoria da Controladoria-Geral do Município, pela Divisão de Comissão Sindicante e Processante e, por meio de seus Núcleos: da Controladoria-Geral e Relações Institucionais da Controladoria-Geral, encontra-se atualmente em fase de elaboração e será submetido ao Controlador-Geral do Município para aprovação e posterior execução no exercício de 2024.

O aludido plano é composto tanto por ações diagnosticadas pela Auditoria quanto por atividades realizadas de forma rotineira pelas áreas da Controladoria-Geral. Importante registrar ainda que se trata de planejamento dinâmico, com a inclusão de novas ações, projetos ou até mesmo exclusões, a depender do surgimento de novas situações ou conjunturas que serão avaliadas mediante os requisitos de conveniência e oportunidade.

A através da CI nº 183/2024, a Auditoria da Controladoria-Geral apresenta seu **Plano de Trabalho – Exercício de 2024**, conforme segue abaixo:

> 1. Objetivos:

- ✓ Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA) e a execução dos Planos e Políticas de Governo;
- ✓ Verificar a adequação da Lei Orçamentária Anual (LOA) ao PPA e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- ✓ Monitorar a execução orçamentária e a eficácia das medidas adotadas para equilibrar receitas e despesas;
 - ✓ Assegurar a legalidade e adequação das modificações orçamentárias;
 - ✓ Acompanhar a aplicação dos recursos transferidos às entidades do Terceiro Setor e os convênios firmados pelo município;
 - ✓ Avaliar anualmente a legalidade e regularidade das obras em execução e finalizadas;
 - ✓ Verificar a execução da despesa pública e a regularidade das licitações e contratos;
 - ✓ Monitorar as movimentações patrimoniais e o controle das Operações de Crédito;
 - ✓ Garantir a transparência da gestão municipal e a correta destinação dos recursos.



> 2. Metodologia

A metodologia adotada para a Auditoria do Controle Interno Municipal será dividida nas sequintes fases:

> 2.1. Planejamento

Definição das áreas e processos a serem auditados. Elaboração do cronograma de auditoria anual, contemplando todas as áreas mencionadas na legislação. Elencar a equipe de servidores da auditoria e definição de suas atribuições específicas.

> 2.2. Execução

Realização de auditorias conforme o cronograma, utilizando técnicas de amostragem, entrevistas, análise documental e inspeções in loco. Coleta e análise de dados financeiros, contábeis, operacionais e patrimoniais. Identificação de riscos e avaliação da eficácia dos controles internos existentes. Acompanhamento contínuo das ações corretivas implementadas.

> 2.3. Relatórios e Comunicação

Emissão de relatórios periódicos às áreas com conclusões das auditorias realizadas. Comunicação dos achados e recomendações ao Chefe do Poder Executivo (meio do Gabinete do Controlador-Geral) e demais órgãos competentes. Arquivamento das análises e documentação de suporte para futuras consultas.

> 3. Atividades Específicas

3.1. Avaliação das Metas do PPA

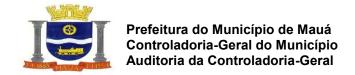
Revisar e comparar as metas estabelecidas no PPA com as realizações anuais; Emitir relatórios de conformidade e eficácia na execução dos planos de governo.

3.2. Adequação da LOA ao PPA e LDO

Analisar a compatibilidade da LOA com os objetivos estabelecidos no PPA e LDO. Emitir pareceres técnicos sobre a adequação orçamentária.

❖ 3.3. Monitoramento da Execução Orçamentária

Avaliar bimestralmente a receita prevista e arrecadada. Sugerir medidas para otimizar a arrecadação e controlar despesas.



❖ 3.4. Controle de Modificações Orçamentárias

Verificar a legalidade e adequação das alterações orçamentárias ao PPA e LDO.

3.5. Aplicação de Recursos a Entidades do Terceiro Setor

Acompanhar a transferência de recursos e a prestação de contas das entidades beneficiadas.

❖ 3.6. Fiscalização de Convênios

Monitorar a execução dos convênios firmados e avaliar a prestação de contas.

❖ 3.7. Avaliação de Obras Públicas

Realizar auditorias anuais nas obras em execução e finalizadas, verificando legalidade e regularidade.

3.8. Verificação da Execução da Despesa

Examinar todas as fases de execução da despesa, incluindo licitações e contratos.

❖ 3.9. Movimentações Patrimoniais

Controlar e avaliar todas as movimentações de bens patrimoniais.

❖ 3.10. Operações de Crédito e Dívidas

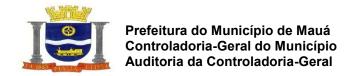
Fiscalizar operações de crédito, avais e garantias, bem como o controle da dívida municipal.

> 4. Monitoramento e Avaliação

Realizar avaliações periódicas para monitorar a eficácia das ações de controle interno. Implementar um sistema de feedback contínuo para aprimorar os processos e técnicas de auditoria.

> 5. Recursos Necessários

Formação contínua e capacitação da equipe de auditoria. Ferramentas e plataformas tecnológicas para apoio na coleta e análise de dados. Acesso a todas as informações e documentos necessários para a realização das auditorias.



> 6. Conclusão

Este plano de trabalho visa garantir que a Auditoria da Controladoria-Geral do Município atue de forma eficiente e eficaz, conforme as atribuições definidas pela legislação vigente.

A implementação deste plano contribuirá para a transparência, legalidade e eficiência da Administração Pública Municipal, prevenindo irregularidades e promovendo a boa gestão dos recursos públicos.

1. AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PPA

Com base em análise legal conjunta às Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, artigo 66. I¹, e Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º², § 4º, a Auditoria da Controladoria-Geral do Município apresentará, no 1º Quadrimestre de 2024, as informações acerca do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.

1.2. AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA LOA AO PPA E À LDO E AO PPA

Resultado Nominal

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo no final do exercício anterior ao de referência.

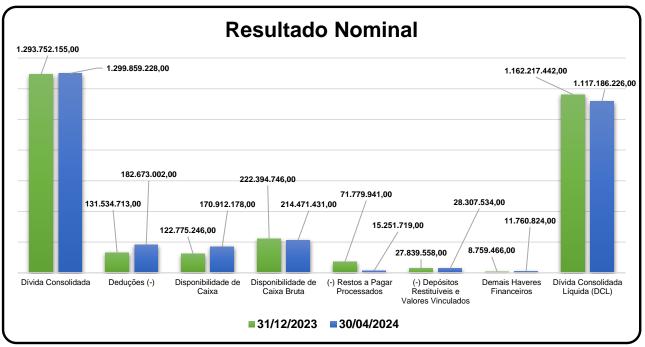
Art. 66. O(s) responsável(eis) pelos controles internos dos Poderes, Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º destas Instruções, a mando dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim do art. 35 da Constituição Estadual, do artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal e também do artigo 38, parágrafo único, da Lei Orgânica desta Corte, manterão arquivados na origem todos os relatórios e pareceres exarados no cumprimento das funções constitucionais e legais atribuídas ao controle interno, quais sejam:

I - avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados;

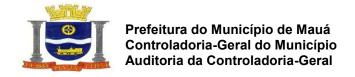
² Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. § 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada Quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.



Resultado Nominal							
		31/12/2023		30/04/2024			
Dívida Consolidada	R\$	1.293.752.155,00	R\$ ′	1.299.859.228,00			
Deduções (-)	R\$	131.534.713,00	R\$	182.673.002,00			
Disponibilidade de Caixa	R\$	122.775.246,00	R\$	170.912.178,00			
Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$	222.394.746,00	R\$	214.471.431,00			
(-) Restos a Pagar Processados	R\$	71.779.941,00	R\$	15.251.719,00			
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$	27.839.558,00	R\$	28.307.534,00			
Demais Haveres Financeiros	R\$	8.759.466,00	R\$	11.760.824,00			
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	R\$	1.162.217.442,00	R\$	1.117.186.226,00			
Resultado Nominal (DCL 2023 (-) DCL 2024)			R\$	45.031.216,00			
Meta Estipulada na LDO			(R\$	5.137.714,00)			



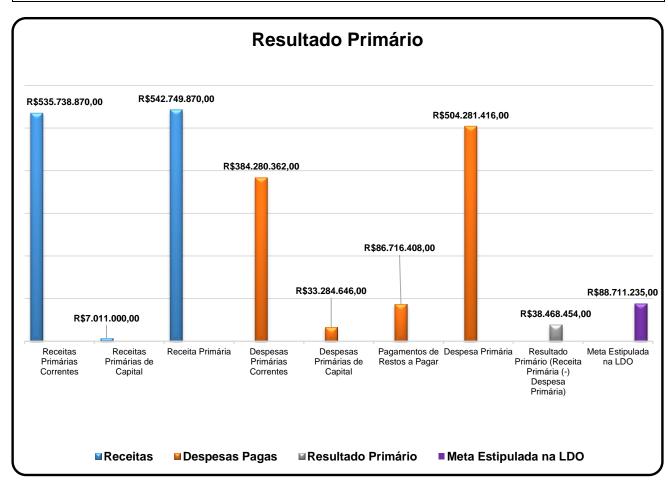


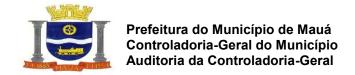


> Resultado Primário

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Resultado Primário					
Receitas					
Receitas Primárias Correntes	R\$ 535.738.870,00				
Receitas Primárias de Capital	R\$ 7.011.000,00				
Receita Primária	R\$ 542.749.870,00				
Despesas Pagas					
Despesas Primárias Correntes	R\$ 384.280.362,00				
Despesas Primárias de Capital	R\$ 33.284.646,00				
Pagamentos de Restos a Pagar de Despesas Primárias	R\$ 86.716.408,00				
Despesa Primária	R\$ 504.281.416,00				
Resultado Primário (Receita Primária (-) Despesa Primária)	R\$ 38.468.454,00				
Meta Estipulada na LDO	R\$ 88.711.235,00				





1.3. REGULARIDADE E EFICÁCIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO

Com base em análise legal conjunta às Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, artigo 66. I³, e Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º, § 4⁴, a Controladoria-Geral do Município apresentará durante o exercício de 2024 o cumprimento das metas fiscais de cada Quadrimestre logo após a exposição, por parte da Secretaria de Finanças do Município, à Casa Legislativa.

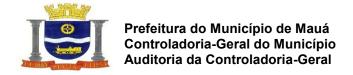
1.4. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: Quanto ao Resultado Nominal, observa-se que, do exercício anterior para o 1º Quadrimestre de 2024, houve um aumento de R\$ 6.107.073,00 da Dívida Consolidada. Já no Resultado Primário, destacamos o resultado favorável no importe de R\$ 38.468.454,00. Diante do exposto, nota-se um resultado favorável dos itens avaliados, demonstrando compatibilidade da metas.

³ Art. 66. O(s) responsável(eis) pelos controles internos dos Poderes, Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º destas Instruções, a mando dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim do art. 35 da Constituição Estadual, do artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal e também do artigo 38, parágrafo único, da Lei Orgânica desta Corte, manterão arquivados na origem todos os relatórios e pareceres exarados no cumprimento das funções constitucionais e legais atribuídas ao controle interno, quais sejam:

I - avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados;

⁴ Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. § 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada Quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

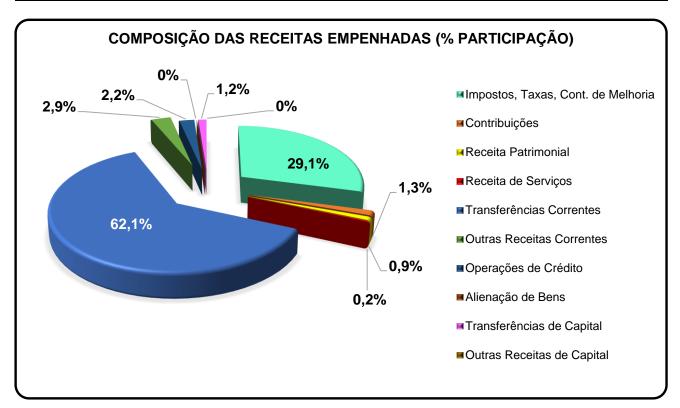


2. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Quanto à execução Orçamentária e Financeira, referente ao 1º Quadrimestre de 2024, a Auditoria da Controladoria-Geral do Município atesta que, conforme Balanço Orçamentário apresentado pela Secretaria de Finanças, a Municipalidade encontra-se com situação favorável, conforme resultados abaixo.

Receitas

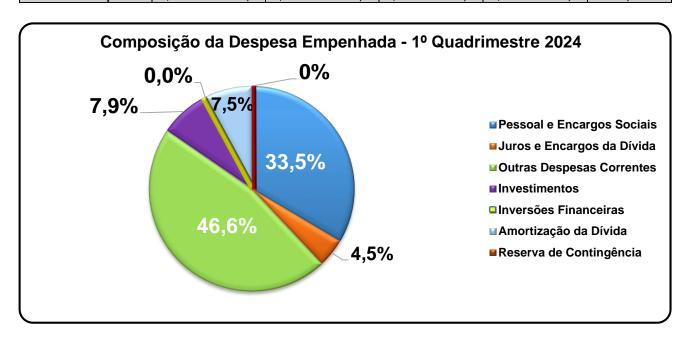
Receitas – 1º Quadrimestre/2024								
	Previstas Realizadas		% Realizada	ada Diferença		Participação %		
Receitas Correntes	R\$	1.631.765.467,00	R\$	538.236.416,00	33,0%	(R\$ ⁻	1.093.529.051,00)	96,5%
Impostos, Taxas, Contr. Melhoria	R\$	444.478.000,00	R\$	162.329.482,00	36,5%	(R\$	282.148.518,00)	29,1%
Contribuições	R\$	22.473.000,00	R\$	7.297.567,00	32,5%	(R\$	15.175.433,00)	1,3%
Receita Patrimonial	R\$	31.061.000,00	R\$	5.155.425,00	16,3%	(R\$	26.445.575,00)	0,9%
Receita de Serviços	R\$	3.048.000,00	R\$	1.085.507,00	35,6%	(R\$	1.962.493,00)	0,2%
Transferências Correntes	R\$	1.072.887.967,00	R\$	346.245.464,00	32,3%	(R\$	726.642.503,00)	62,1%
Outras Receitas Correntes	R\$	57.277.500,00	R\$	16.122.971,00	28,1%	(R\$	41.154.529,00)	2,9%
Receitas de Capital	R\$	255.472.583,00	R\$	19.362.198,00	7,6%	(R\$	236.110.384,00)	3,5%
Operações de Crédito	R\$	91.000.000,00	R\$	12.351.198,00	13,6%	(R\$	78.648.802,00)	2,2%
Alienação de Bens	R\$	3.400.000,00	R\$	45.976,00	1,4%	(R\$	3.354.024,00)	0,0%
Transferências de Capital	R\$	161.055.583,00	R\$	6.958.633,00	4,3%	(R\$	154.096.950,00)	1,2%
Outras Receitas de Capital	R\$	17.000,00	R\$	6.391,00	37,6%	(R\$	10.609,00)	0,0%
Total das Receitas	R\$	1.887.238.050,00	R\$	557.598.615,00	29,5%	(R\$ ⁻	1.329.639.435,00)	100%





Despesas

Despesas – 1º Quadrimestre/2024									
		Dot. Atual		Empenhadas		Liquidadas		Pagas	% Liquidadas
Despesas Correntes	R\$	1.432.535.429,00	R\$	1.081.926.573,00	R\$	444.587.920,00	R\$	393.128.680,00	84,6%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	582.614.670,00	R\$	581.920.245,00	R\$	176.327.652,00	R\$	167.937.009,00	33,5%
Juros e Encargos da Dívida	R\$	71.544.000,00	R\$	50.057.751,00	R\$	23.529.007,00	R\$	23.529.007,00	4,5%
Outras Despesas Correntes	R\$	778.376.759,00	R\$	449.948.576,00	R\$	244.731.261,00	R\$	201.662.664,00	46,6%
Despesas de Capital	R\$	443.425.542,00	R\$	182.104.469,00	R\$	81.085.891,00	R\$	71.173.910,00	15,4%
Investimentos	R\$	325.924.142,00	R\$	110.200.151,00	R\$	41.554.610,00	R\$	32.676.191,00	7,9%
Inversões Financeiras	R\$	1.001.000,00	R\$	412.185,00	R\$	149.047,00	R\$	149.047,00	0,0%
Amortização da Dívida	R\$	116.500.400,00	R\$	71.492.133,00	R\$	39.382.233,00	R\$	38.348.671,00	7,5%
Reserva de Contingência	R\$	7.000.000,00							0,0%
Total das Despesas	R\$ ^	1.882.960.971,00	R\$	1.264.031.041,00	R\$	525.673.811,00	R\$	464.302.590,00	27,9%

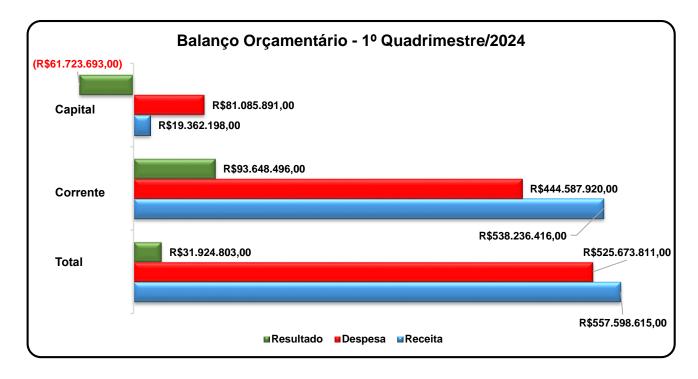


2.1. AUDITORIA ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

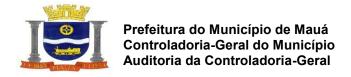
A Auditoria analisa, através de processo analítico, a situação legal, fiscal e financeira em relação à Gestão Municipal. Por meio dela, atesta-se que os demonstrativos, balanços e todos os documentos fiscais são condizentes com a realidade do órgão Municipal.

> Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário						
Correntes Capital Total						
Receitas	R\$ 538.236.416,00	R\$ 19.362.198,00	R\$ 557.598.615,00			
Despesas	R\$ 444.587.920,00	R\$ 81.085.891,00	R\$ 525.673.811,00			
Resultado	R\$ 93.648.496,00	(R\$ 61.723.693,00)	R\$ 31.924.803,00			

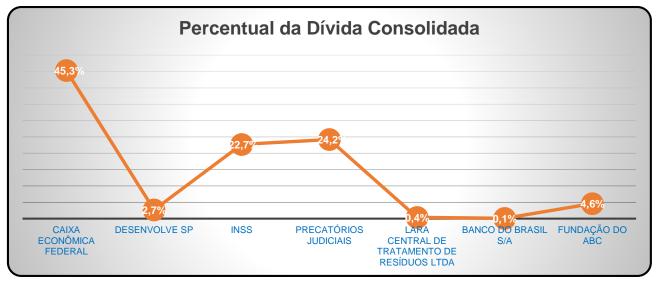


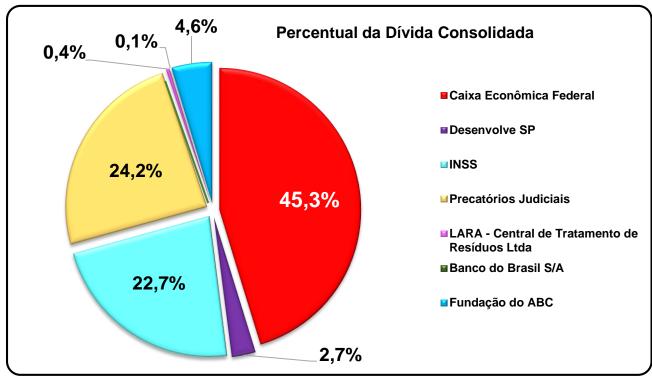
<u>Obs.</u>: O balanço não inclui duodécimos transferidos à Câmara Municipal de Mauá no valor de R\$ 15.560.000,00 (quinze milhões, quinhentos e sessenta mil reais) e as transferências financeiras feitas à Autarquia Municipal Saneamento Básico do Município de Mauá - SAMA no valor de R\$ 1.412.128,68 (hum milhão, quatrocentos e doze mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos).

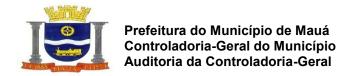


> Dívida Consolidada

Valores da Dívida Consolidada							
Caixa Econômica Federal	R\$ 576.825.629,00	45,3%					
Desenvolve SP	R\$ 34.592.036,00	2,7%					
Instituto de Previdência Social – INSS	R\$ 288.899.754,00	22,7%					
Precatórios Judiciários	R\$ 308.576.927,00	24,2%					
Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda	R\$ 5.555.239,00	0,4%					
Banco do Brasil S/A	R\$ 789.183,00	0,1%					
Fundação do ABC	R\$ 58.913.037,00	4,6%					
Total	R\$ 1.274.151.804	1,00					
Receita Arrecadada no Período R\$ 557.598.615,							
% Em Relação à Receita Arrecadada	228,5%						





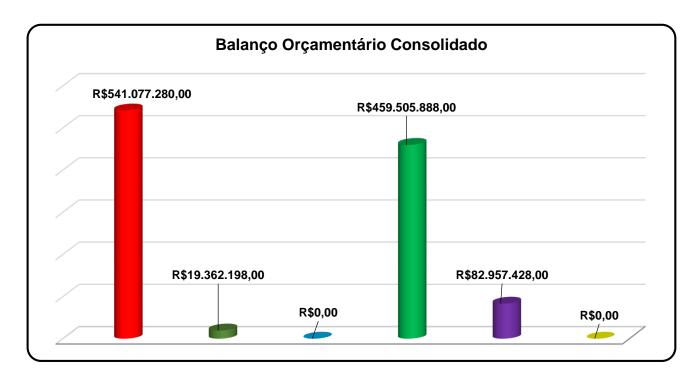


> Balanço Orçamentário Consolidado

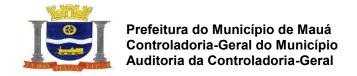
Definido na Lei nº 4.320/645, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Este balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal de forma bem mais detalhada.

Balanço Orçamentário Consolidado						
Receitas Correntes	R\$ 541.077.280,00					
Receitas de Capital	R\$ 19.362.198,00					
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00					
Total de Receitas	R\$ 560.439.478,00					
Despesas Correntes	R\$ 459.505.888,00					
Despesas de Capital	R\$ 82.957.428,00					
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00					
Total de Despesas	R\$ 542.463.315,00					
Resultado	R\$ 17.976.163,00					

3,21%



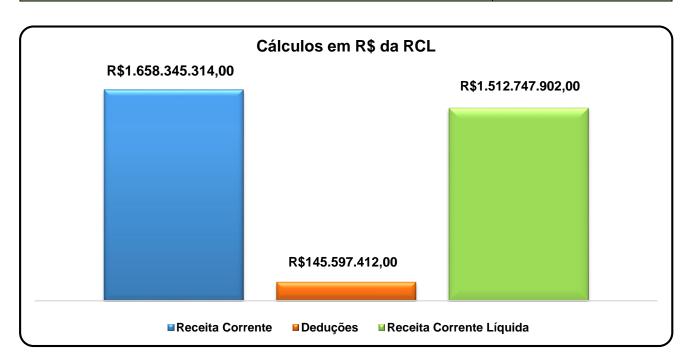
As receitas e despesas são informadas em tempo real no Portal da Transparência do Município, https://www.maua.sp.gov.br/portaltransparencia/, atendendo ao art. 48-a da Lei de Responsabilidade Fiscal.

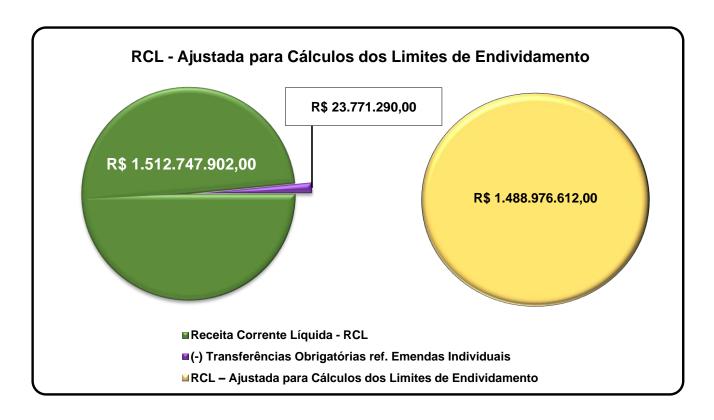


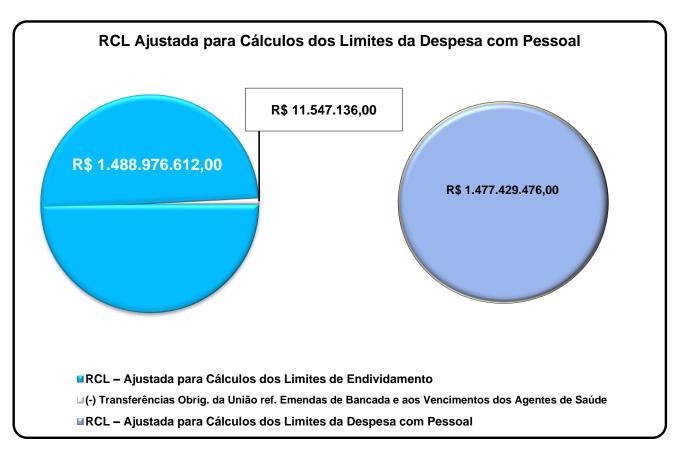
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

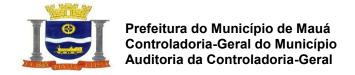
O quadro abaixo apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL, apurada nos últimos 12 meses, e parametriza os limites da despesa total com pessoal, da dívida pública e das operações de crédito.

Receita Corrente Líquida						
Receitas Correntes	R\$	1.658.345.314,00				
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuuições de Melhorias	R\$	397.067.248,00				
Receita de Contribuições	R\$	21.428.254,00				
Receita Patrimonial	R\$	27.721.484,00				
Receita Serviços	R\$	3.682.326,00				
Transferências Correntes	R\$	1.159.431.666,00				
Outras Receitas Correntes	R\$	49.014.336,00				
Deduções	R\$	145.597.412,00				
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	R\$	145.597.412,00				
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$	1.512.747.902,00				
(-) Transferências Obrigatórias ref. Emendas Individuais	R\$	23.771.290,00				
RCL – Ajustada para Cálculos dos Limites de Endividamento	R\$	1.488.976.612,00				
(-) Transferências Obrig. da União relativas às Emendas de Bancada (CF, art. 166, § 16)	R\$	1.500.000,00				
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	R\$	10.047.136,00				
RCL – Ajustada para Cálculos dos Limites da Despesa com Pessoal	R\$	1.477.429.476,00				







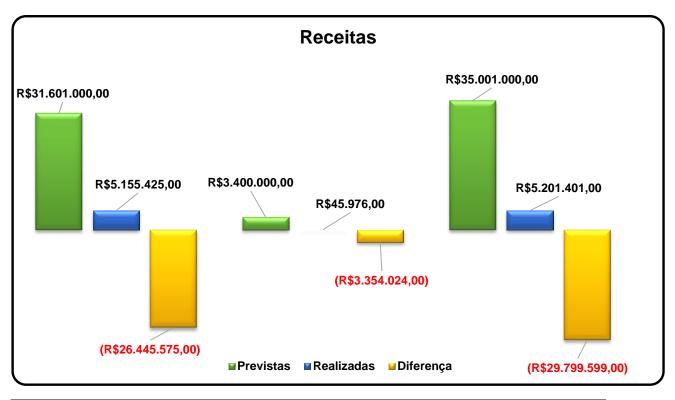


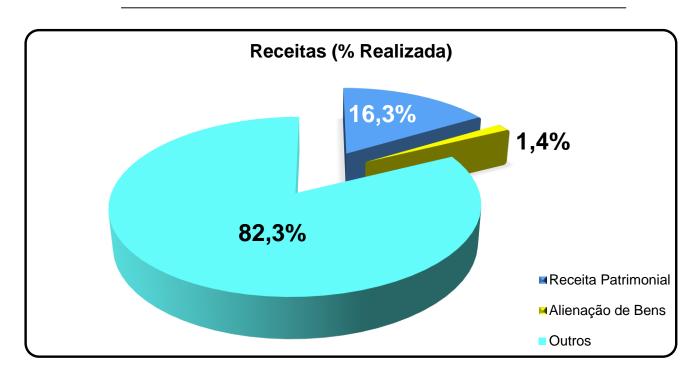
2.2. AUDITORIA PATRIMONIAL

O controle patrimonial consiste em ações que asseguram, por meio de registros e relatórios, a coleta de dados relativos à identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, desde a sua primeira inclusão no patrimônio, até a sua baixa final. A atividade de controle patrimonial, que deverá ser exercida pela Seção de Patrimônio, permite a esta funcionar como um centro de informações dos bens físicos. O controle atualiza os dados de registro e mantém o cadastro geral dos bens organizado e otimizado.

Pelo controle, analisa-se o passado e o presente, bem como se estabelecem bases de ação para o futuro. Por meio do controle, planejam-se as inspeções periódicas, a fixação de chapas de tombamento dos bens móveis e fiscaliza-se toda a movimentação dos bens ao longo de sua vida útil. A eficácia do controle dos bens móveis depende, fundamentalmente, da implantação e da manutenção sistemática de registros administrativos e contábeis. A Controladoria-Geral do Município realiza o acompanhamento da execução patrimonial através de verificação, orientação e correição, por amostragem ou controle *in loco*, e os resultados serão apostos nos relatórios quadrimestrais.

Receitas							
Previstas Realizadas Realizado % Diferença Participação %							
Receita Patrimonial	R\$ 31.601.000,00	R\$ 5.155.425,00	16,3	(R\$ 26.445.575,00)	0,9		
Alienação de Bens	R\$ 3.400.000,00	R\$ 45.976,00	1,4	(R\$ 3.354.024,00)	0,0		
Total das Receitas	R\$ 35.001.000,00	R\$ 5.201.401,00		(R\$ 29.799.599,00)			



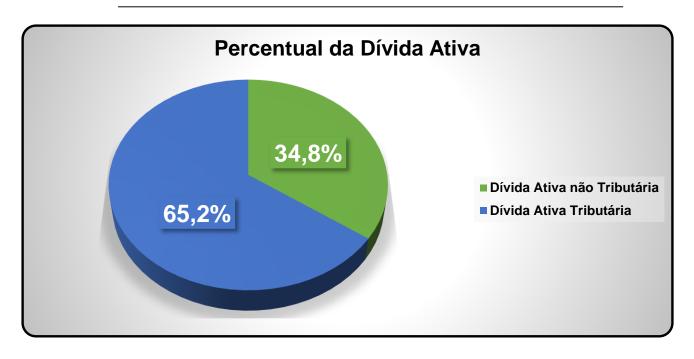


3. DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa é composta por créditos tributários, provenientes do não pagamento de tributos e respectivos adicionais e multas, e de créditos não tributários da Fazenda Pública que, após esgotado o prazo final para pagamento fixado pela lei ou por decisão final em processo administrativo regular, são remetidos à Procuradoria do Estado para inscrição e cobrança, inicialmente amigável e, após, judicial.

Assim sendo, a Prefeitura Municipal de Mauá através da Secretaria de Finanças, tem como um de seus objetivos promover a cobrança amigável da dívida ativa, desenvolvendo um planejamento eficaz e orientando a política econômica, financeira e fiscal do Governo Municipal.

Valores da Dívida Ativa						
Dívida Ativa Tributária	R\$ 2.623.544.656,00	65,2%				
(-) Ajustes Perdas Dívida Ativa Tributária	(R\$ 168.583.589,00)					
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 1.358.189.047,00	34,8%				
(-) Ajustes Perdas Dívida Ativa Não Tributária	(R\$ 49.349.561,00)					
Total da Dívida Ativa	R\$ 3.763.800.554,00					
Receita Arrecadatória no Período	R\$ 557.598.615,00					
% em Relação à Receita Arrecadatória	675,0%					



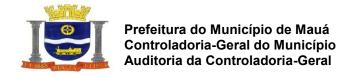
3.1. ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA EM RELAÇÃO À ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DO ANO ANTERIOR

Conforme informado em relatórios anteriores, a contabilização da Dívida Ativa está passando por processo de mudanças e atualizações quanto ao método e implantações de sistemas para melhor acompanhamento.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A apuração da DCL assegura a transparência das obrigações contraídas e verifica os limites de endividamento previstos na legislação pertinente.

Comprometimento da Receita Corrente Líquida com a Dívida					
Dívida Consolidada (DC)	R\$ 1.299.859.228,00				
Financiamentos	R\$ 612.206.848,00				
Parcelamentos Previdenciários	R\$ 288.899.754,00				
Parcelamentos com Instituições não Financeiras	R\$ 64.468.276,00				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 – vencidos e não pagos	R\$ 334.284.351,00				
Deduções (-)	R\$ 182.673.002,00				
Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 214.471.431,00				
(-) Restos a Pagar Processados	R\$ 15.251.719,00				
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 28.307.534,00				
(+) Demais haveres financeiros	R\$ 11.760.824,00				
Dívida Consolidada Líquida – DCL	R\$ 1.117.186.226,00				
RCL Ajustada p/ Limites de Endividamento	R\$ 1.488.976.612,00				
% da DC sobre a RCL Ajustada	87,30%				
% da DCL sobre a RCL Ajustada	75,03%				
LIMITE LEGAL	120,00%				



3.3. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: o comprometimento da Receita Corrente Líquida com a Dívida, não ultrapassou o limite legal.

4. RESTOS A PAGAR

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

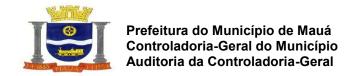
O demonstrativo abaixo possibilita o acompanhamento efetivo dos Restos a Pagar (*inscritos até 2023*) por meio da demonstração de valores inscritos, pagos e a pagar.

Demonstrativo dos Restos a Pagar								
Poder	Inscritos até 2023	Pagos	Cancelados	Saldo				
Legislativo	R\$ 5.955.327,00	R\$ 4.200.037,00	R\$ 0,00	R\$ 1.755.290,00				
Executivo	R\$ 105.719.004,00	R\$ 83.775.916,00	R\$ 381.585,00	R\$ 21.561.504,00				
Total	R\$ 111.674.331,00	R\$ 87.975.953,00	R\$ 381.585,00	R\$ 23.316.793,00				



4.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: decidimos favoravelmente em relação ao saldo apresentado no 1º Quadrimestre de 2024.



5. LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1. LICITAÇÕES

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: mediante as informações apresentadas pelo Núcleo da Controladoria-Geral do Município, através da através da Comunicação Interna nº 51/2024 <u>doc. 65</u>, identificamos que não houve nenhuma publicação, para o período, de licitações, sendo elas iniciais, de andamento, concluídas, encerradas ou canceladas para o período.

5.2. CONTRATOS

	CONTRATOS 1º QUADRIMESTRE 2024							
	Nº/ANO	OBJETO	CONTRATADO	VALOR	ADITIVOS	TIPO DE CONTRATAÇÃO (fundamentação legal, tipo de licitação)	SECRETARIA GESTORA	
1	01/24	Locação de imóvel situado na Rua General Osório nº 75 - Vila Bocaina - Mauá - SP, destinado às instalações da Delegacia sede e da Delegacia da Mulher.	Naedes Administração de Bens Próprios Ltda	R\$ 2.460.000,00	Não houve	Inexigibilidade de Licitação Art. 74 Inc. V Lei 14.133/2021	Segurança Pública	
2	01/24	Contratação de empresa para fornecimento de materiais gráficos para suprir a demanda do Centro Público de Trabalho e Renda, vinculado à Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo.	Gráfica e Encadernadora Assis Brasil Ltda	R\$ 17.595,00	Não houve	Dispensa de Licitação Art. 24, Inc. II Lei 8666/93	Trabalho e Renda	
3	011/24	Aquisição de equipamentos de controle de acesso (catracas eletrônicas) com leitor de cartão por proximidade e biometria, acompanhados de duas botoeiras	Telemática Sistema Inteligentes Ltda	R\$ 82.899,60	Não houve	PE 098/23	Administração	
4	012/24	Serv. de Manutenção Preventiva e corretiva em bebedouros, filtros e purificadores e torneiras com filtro para a Secr. de Educação	Amb Tec Imunização Ltda EPP	R\$ 82.900,00	Não houve	PE 104/23	Educação	
5	013/24	Fornecimento de equipamentos diversos para atendimento a unidades de saúde do município de Mauá.	TK Produtos e Equipamentos Médicos Ltda - ME	R\$ 5.642,00	Não houve	PE 093/23	Saúde	
6	014/24	Fornecimento de equipamentos diversos para atendimento a unidades de saúde do município de Mauá.	Audiservice - Assistência de Aparelhos Auditivos Ltda - EPP	R\$ 38.500,00	Não houve	PE 093/23	Saúde	
7	016/24	Prest. de Serv. de Com. E Divulgação – Impressão de revistas/ livros	AS Indústria Gráfica Ltda	R\$ 20.500,00	Não houve	PE 112-23	Desenvolvimento Econômico	
8	017/24	Serv. de manut. de áreas verdes comp. mão de obra, materiais e equip, para exec. de roçagem, capina, poda e supressão de árvores em praças, canteiros, equip. e logradouros	Amazônia Ambiental - Conservação, Serviços e Construções Ltda - EPP	R\$ 12.650.000,00	Não houve	PP 005/23	Serviços Urbanos	
9	018/24	Reforma da passarela central.	LDL Comercial Ltda - ME	R\$ 779.222,62	Não houve	Concorrência Pública 014/23	Obras	
10	019 /24	Reforma e adaptações no Centro Público de Economia Solidária – Jd. Sônia Maria.	LDL Comercial Ltda - ME	R\$ 390.051,91	Não houve	Tomada de Preços 003/23	Trabalho e Renda	
11	02/24	Locação de imóvel situado na Rua Campos Sales nº 289, Vila Bocaina, Mauá, SP - CEP: 09310-040, para instalação da Sede da Secretaria de Assistência Social.	CL2 Empreendimentos e Participações Societárias Ltda	R\$ 401.160,00	Não houve	Inexigibilidade de Licitação Art. 74 Inc. V Lei 14.133/2021	Assistência Social	
12	02/24	Aquisição de instrumentos necessários para a realização do projeto batucaps.	Musical Perin Santo André Ltda.	R\$ 10.265,18	Não houve	Dispensa de Licitação Art. 24, Inc. II Lei 8666/93	Saúde	
13	020 /24	Execução de Duas Pontes de Pedestre no Córrego Corumbé – Acesso pela Rua Guilherme Polydoro	LDL Comercial Ltda – ME	R\$ 290.051,15	Não houve	Concorrência Pública 017/23	Obras	
14	022 /24	Fornecer uniformes para o Serviço SAMU Regional De Mauá /192	Riolli & Lima Uniformes Ltda	R\$ 116.924,00	Não houve	PE 068/23	Saúde	
15	023 /24	Fornecer uniformes para o Serviço SAMU Regional De Mauá /192	Vértice Comércio De Roupas e Acessórios Ltda- EPP	R\$ 65.500,00	Não houve	PE 068/23	Saúde	
16	024 /24	Fornecer uniformes para o Serviço SAMU Regional De Mauá /192	CCA Soluções Ltda	R\$ 146.720,00	Não houve	PE 068/23	Saúde	
17	025 /24	Fornecer uniformes para o Serviço SAMU Regional De Mauá /192	Volcano Indústria e Comércio Ltda.	R\$ 65.500,00	Não houve	PE 068/23	Saúde	
18	026 /24	Fornecer uniformes para o Serviço SAMU Regional De Mauá /192	Quatro Por Quatro Comercial Ltda. – ME	R\$ 17.698,00	Não houve	PE 068/23	Saúde	
19	027/24	Serv. de Manut. Preventiva e corretiva da rede de gases medicinais e compressor de ar medicinal	KIM Ltda – ME	R\$ 229.836,00	Não houve	PE 110/23	Saúde	
20	028/24	Serviços de abastecimento na implementação de sistema integrado de cartão magnético e gerenciamento de Rede credenciada para abastecimento de combustíveis dos veículos,	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	R\$ 2.733.800,60 - Taxa Administrativa: - 5,00%	Não houve	PE 071/23	Serviços Urbanos	



21	029/24	Serv. de radiografias panorâmicas (sem Laudo) e tomografias	Imaxx Radiologia	R\$ 109.401,00	Não houve	PE 109/23	Saúde
	020/24	odontológicas	Odontológica Ltda ME ABASC -	Αψ 100.401,00	14do Houve	Inexigibilidade de	Caaac
22	03/24	Celebração de parceria destinada à execução do Serviço Socioassistencial de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - Modalidade Casa Lar.	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ACAO SOCIAL CRISTA	R\$ 1.600.200,00	Não houve	Licitação Lei 14.133/2021, Art. 74, Caput	Assistência Social
23	03/24	Aquisição de insumos/ferramentas para revitalização de praças do município.	Arigoni Comercio E Ornamentação Ltda	R\$ 16.749,40	Não houve	Dispensa de Licitação Art. 24, Inc. II Lei 8666/93	Meio Ambiente
24	030/24	Locação de imóvel situado na Rua General Osório nº 75 – Vila Bocaína - Mauá – SP, destinado às instalações da Delegacia sede e da Delegacia da Mulher.	Naedes Administração de Bens Próprios Ltda	R\$ 2.640.000,00	Não houve	Inexigibilidade de Licitação nº 01/24 – Art. 74, V – Locação	Segurança Pública
25	037/24	Locação de imóvel situado na Rua Campos Sales nº 289 – Vila Bocaina – Mauá – SP - CEP: 09310-040, para instalação da Sede da Secretaria de Assistência Social.	CL2 Empreendimentos e Participações Societárias Ltda	R\$ 401.160,00	Não houve	Inexigibilidade de Licitação nº 02/24 – Art. 74, V – Locação	Assistência Social
26	038/24	Serviço de implementação do planejamento estratégico técnico operativo da (PNAS/SUAS), através de plataforma de modelagem e automação integrados à gestão do SUAS.	GPK Inteligência em Negócios Ltda - ME	R\$ 904.587,32	Não houve	PE 161/23	Assistência Social
27	039/24	Aquis. De equipamentos para a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres	Aluban Service Ltda	R\$ 3.000,00	Não houve	PE 163/23	Políticas Públicas M.
28	04/24	Aquisição de repelentes para proteção dos servidores públicos que atuam na campanha contra a Dengue.	Medicall Farma Distribuidora De Produtos E Serviços Para Saúde Ltda	R\$ 49.025,00	Não houve	Dispensa de Licitação Art. 75, Inc. VIII Lei 14.133/2021	Saúde
29	040/24	Aquisição de veículos de passeio para atender o SAD (Serviço de Atendimento Domiciliar) – proveniente de Emenda Parlamentar nº 138488590001230001/2023.	Camminare Máquinas e Empreendimentos Ltda - EPP	R\$ 160.000,00	Não houve	PE 159/23	Saúde
30	041/24	Gerenciamento eletrônico de documentos, com prestação de serviços técnicos de digitalização e indexação de processos, organização arquivística, apoio na elaboração / revisão	G4 Soluções em Gestão da Informação Ltda	R\$ 18.000.000,00	Não houve	PE 157/23	Governo
31	042/24	Aquisição de repelentes para proteção dos servidores públicos que atuam na campanha contra a Dengue.	Medicall Farma Distribuidora de Produtos e Serviços Para Saúde Ltda	R\$ 49.025,00	Não houve	Dispensa de Licitação nº 04/24 – Art. 75, VIII – Emergencial	Saúde
32	043/24	Contratação de pessoal para campanha de combate à Dengue e Chikungunya.	Associação Interação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social	R\$ 284.292,30	Não houve	Dispensa de Licitação nº 05/24 – Art. 75, VIII – Emergencial	Saúde
33	045/24	Execução de qualificação viária, drenagem e contenção de encostas nas ruas Antonietta Dell' Antônia, Vereador Alberto Ratti, Lindo de Godoi, Dr. Vicente de Carvalho Bruno, La Paz,	Consórcio Paulista - Resolute - EPT - Qualificação Viária	R\$ 5.053.621,58	Não houve	Concorrência Pública 018/23	Obras
34	047/24	Aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado para as UPAS Vila Magini e Vila Assis.	Rednov Ferramentas Ltda – EPP	R\$ 26.078,64	Não houve	PE 124/23	Saúde
35	05/24	Contratação de pessoal para campanha de combate à dengue e chikungunya.	Associação Interação Para A Promoção Da Saúde E Desenvolvimento Social	R\$ 284.292,30	Não houve	Dispensa de Licitação Art. 75, Inc. VIII Lei 14.133/2021	Saúde
36	06/24	Prestação de serviço de confecção e instalação de faixas visando a campanha de combate à Dengue.	Magic Arts Comunicação Visual Ltda - Me	R\$ 19.000,00	Não houve	Dispensa de Licitação Art. 75, Inc. VIII Lei 14.133/2021	Saúde

DADOS ATUALIZADOS ATÉ 30/04/2024

	TERCEIRO SETOR 1º QUADRIMESTRE 2024								
	Nº/ANO	ОВЈЕТО	CONTRATADO	VALOR	ADITIVOS	TIPO DE CONTRATAÇÃO (fundamentação legal, tipo de licitação)	SECRETARIA GESTORA		
1	001/24	Serv. de Convivência e Fortalecimento de vínculos da proteção Social Básica	Nova Era Novos Tempos	R\$ 150.330,00	Não houve	Lei Federal nº 13.019/14	Ass. Social		
2	002/24	Proteção social para pessoas com deficiência e suas famílias - deficiência Intelectual	Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Mauá – APAE	R\$ 86.606,52	Não houve	Lei Federal nº 13.019/14	Ass. Social		
3	003/24	Acolhimento para crianças e adolescentes – Proteção social especial de Alta Complexidade	Lar do Menor – Sol da Esperança	R\$ 2.200.167,64	1ºAditamento	Lei Federal nº 13.019/14	Ass. Social		
4	004/24	Acolhimento para idosos – ILPI Proteção social especial de Alta Complexidade	Instituto de Incentivo à Vida – Casa de Acolhida Isabel Soler	R\$ 1.836.689,30	Não houve	Lei Federal nº 13.019/14	Ass. Social		
5	005/24	Acolhimento para pessoas com deficiência Auditiva de média complexidade	Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Mauá – APASMA	R\$ 55.440,00	Não houve	Lei Federal nº 13.019/14	Ass. Social		



	DADOS ATUALIZADOS ATÉ 30/04/2024							
16	046/24	Realização de estágios curriculares obrigatórios	Associação Educacional Nove de	R\$ 6,50 hora/aluno	Não houve	Lei Fed. 13.019/14 - Art. 42	Saúde	
15	044/24	Execução do Serv. Socioassistencial de Acolhimento para crianças e adolescentes – Modalidade Casa Lar	ABASC – Assoc. Bras. De Ação Social E Cristã	R\$ 1.600.200,00	Não houve	Inexigibilidade de Chamamento Público	Ass. Social	
14	033/24	Instalação de Cartório Eleitoral no Município de Mauá.	Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo – União	Sem Ônus	Não houve	Lei Federal nº 14.133/21	Jurídico	
13	032/24	Projeto Domingou – Lazer para Todos	Associação Educacional, Esportiva e Cultural Tryade	R\$ 1.147.400,09	Não houve	Chamamento Público 008/23	Esportes e Lazer	
12	031/24	Projeto esportivo na modalidade voleibol competição "Projeto Representa Mauá"	Associação Vôlei	R\$ 552.000,00	Não houve	Chamamento Público 006/24	Secr. de Esportes	
11	015/24	Firmamento de relação de cooperação, voltada a viabilizar a operacionalização e realização do Projeto "Novos Olhares".	Rotary Clube de Mauá	Sem Ônus	Não houve	Lei Federal nº 13.019/14	Desenvolvimento Econômico	
10	010/24	Projetos Oficinas culturais – Eventos culturais	Instituto Labirinto	R\$ 399.960,00	Não houve	Chamamento Público 003/23	Secr. de Cultura	
9	009/24	Projetos Oficinas culturais – Eventos culturais	Inst. Mauá de Responsabilidade Social – Inst. Ma-R-S	R\$ 800.000,00	Não houve	Chamamento Público 003/23	Secr. de Cultura	
8	008/24	Acolhimento de crianças e adolescentes – Modalidade Casa Lar e Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Associação Brasileira de Ação Social Cristã – ABASC	R\$ 388.620,00	Não houve	Chamamento Público 004/23	Ass. Social	
7	007/24	Fortalecimento de vínculos da Proteção Social básica	Associação Estrela Azul	R\$ 198.909,48	Não houve	Lei Federal nº 13.019/14	Ass. Social	
6	006/24	Conv. e Fortalecimento de vínculos no âmbito da Proteção Social Básica	Instituição Recanto Tia Célia	R\$ 360.977,92	Não houve	Lei Federal nº 13.019/14	Ass. Social	

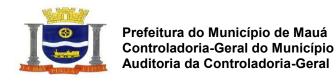
5.3. TERMOS ADITIVOS

	ADITAMENTOS – 1º QUADRIMESTRE 2024						
Nº/ANO	OBJETO	CONTRATADO	VALOR	ADITIVOS	TIPO DE CONTRATAÇÃO (fundamentação legal, tipo de licitação)	SECRETARIA GESTORA	
02/22	Prorrogação de prazo com reajuste de serviços destinados a modernização na área da saúde pública, através da utilização de sistema integrado de gestão da saúde pública, sob a forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo implantação, treinamento, suporte e toda infraestrutura tecnológica necessária para o perfeito funcionamento do sistema, fortalecendo a administração através da gestão completa da saúde, com todas as suas funcionalidades em ambiente Web.	Giespp Gestão Inteligente de Educação e Saúde Pública e Privada Ltda	R\$ 6.386.209,84	1ºAditamento	Art. 57, II e § 2º	Saúde	
03/22	Prorrogação de prazo com reajuste referente a prestação de serv. de licenciamento de uso temporário de solução para gestão urbana, integrando serviços, certidões, licenças e obras particulares, sem limite de usuários, incluindo serviços de implantação, treinamento, manutenção, suporte e infraestrutura necessária para funcionamento em ambiente Web.	Inmov Inteligência em Movimento Ltda	R\$ 1.221.467,60	2º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Planejamento Urbano	
06/20	Prorrogação de prazo sem reajuste, referente a locação do imóvel situado na Rua Haiti, nº 03 - Pq. das Américas - Mauá - SP - para instalação do 2º Distrito Policial.	Francisco Béu dos Santos	R\$ 72.000,00	4º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Segurança Pública	
102/23	Prorrogação de prazo para Execução de Cadastro Social no Assentamento Precário Pajussara"	Gab Engenharia Ltda	Sem Ônus	2º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Habitação	
130/23	Aumento quantitativo para aquisição de insumos para bomba de insulina MEDTRONIC® destinados ao atendimento de demandas judiciais.	Medtronic Comercial Ltda	R\$ 559.599,00	1º Aditamento	Art. 65, §1°	Saúde	
137/22	Aumento quantitativo para a execução de Obra de Reforma e Adequação da UBS Jd. Santista.	Paulista Obras e Pavimentação Ltda	R\$ 1.617.239,32	3º Aditamento	Art. 58 e 65	Saúde	
16/19	Prorrogação de prazo sem reajuste referente a prestação de serviços de locação de veículos destinado à fiscalização do trânsito no Município.	Primeira Novação Locadora e Transportes Ltda - ME	R\$ 1.645.469,39	6º Aditamento	Art. 57, II e §4º	Mobilidade Urbana	
20/20	Prorrogação de prazo sem reajuste, referente a locação do imóvel situado na Rua Santa Cecília, nº 465 – B. Matriz – Mauá – SP, para atender as instalações do 1.º Distrito Policial de Mauá.	LAF Administração Participação e Empreendimentos Ltda	R\$ 525.597,60	4º Aditamento	Art. 57, § 1°, inciso II	Segurança Pública	
26/19	Prorrogação de prazo sem reajuste referente a prestação de serviços de kits de monitoramento, instalação e manutenção de oxigenoterapia domiciliar, monitoramento e assistência domiciliar, incluindo fornecimento de oxigênio (recarga) para o programa de oxigenoterapia domiciliar (POD).	Lumiar Health Builders Equipamentos Hospitalares Ltda	R\$ 2.068.200,00	6º Aditamento	Art. 57, II e § 4º	Saúde	
26/23	Prorrogação de prazo da prestação de serviços de consultoria especializada em estrutração e modelagem das licitações e contratos administrativos do Município de Mauá, para adequação de Procedimentos à Lei federal n.º 14.133/2021.	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE	Sem Ônus	2º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Governo	

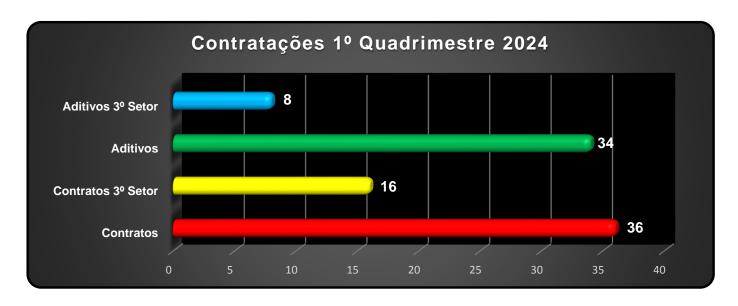


30/20	Prorrogação de prazo com reajuste referente a prestação de serviços de licenciamento de uso definitivo, de sistema para gerenciamento de emissão de nota fiscal eletrônica – NFS-E e escrituração fiscal para a modernização da administração tributária municipal, incluindo implantação, conversão, treinamento e suporte.	Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda	R\$ 582.738,36	4º Aditamento	Art. 57, inciso II e § 2º	Finanças
37/23	Prorrogação de prazo para a contratação de seguro para 01 (um) veículo tipo VAN.	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	R\$ 3.881,10	1º Aditamento	Art. 57, II,	Política públicas para Mulheres
38/23	Prorrogação de prazo para prestação de serviço de confecção e aquisição de próteses para atendimento à Rede de Saúde	Laboratório de Prótese Vieira Ltda	R\$ 950.000,00	1º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Saúde
39/22	Prorrogação de prazo referente prestação de serviços de Assessoria Técnica e apoio operacional para implantação, elaboração, acompanhamento técnico, gerenciamento e fiscalização de projetos e/ou obras.	Tylin Brazil Ltda – GPO	Sem Ônus	3º Aditamento	Art. 65, e 57	Obras
39/23	Prorrogação de prazo sem reajuste da locação de Imóvel situado na Rua Jundiaí, 63 (Antigo nº 61) – Matriz - Mauá – SP – CEP: 09370-130, para Instalação do Centro Público de Trabalho e Renda e da Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo.	Flávio Hoefle Onizuka Locação Projetos Eireli	R\$ 456.000,00	1º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Trabalho e Renda
40/23	Prorrogação de prazo com reajuste para manutenção e suporte técnico de softwares e aplicativos que compõem atualmente o sistema de administração de pessoal do RH da Prefeitura de Mauá.	Sênior Sistemas S/A	R\$ 758.720,16	1º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Administração
44/22	Prorrogação de prazo referente a prestação de serviços técnicos de publicidade para a Prefeitura do Município de Mauá.	Octopus Comunicação Ltda	R\$ 4.920.000,00	3º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Comunicação
44/23	Prorrogação, com aumento, da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, os aparelhos de condicionadores de ar do prédio da Secretaria da Saúde, UPA's, Unidades de Saúde, SAMU e Centro de Especialidades.	Speedy Refrigeração Ltda	R\$ 211.250,04	1º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Saúde
45/22	Prorrogação de prazo com reajuste referente a prestação de serviços de recuperação de vias públicas pavimentadas com massa asfáltica aplicada incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, para diversas vias públicas municipais.	Oestevalle Pavimentações e Construções Ltda	R\$ 18.597.915,00	3º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Mobilidade Urbana
51/23	Prorrogação de prazo para acompanhamento das intimações judiciais.	Associação dos Advogados de São Paulo - AASP	R\$ 14.051,52	2º Aditamento	Art. 65, §1°	Jurídico
54/22	Prorrogação de prazo referente a prestação de serviço de atendimento de adolescente: Modalidade residência terapêutica.	A. Marcos L. do Prado	R\$ 62.700,00	4º Aditamento	Art. 57, II	Assistência Social
55/22	Prorrogação de prazo, sem reajuste, referente à locação de imóvel situado na Rua Santa Cecília, 489 - Matriz - Mauá - SP, destinado a instalação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres	B.L.L. Energia e Saneamento Ltda – EPP	R\$ 174.364,20	2º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Política públicas para Mulheres
57/22	Prorrogação de prazo para prestação de serviços de locação de CPAP E BIPAP.	Lumiar Health Builders Equipamentos Hospitalares Ltda	R\$ 338.833,56	1º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Saúde
57/23	Prorrogação de prazo com reajuste referente a prestação de serviços de locação de filtros a fim de suprir as demandas da Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo.	Brasfilter Indústria e Comércio Ltda	R\$ 6.997,80	1º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Trabalho e Renda
58/22	Prorrogação de prazo sem reajuste referente a prestação de serviços técnicos em relacionamento telefônico.	Attitude Consultores Associados S/S Ltda	R\$ 2.037.199,92	2º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Finanças
60/22	Prorrogação de prazo de atendimento e suporte psicológico para trabalhadores e trabalhadoras da saúde.	REY – Avaliações Psicológicas Eireli	R\$ 84.827,52	3º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Saúde
61/22	Prorrogação de prazo para serviços de avaliação psicológica dos Guardas Civis municipais, para concessão de porte e registro de arma de fogo junto à Polícia Federal.	Instituto Psicotécnico Rudge Ramos S/S Ltda ME	R\$ 65.400,00	2º Aditamento	Art. 57, inciso II	Segurança Pública
63/22	Prorrogação de prazo com reajuste referente a prestação de serviços de exames de mamografia.	QR Prestação de Serviços de Radiologia Ltda	R\$ 508.466,08	2º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Saúde
80/21	Prorrogação de prazo com reajuste referente a prestação de serviços de locação de veículos médios com motorista.	Starex Remoções e Serviços Médicos Ltda.	R\$ 4.955.687,49	3º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Saúde
81/19	Alteração contratual da CLÁUSULA QUARTA, sem reajuste referente a locação de imóvel para abrigar a Secretaria de Serviços Urbanos.	AVP Empreendimentos Imobiliários Ltda	R\$ 840.000,00	5º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Serviços Urbanos
81/21	Reajuste referente a locação do imóvel situado na Rua Agenor Freire de Moraes, 08 - Jardim Zaíra - Mauá – SP, destinado a instalação do 4º Distrito Policial.	DTF Participação e Administração Eireli – A Camargo Imóveis Ltda – ME	R\$ 147.300,36	2º Aditamento	Art. 65, § 1º	Segurança Pública
83/22	Prorrogação de prazo, com reajuste , da execução do plano de regularização fundiária de interesse social do assentamento precário Cerqueira Leite.	JHE Consultores Associados Ltda	R\$ 814.440,42	3º Aditamento	Art. 65, § 1º	Habitação
92/22	Aumento quantitativo para a locação de caminhões e máquinas para manutenção de vias públicas e serviços correlatos.	Davi Alves de Oliveira Eireli	R\$ 22.403.304,00	2º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Serviços Urbanos
92/23	Prorrogação de prazo com reajuste para a "Reforma Da Cobertura Do Ginásio Celso Daniel"	ECG Engenharia Construtora e Geotecnia Eirelli	R\$ 2.326.285,56	1º Aditamento	Art. 57, II e § 2º	Esportes e Lazer
	DADOS ATU	ALIZADOS ATÉ 30/0	04/2024			

Rua Vargem Grande do Sul, 152 - 2º Andar - Jardim Haydee – Mauá - São Paulo - CEP 09371-520 Telefone: 4512-7500 - e-mail: controladoria@maua.sp.gov.br



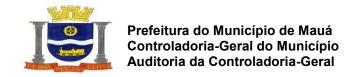
ADITAMENTOS TERCEIRO SETOR 1º QUADRIMESTRE 2024							
Nº/ANO	OBJETO	CONTRATADO	VALOR	ADITIVOS	TIPO DE CONTRATAÇÃO (fundamentação legal, tipo de licitação)	SECRETARIA GESTORA	
006/22	Prorrogação de prazo com reajuste referente ao Serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes SAICA, no âmbito da Proteção Social modalidade casa lar.	ABASC - Associação Brasileira de Ação Social Crista	R\$ 846.804,00	1º Aditamento ao T. Colaboração	Art. 57	Assistência Social	
035/23	Prorrogação de prazo com reajuste referente a Execução do Serviço Socioassistencial no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes SAICA.	ABASC - Associação Brasileira de Ação Social Crista	R\$ 477.874,68	2º Aditamento ao T. Colaboração	Art. 57	Assistência Social	
003/24	Aumento quantitativo referente ao Serviço Socioassistencial no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA).	Lar do Menor – Sol da Esperança	R\$ 83.285,56	1º Aditamento ao T. Colaboração	Art. 55	Assistência Social	
123/22	Prorrogação de prazo para os fins que especifica: Execução de projeto destinado à realização de gestão de 250 (duzentos e cinquenta) jogos na modalidade FUTSAL AMADOR	Associação Lirafut - Liga Regional de Árbitros de Futebol do ABC	R\$ 59.800,00	3º Aditamento ao T. Colaboração	Art. 57	Esportes e Lazer	
021/20	Prorrogação de prazo com reajuste referente ao Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos – Residência Inclusiva.	Instituto Monsenhor José Benedito Antunes	R\$ 2.127.460,68	4º Aditamento ao T. Colaboração	Art. 55	Assistência Social	
041/23	Prorrogação de prazo referente ao Desenvolvimento de práticas artísticas, que receberá a identidade de "OFICINAS CULTURAIS" na linguagem MÚSICA e seus segmentos, de acordo com o Plano de Trabalho e seus anexos, que integram este instrumento.	Instituto Labirinto	R\$ 254.352,00	1º Aditamento ao T. Colaboração	Art. 57	Cultura	
042/23	Prorrogação de prazo referente ao Desenvolvimento de práticas artísticas, que receberá a identidade de "OFICINAS CULTURAIS" na linguagem HIP HOP e seus segmentos, de acordo com o Plano de Trabalho e seus anexos, que integram este instrumento.	Instituto Labirinto	R\$ 211.316,00	1º Aditamento ao T. Colaboração	Art. 57	Cultura	
DADOS ATUALIZADOS ATÉ 30/04/2024							



5.4. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: mediante as informações apresentadas pelo Núcleo da Controladoria-Geral do Município, foram efetuadas o total de 52 contratações, sendo 16 do 3º setor. Termo Aditivo foram assinados 42, sendo 08 do 3º Setor.

Por amostragem foram analisados 05 Processos Administrativos de Contrações no 1º Quadrimestre. Sendo eles:



Nº/ANO	OBJETO	CONTRATADO	VALOR	SECRETARIA GESTORA
12/24	Serv. de Manutenção Preventiva e corretiva em bebedouros, filtros e purificadores e torneiras com filtro para a Secr. de Educação	Amb Tec Imunização Ltda EPP	R\$ 82.900,00	Educação
13/24	Fornecimento de equipamentos diversos para atendimento a unidades de saúde do município de Mauá.	TK Produtos e Equipamentos Médicos Ltda - ME	R\$ 5.642,00	Saúde
06/24	Conv. e Fortalecimento de vínculos no âmbito da Proteção Social Básica	Instituição Recanto Tia Célia	R\$ 360.977,92	Ass. Social
18/24	Reforma da passarela central.	LDL Comercial Ltda - ME	R\$ 779.222,62	Obras
16/19	Prorrogação de prazo sem reajuste referente a prestação de serviços de locação de veículos destinado à fiscalização do trânsito no Município.	Primeira Novação Locadora e Transportes Ltda - ME	R\$ 1.645.469,39	Mobilidade Urbana

Obs.: Após análise constamos: não foram identificados falhas passíveis de apontamentos.

6. PATRIMÔNIO

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: mediante as informações apresentadas pelo Núcleo da Controladoria-Geral do Município, através da Comunicação Interna nº 50/2024 <u>doc. 66</u>, para o período do 1º Quadrimestre do corrente ano, houve incorporação de 1135 Bens Móveis totalizando R\$ 1.943.455,02. A relação de Bens Móveis incorporados constam no arquivo "Item 01 e 06 – Relação Bens Móveis incorporados - 1º Quadrimestre". Em relação aos Bens Imóveis, a Divisão de Patrimônio informou que não houve incorporação de nenhum bem imóvel.

Para o período do 1º Quadrimestre do corrente ano, não houve baixa de Bens Imóveis e houve baixa de 71 Bens Móveis. A relação de Bens Móveis baixados constam no arquivo "Item 02 – Relação Bens Móveis baixados - 1º Quadrimestre".

Para o período do 1º Quadrimestre do corrente ano, não houve cessão de Bens Móveis e/ou Bens Imóveis para autarquias, entidades do Terceiro Setor ou órgãos das esferas Estadual, Federal ou do Poder Judiciário.

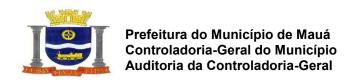
No período do 1º Quadrimestre do corrente ano, não foi realizado leilão de Bens Inservíveis.

6.1. INVENTÁRIO

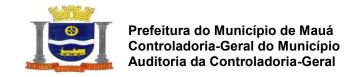
O inventário do exercício de 2023 foi concluído no 1º Quadrimestre de 2024, tendo seu início em 31/12/2023 e seu término em 12/04/2024, de acordo com informações prestadas pelo Núcleo desta Controladoria-Geral, através da Comunicação Interna nº 72/2024 <u>doc. 67</u>.

Nesta feita, foram inventariados 54.558 bens, perfazendo um valor total de R\$40.174.169,52, conforme relatório "Relação – Listagem dos Itens do Inventário", em anexo.

A execução dos trabalhos foi feita em conjunto com os gestores lotados nas respectivas secretarias, conforme relação:



Secretaria	Gestor e Suplente	Processo
	Tatiana Roberta Dutra Laves Ferreira	2023/8380
Controladoria-Geral do Município - CGM	Cristiane Herba Reis	2023/0300
	Wilson da Silva Zacheu	2023/8404
Gabinete do Prefeito - GP	Eliana Sansalone Alves	2023/0404
	Anderson Ribeiro Neves	2023/8393
Ouvidoria-Geral do Município - OGM	Brenda Valério Pereira	2023/0393
	Tiago Garcia de Macedo	2023/8381
Secretaria de Administração e Modernização - SAM	Antônia Silva de Sousa Oliveira	2020/0001
	Pryscilla Dayana de S. R. Carvalho	2023/8397
Secretaria de Cultura - SC	Guilherme Mota do Nascimento	2020/0001
	Rogério Eugenio Gomes	2023/8396
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE	Raquel Santana Rodrigues	2020/0000
	Maria Elianete Tsiqueira	2023/8400
Secretaria de Educação - SE	Márcia do Carmo Gomes	2023/0400
	Denise Araújo de Lima	2023/8402
Secretaria de Esportes e lazer - SEL	Jônatas Rodrigues Chaves	2023/0402
	Mônica Cristina Strufaldi	2023/8407
Secretaria de Finanças - SF	Patricia Ribeiro da Silva	2023/0407
	Íris de Almeida Martins	2023/8408
Secretaria de Governo - SG	Nilson Roberto da Luz	2023/0400
	Leôncio Vitória	2023/8393
Secretaria de Habitação - SH	Alberto Melo da Silva	2023/0393
	Luana Araújo de Lima	2023/8405
Secretaria de Assuntos Jurídicos - SAJ	Rafael Moreira Ferreira	2020/0100
	Marcelo Peroni Lemos	2023/8386
Secretaria de Obras - SO	Júlio Cesar Mazieiro	2020,0000
	Leiliane de Fátima da Silva	2023/8409
Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - SPPM	Dorotea Almeida Oliveira	2020,0100
	Kátia Aparecida Rodrigues da Silva	2023/8399
Secretaria de Assistência Social - SAS	Lucimara Cardoso de Faria	2020/0000
	Maria de Fátima Pereira da Silva	2023/8390
Secretaria de Planejamento Urbano - SPU	Geane Barbosa Paulino	2020/0000
Secretaria de Saúde - SS	Sandra Regina Bicalho Messias	2023/8410
	Talita Maria dos Santos Lima	2023/8385
Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SSAN	Márcia Augusto Estevam	2020/0000
	Antônio Nilton Pereira de Castro	2023/8384
Secretaria de Segurança Pública - SSP	Cássia Cristina da Silva Ferreira	2020,0004
	Elaine Aparecida da Silva	2023/8382
Secretaria de Serviços Urbanos - SSU	Márcia Maria Moraes	
	Gisele Pinto dos Anjos	2023/8391
Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo - STRE	Sandra Igiro Trindade	
	Douglas Alves de Oliveira	2023/8387
Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU	Flávia Silva Marques Kojima	



	Ana Paula Saboya de Oliveira	2023/8388
Secretaria de Meio Ambiente - SMA	Luciana Barros Conceição	2023/0300
	Flávio Lourenço de Oliveira	2023/8379
Secretaria de Proteção e Defesa Civil - SPDC	Hélio Henrique de Almeida Mendes	2023/03/9

Na divisão de patrimônio os seguintes servidores foram responsáveis por toda a execução do inventário:

NOME	RF	CARGO
Rosana Doralice da Silva	39063	Diretor de Divisão de Patrimônio
Geovana dos Santos de Jesus	40173	Assistente de Políticas Públicas
Abelardo de Lima Rodrigues	41146	Assistente ADM I

6.2. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

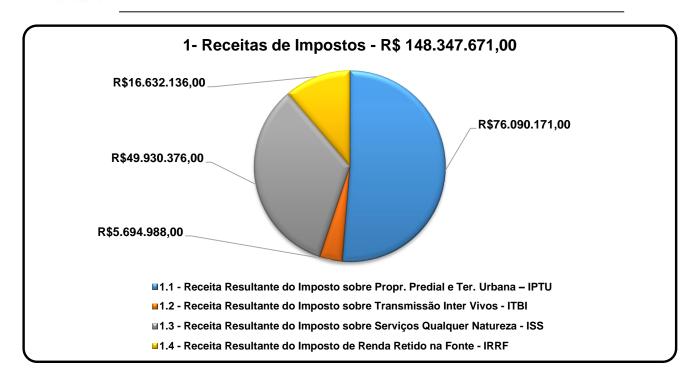
A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: em relação as informações fornecidas pelo Controle Patrimonial - SG, não foram encontradas inconsistências, erros ou fraudes nos arquivos e documentos apresentados.

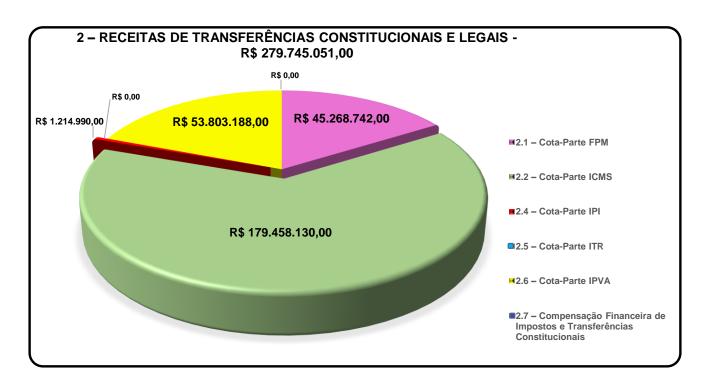
7. MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS

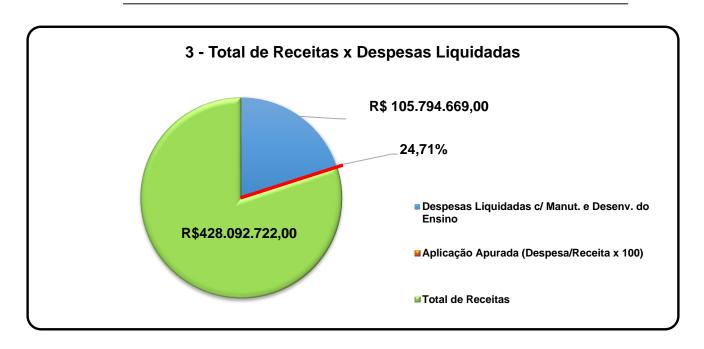
7.1. EDUCAÇÃO

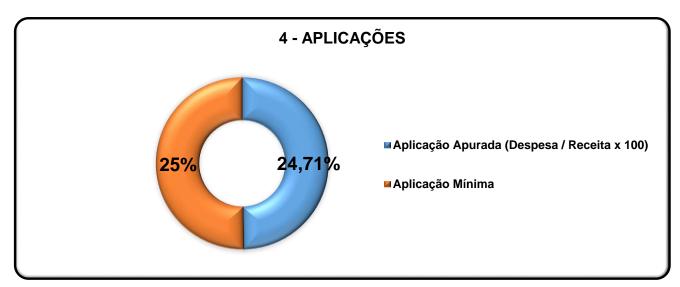
A apuração percentual, referente ao 1 ° Quadrimestre de 2024, apresenta a aplicação de **24,71%**. Salientamos que o percentual obrigatório final é de <u>25%</u>, no final do exercício.

Aplicação no Ensino		
1 – Receita de Impostos	R\$	148.347.671,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Propr. Predial e Ter. Urbana – IPTU	R\$	76.090.171,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	R\$	5.694.988,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços Qualquer Natureza - ISS	R\$	49.930.376,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	R\$	16.632.136,00
2 – Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	R\$	279.745.051,00
2.1 – Cota-Parte FPM	R\$	45.268.742,00
2.2 – Cota-Parte ICMS	R\$	179.458.130,00
2.4 – Cota-Parte IPI	R\$	1.214.990,00
2.5 – Cota-Parte ITR	R\$	0,00
2.6 – Cota-Parte IPVA	R\$	53.803.188,00
2.7 – Compensação Financeira de Impostos e Transferências Constitucionais	R\$	0,00
Total de Receitas	R\$	428.092.722,00
Despesas Liquidadas com Manutençao e Desenvolvimento do Ensino		105.794.669,00
Aplicação Apurada (Despesa / Receita x 100)		24,71%
Aplicação Mínima		25,00%



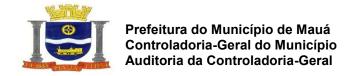






7.2. FUNDEB

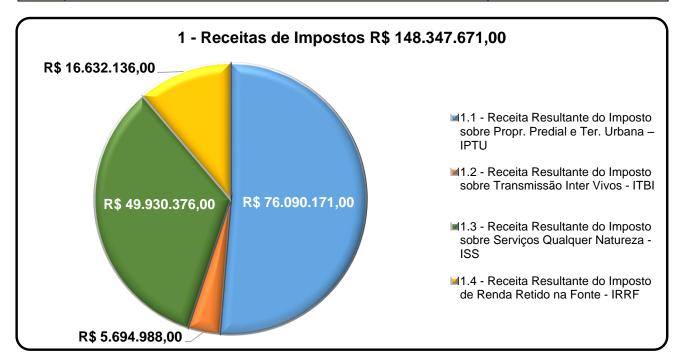
Referente ao 1º Quadrimestre de 2024, informamos que a Municipalidade aplicou 100% dos recursos do FUNDEB, sendo o limite mínimo de 90%. Em relação aos recursos do FUNDEB para a remuneração dos profissionais da educação básica, a Municipalidade aplicou 99,98%, sendo o limite mínimo de 70%.

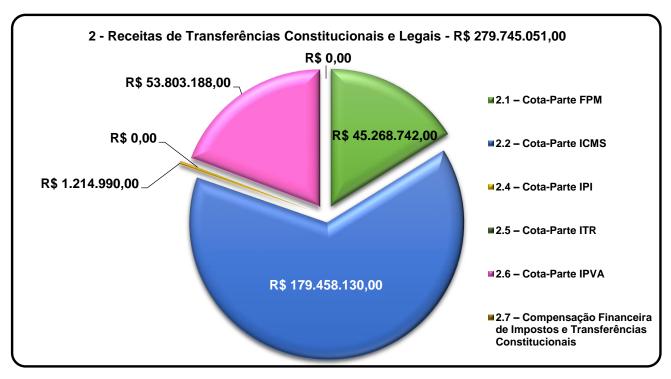


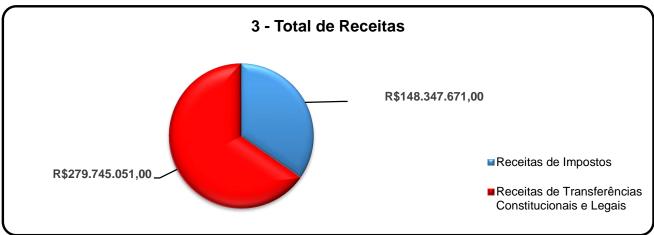
7.3. SAÚDE

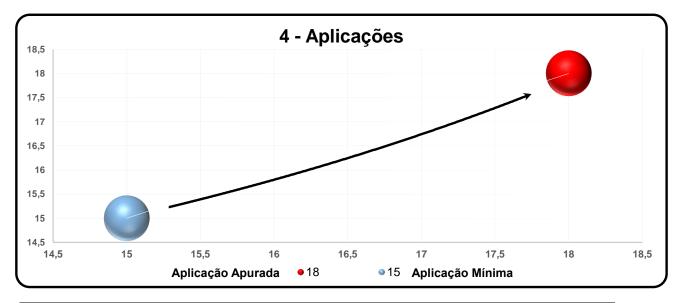
Em relação à saúde, a apuração percentual, referente ao 1º Quadrimestre de 2024, apresenta a aplicação de <u>18,26%.</u> Salientamos que o percentual obrigatório final é de <u>15%</u>, ao do exercício.

Aplicação em Saúde					
1 – Receita de Impostos	R\$ 148.347.671,00				
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Propr. Predial e Ter. Urbana – IPTU	R\$ 76.090.171,00				
1.2 - Receita Resultante do Imp. Sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	R\$ 5.694.988,00				
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços Qualquer Natureza - ISS	R\$ 49.930.376,00				
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	R\$ 16.632.136,00				
2 – Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	R\$ 279.745.051,00				
2.1 – Cota-Parte FPM	R\$ 45.268.742,00				
2.2 – Cota-Parte ICMS	R\$ 179.458.130,00				
2.4 – Cota-Parte IPI	R\$ 1.214.990,00				
2.5 – Cota-Parte ITR	R\$ 0,00				
2.6 – Cota-Parte IPVA	R\$ 53.803.188,00				
2.7 – Compensação Financeira de Impostos e Transferências Constitucionais	R\$ 0,00				
Total de Receitas	R\$ 428.092.722,00				
Despesas Liquidadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 78.180.852,00				
Aplicação Apurada (Despesa/Receita x 100)	18,26%				
Aplicação Mínima	15%				









7.4. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: Os Mínimos Constitucionais da Educação apresentam uma aplicação parcial de 24,71%, sendo o percentual obrigatório de 25%, e os Mínimos Constitucionais aplicados na Saúde apresentam percentual 18,26%, sendo o percentual obrigatório 15%. As Secretarias atinentes aos Mínimos Constitucionais serão alertadas sobre a necessidade da aplicação, na Educação e na Saúde, respeitando a legislação vigente.

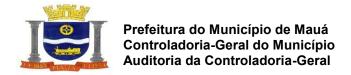
8. DESPESA DE PESSOAL

8.1. ADMISSÕES, EXONERAÇÕES E APOSENTADORIA NO PRESENTE EXERCÍCIO

No período referente ao 1º Quadrimestre de 2024 foram feitas 748 admissões, conforme quadro demonstrativo abaixo extraído do Relatório 1º Quadrimestre 2024 do Núcleo da Controladoria-Geral.

Admissões:

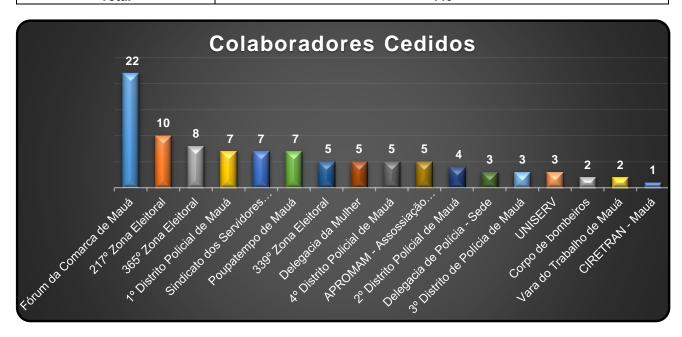
Admissões - 1º Quadrimestre 2024						
Tipo / Vínculo	Quantidade	Motivo				
Agente Comunitário de Saúde	0	-				
Agente de Controle de Endemias	0	-				
Frente de Trabalho	50	Reposições				
CLT	0	-				
Comissionado	48	Reposições				
Conselho Tutelar	0	-				
Contrato Prazo Determinado	306	Suprir afastamento do servidor / Excepcional interesse público				
Efetivo / Estatutário	62	Reposição				
Estagiário	0	-				
Eventual	282	Substituição eventual				
Municipalizado	0	-				
Total	748					

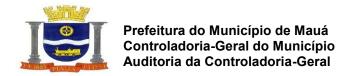


> <u>Demissões / Exonerações:</u>

Neste mesmo período foram efetivadas 440 exonerações, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Demissões / Exonerações - 1º Quadrimestre 2024				
Tipo / Vínculo	Quantida de	Motivo		
	3	Falecimento		
Efetivo / Estatutário	122	Exoneração a pedido		
Eletivo / Estatutario	22	Aposentadoria Compulsória		
	1	Demissão por Processo		
Comissionado	30	Exoneração a pedido		
Comissionado	39	Exoneração Ex-Ofício (Comissionados exonerados por CI)		
Poloieta de Ouglificação	19	Exoneração a pedido		
Bolsista de Qualificação Profissional	1	Falecimento		
ronodonar	31	Dispensa PMM		
CLT	3	Exoneração a pedido		
GET	7	Aposentadoria Compulsória		
Agente Comunitário de Saúde	1	A pedido		
Agente domantano de dade	3	Aposentadoria Compulsória		
	8	A pedido		
Eventual	7	Término do Contrato		
	3	Impedimento Legal		
	126	Término de Contrato		
Contrato Prazo Determinado	2	Dispensa PMM		
	1	Falecimento		
Municipalizado	1	A Pedido		
Conselheiro Tutelar	8	Término do Contrato		
Aposentado	1	Falecimento		
Pensionista	1	Falecimento		
Total		440		

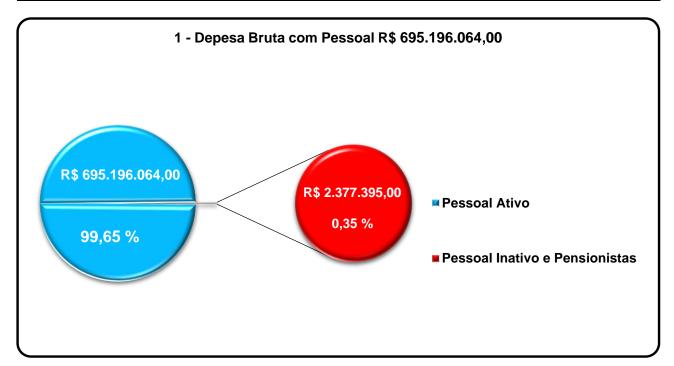




8.2. PERCENTUAL DA DESPESA LABORAL DO PODER EXECUTIVO EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

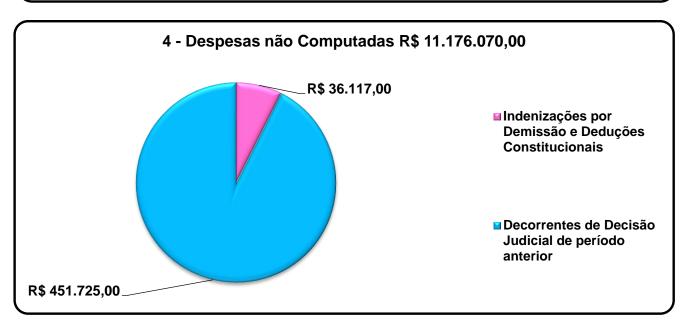
A Despesa Bruta com Pessoal e Encargos, referente ao 1º Quadrimestre de 2024, somou a quantia de **R\$ 695.196.064,00** (seiscentos e noventa e cinco milhões, cento e noventa e seis mil e sessenta e quatro reais) que, comparada a Receita Corrente Líquida – RCL, corresponde a **46,30%**, abaixo dos limites prudencial (51,3%) e máximo (54%) da Lei de Responsabilidade Fiscal, já computando a mão de obra da FUABC que representa 9,39%.

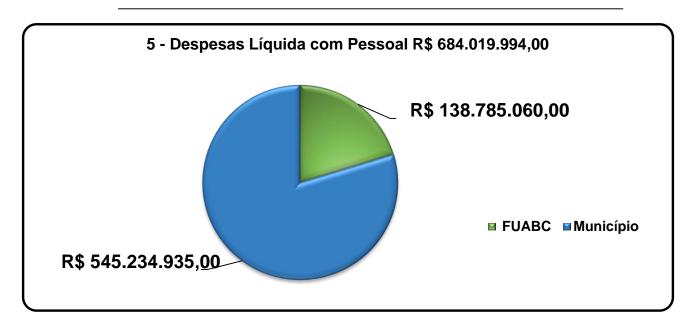
Comprometimento da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal						
Despesa Bruta com Pessoal	R\$ 695.196.064,00					
Pessoal Ativo	R\$ 692.818.670,00					
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	RS	\$ 451.128.535,0	00			
Obrigações Patronais	RS	\$ 102.905.075,0	00			
Contratos de Terceirização ou de Contratação Indireta	RS	138.785.060,0	00			
Pessoal Inativo e Pensionistas	R	2.377.395,	00			
Aposentadorias, Reservas e Reformas	R	\$ 1.781.138,0	00			
Pensões	R	\$ 596.257,	00			
Despesas não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (-)	R\$ 11.176.070,00					
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$	36.117,0	00			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior	RS	451.725,	00			
Despesa Líquida com Pessoal	R\$ 684.019.994,00	R\$ 138.785.060,00 (FUABC)	R\$ 545.234.935,00 (Município)			
RCL Ajustada para Limites da Despesa com Pessoal	R\$	1.477.429.476	,00			
Comprometimento na RCL	46,30%	9,39%	36,90%			
Limite Prudencial		51,30%				
Limite Máximo / Legal	54,00%					











8.3. GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES COMISSIONADOS

Com base nas orientações e Decisão do Tribunal de Cotas do Estado de São Paulo no TC 1438/026/14, não há permissão legal para gratificações a servidores comissionados, pois os cargos de provimento em comissão já supõem naturalmente dedicação exclusiva e em regime integral ao serviço, uma vez que são considerados longa manus da autoridade nomeante, cuja atividade consiste um múnus público, sendo devidamente remunerados, nos termos da lei.

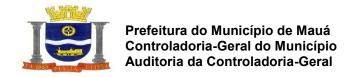
8.4. PAGAMENTOS DE HORAS EXTRAS A SERVIDORES COMISSIONADOS

Acompanhando o Processo referencial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TC 012001/989/18, é considerado indevido o pagamento de horas extraordinárias a ocupantes de cargos em comissão, na medida em que não se submetem à jornada regular de trabalho, por demandar dedicação exclusiva ao exercício de atividades sob o vínculo de confiança entre a Autoridade que nomeia e o profissional admitido, condição inerente a cargos de livre provimento.

8.5. GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS A SERVIDORES – CRITÉRIOS OBJETIVOS E EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EXTRA

Com base nos acompanhamentos da Auditoria, a Concessão de Gratificações e Adicionais a Servidores obedecem a critérios objetivos e comprovação, de forma documentada, de exercício de atividade extra, conforme expressam os dispositivos legais:

- Lei Complementar 01/2002⁷
- Lei Complementar 05/2007⁸
- Lei Municipal 4860/2013⁹



- Lei Municipal 19/2014¹⁰
- Lei Municipal 5131/2016¹¹
- Lei Municipal 5164/2016¹²
- Lei Municipal 5210/2017¹³
- Lei Complementar 18/2014¹⁴
- Lei Complementar 36/2019¹⁵
- Lei Municipal 5577/2019¹⁶

"Art. 94. Fica estabelecido o percentual de 20% (vinte por cento), a título de gratificação, a ser aplicado sobre os vencimentos do servidor designado para trabalhar em uma das seguintes comissões:

- I. Comissão Sindicante e Processante;
- II. Comissão de Licitação;
- III. Comissão de Desempenho e Avaliação;
- IV. Comissão de Sindicância para Apuração do Tribunal de Contas;
- V. Comissão Especial de Avaliações;
- VI. Comissão de Julgamento de Recursos Tributários;
- VII. Comissão de Julgamento de Recursos de Transportes;
- VIII. Comissão Especial de Análise.

Ainda, o Decreto nº 8.299, de 13 de junho de 2017, regulamentou o art. 94 da Lei Municipal nº 5.210, de 18 de abril de 2017, disciplinando a forma com que o pagamento da gratificação será feito, condicionando o seu recebimento à efetiva participação do membro nas reuniões da comissão.

Outrossim, o Decreto supracitado, prevê em seu art. 2º que farão jus à percepção de gratificação, no percentual de **20%** (**vinte por cento**) sobre os vencimentos, os servidores efetivos ou comissionados designados como membros das comissões.

⁷ Estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mauá.

⁸ Institui a Modernização da Administração Tributária e dá outras providências.

⁹ Dispõe sobre a criação de gratificações especiais, altera a redação da Lei Municipal nº 4291, de 28 de dezembro de 2007, e revoga a Lei Municipal nº 4433, de 05 de maio de 2009 e dá outras providências.

¹⁰ Institui o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Mauá e dá outras providências.

¹¹ Altera dispositivos da Lei nº 4.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre a criação de gratificações especiais e dá outras providências.

¹² Institui a Gratificação por Desempenho - GPD, no âmbito da Coordenadoria de Administração Tributária - CAT, da Secretaria de Finanças, e dá outras providências.

¹³ Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Mauá, no que se refere aos órgãos de dir eção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Direta, cria o respectivo quadro de pessoal comissionado e função de confiança.

¹⁴ Dispõe sobre a composição da Secretaria de Assuntos Jurídicos e dá outras providências.

¹⁵ Estabelece o Estatuto do Magistério e o Quadro de Apoio ao Magistério do Município de Mauá e dá outras providências.

¹⁶ Institui o adicional de periculosidade aos Agentes de Trânsito e Transportes do Município de Mauá e dá outras providências.

Desta forma, a gratificação apontada foi criada por lei e pode ser paga a todos os servidores, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão.

GRATIFICAÇÃO	VALOR	QUANTIDADE
Adicional por Exercício de Atividades Insalubres ou Perigosas	R\$ 4.858.263,03	1844
Adicional por Serviço Extraordinário	R\$ 2.116.516,07	1072
Adicional por Serviço Noturno	R\$ 574.127,79	943
Adicional por Tempo de Serviço	R\$ 5.823.755,78	3570
Gratificação de Produtividade Fiscal	R\$ 723.339,88	27
Gratificação por Desempenho – GPD	R\$ 0,00	0
Gratificação pelo Exercício de Função Gratificada – Procuradores	R\$ 164.336,96	23
Gratificação Especial Médica	R\$ 1.445.917,78	86
Gratificação por Exercício de Função Gratificada	R\$ 306.946,68	75
Gratificação por participação em Comissão	R\$ 472.213,40	96
Gratificação por Serviço de Segurança Executiva Institucional	R\$ 138.140,42	10
Gratificação por Serviço de Instrução de Formação	R\$ 9.442,42	20
Função Gratificada de Vice-Diretor de Escola	R\$ 158.455,26	41
Função Gratificada de Professor Coordenador Pedagógico	R\$ 187.732,99	64
Função Gratificada de Professor Coordenador Formador	R\$ 23.660,14	7
TOTAIS	R\$ 17.002.848,60	7878

8.6. PAGAMENTOS DE HORAS EXTRAS A SERVIDORES - PERTINÊNCIA E JUSTIFICATIVAS

O pagamento de horas extras ao servidores é realizado dentro das regras previstas no art. 98 da Lei Complementar nº 01/2022 c/c art. 132 do Decreto nº 6.465, de 27 de agosto de 2023.

A Auditoria da Controladoria-Geral verifica, por amostragem, a necessidade de pertinência das justificativas para pagamento de horas extras a servidores e se não há habitualidade evitando, assim, possível adequação salarial por meio de pagamento de horas extras.

8.7. PAGAMENTO DE SALÁRIOS – LIMITE DO TETO

De acordo com o acompanhamento realizado pela Auditoria da Controladoria-Geral, através de informações oriundas do Departamento de Administração e Desenvolvimento de Pessoa – DADP, verifica se os pagamentos de salários a servidores estão acima do teto definido por Lei, evitando assim, possível descumprimento à Legislação vigente e regras Constitucionais.

Diante disso, o Teto Constitucional Remuneratório, aplicável ao serviço público, é respeitado conforme a legislação federal, estadual e municipal.

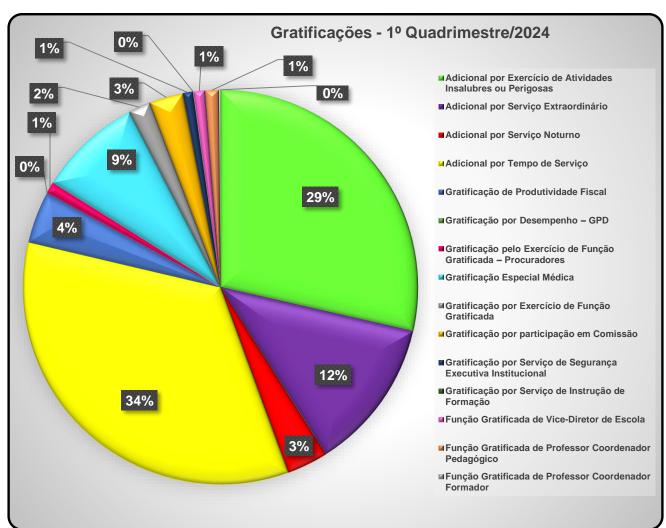
GRATIFICAÇÃO	VALOR	QUANTIDADE
Teto Constitucional Remuneratório	R\$ 212.277,99	98

8.8. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: as despesas com pessoal, durante o período observado – 1º Quadrimestre de 2024, respeita os limites legais, com gasto de <u>46,30% sobre a RCL</u>, correspondendo a <u>7,7% abaixo do limite máximo</u> que é de <u>54%</u>, sendo assim, identificamos situação favorável, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, Art. 20, inciso III, alínea b.

9. ADMISSÃO DE PESSOAL

A Gerência de Gestão e Desenvolvimento em RH - Secretaria de Administração e Modernização, por meio da Comunicação Interna nº 063/2024 e nº 228/2024 <u>doc. 68</u>, prestou as seguintes informações, referente as admissões, por concurso público, são elas:



- **1.** Relação quantitativa das admissões, por concurso público, ocorridas no período do terceiro Quadrimestre do corrente ano;
- **a)** O provimento das vagas são provenientes de cinco certames relacionados nos Processos Administrativos, conforme segue: PA 45/2020;
 - b) Sendo o Órgão solicitante a Secretaria de Administração e Modernização;
- c) Houve provimento de cargos diversos, nos níveis fundamental, médio, técnico e superior, são eles: Cargos com vagas disponibilizadas no concurso: Administrador de Banco de Dados, Administrador de Redes, Agente Administrativo, Agente de Trânsito e Transporte, Analista de Recursos Humanos, Analista do Sistema Junior, Analista de Sistema Pleno, Arquiteto, Arquiteto Paisagista, Assistente Administrativo, Assistente Social, Auxiliar de Apoio Operacional, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Auxiliar de Farmácia, Auxiliar de Odontologia, Bibliotecário, Biólogo, Biomédico, Cirurgião Dentista, Cirurgião Dentista - Esp. Endodontia, Contador, Desenhista, Enfermeiro, Enfermeiro do Trabalho, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro de Segurança no Trabalho, Engenheiro de Tráfego, Engenheiro Florestal, Engenheiro Orçamentista, Engenheiro Sanitarista, Farmacêutico, Fiscal de Tributos, Fonoaudiólogo, Geógrafo, Historiador, Instrutor de Atividades Esportivas - Judô, Instrutor de Atividades Esportivas, Karatê, Instrutor de Atividades Esportivas - Kung Fu, Instrutor de Atividades Esportivas - Taekwondo, Instrutor de Atividades Esportivas - Tai-Chi-Chuan, Instrutor de Atividades Esportivas - Yoga, Instrutor de Informática, Médico Acupunturista, Médico Anestesista, Médico Cirurgião Geral, Médico Generalista, Médico Hematologista, Médico Oftalmologista, Médico Ortopedista e Traumatologista, Médico Regulador, Médico Veterinário, Motorista de Veículo de Urgência, Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Nutricionista, Orientador Social, Pedagogo, Pedreiro, Pintor, Pintor Letrista, Programador de Computador, Psicólogo, Técnico Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Audiovisual, Técnico em Agrimensura, Técnico em Contabilidade, Técnico em Edificações, Técnico em Enfermagem, Técnico em Gesso, Técnico em Radiologia, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Suporte de Informática, Tecnólogo em Trânsito e Transporte, Terapeuta Ocupacional.
- **d)** A autoridade competente responsável pela abertura e homologação é o Sr. Prefeito Marcelo de Oliveira;
- e) A época da publicação do edital de abertura o quadro de servidores apresentava o seguinte quantitativo:

1º Quadrimestre/2024					
Cargos permanentes Cargos providos Cargos vagos					
9014	4382	4632			

- f) Legislações para criação do cargo e ou emprego público: Lei 3471/2002;
- **g)** A publicização do Edital do Concurso Público em questão ocorreu da seguinte forma: CP nº 01/2020, publicado no DOM em 29/06/2023, Publicação 29.176;
- h) A publicização do Edital constando a lista de classificação ocorreu da seguinte forma: CP nº 01/2020, publicado no DOM em 06/07/2023, Publicação 33.033;
- i) O ato de homologação do Concurso público para o provimento de cargos efetivos na Prefeitura do Município de Mauá, decorreu da publicação da seguinte Decreto: CP nº 01/2020 Decreto Nº 8.951, de 19 de novembro de 2021, publicado no DOM, no dia 06/07/2023, Publicação 33.141;
- **j)** O ato de prorrogação se deu pelo Decreto Nº 9.231, de 26 de outubro de 2023, publicado no DOM em 31/10/2023, Publicação 41.722;
 - k) Os documentos comprobatórios do ato de nomeação seguem conforme abaixo:

PORTARIA DE NOMEAÇÃO	CONCURSO PÚBLICO
63848	01/2020
64169	01/2020

2. Quadro de Pessoal, em 30 de abril de 2024, pormenorizando os cargos criados no 1º Quadrimestre de 2024 apresentava o seguinte recorte:

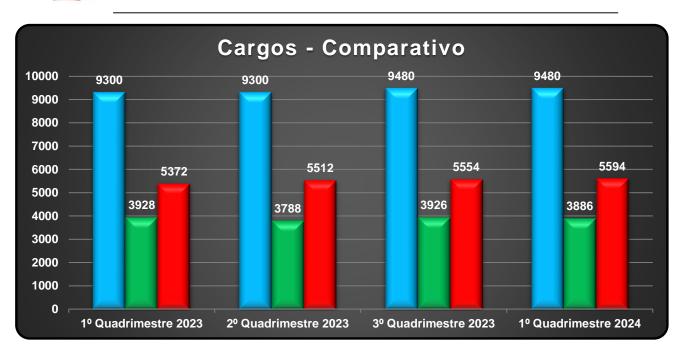
1º Quadrimestre/2024				
Cargos autorizados Cargos providos Cargos vagos				
9480	5594	3886		

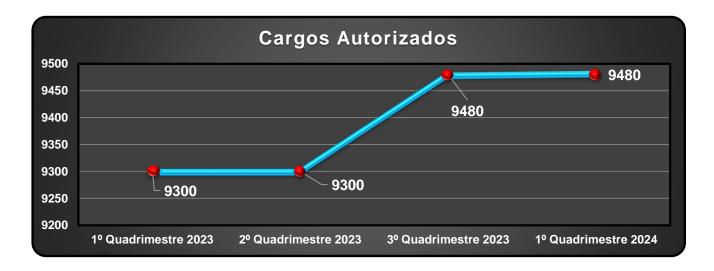
Abaixo trazemos os quadros representativos referente a série histórica dos relatórios quadrimestrais em carácter comparativo, considerando à partir do 1º Quadrimestre de 2023.

3º Quadrimestre/2023					
Cargos autorizados Cargos providos Cargos vagos					
9480	5554	3926			

2º Quadrimestre/2023					
Cargos autorizados Cargos providos Cargos vagos					
9300	5512	3788			

1º Quadrimestre/2023				
Cargos autorizados Cargos providos Cargos vagos				
9300	5372	3928		

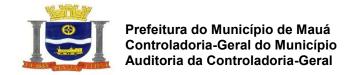




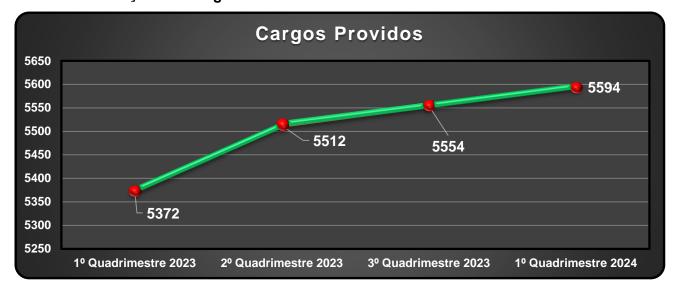
> Evolução dos Cargos Autorizados

<u>Obs.</u>: O número de cargos autorizados permaneceu estável em 9300 nos dois primeiros Quadrimestres de 2023.

Houve um aumento de 180 cargos autorizados do 2º para o 3º Quadrimestre de 2023. Esse valor de 9480 cargos autorizados se manteve no 1º Quadrimestre de 2024.



> Evolução dos Cargos Providos



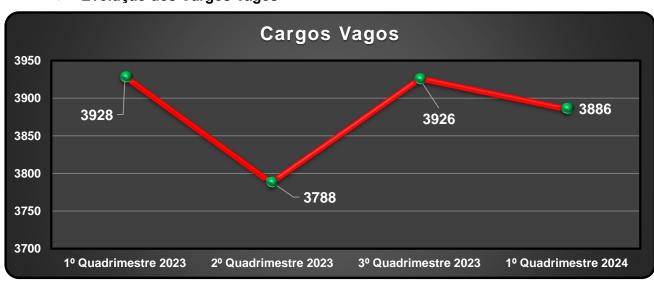
Obs.: Houve um aumento constante no número de cargos providos:

Aumento de 140 cargos providos do 1º para o 2º Quadrimestre de 2023.

Aumento de 42 cargos providos do 2º para o 3º Quadrimestre de 2023.

Aumento de 40 cargos providos do 3º Quadrimestre de 2023 para o 1º Quadrimestre de 2024.

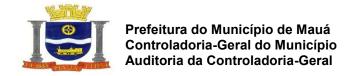
> Evolução dos Cargos Vagos



<u>Obs</u>.: Houve uma diminuição inicial de 140 cargos vagos do 1º para o 2º Quadrimestre de 2023.

Um aumento de 138 cargos vagos do 2º para o 3º Quadrimestre de 2023.

Uma nova diminuição de 40 cargos vagos do 3º Quadrimestre de 2023 para o 1º Quadrimestre de 2024.



Análise Geral

<u>Cargos Autorizados</u>: Após a estabilização nos dois primeiros Quadrimestres de 2023, houve um aumento significativo no 3º Quadrimestre, que se manteve no 1º Quadrimestre de 2024.

<u>Cargos Providos</u>: O número de cargos providos aumentou constantemente em cada período, refletindo esforços contínuos para preenchimento.

<u>Cargos Vagos</u>: Os cargos vagos mostraram uma tendência mais variável:

Inicialmente diminuíram do 1º para o 2º Quadrimestre de 2023.

Aumentaram no 3º Quadrimestre de 2023, possivelmente devido ao aumento nos cargos autorizados.

Voltaram a diminuir no 1º Quadrimestre de 2024, alinhando-se com o aumento nos cargos providos.

A Divisão de Recursos Humanos da <u>Secretaria de Educação</u>, por meio da CI nº 0791/2024, prestou as seguintes informações, referente as contratações, por tempo determinado, ocorridas no segundo Quadrimestre do corrente ano, são elas:

- 1 Relação das contratações, por tempo determinado, ocorridas no primeiro Quadrimestre do corrente ano.
- **2** Em relação ao quantitativo de admissões, sendo, Contratação por Tempo Determinado realizadas no primeiro Quadrimestre de 2024, foram preenchidas da seguinte maneira:

1º Quadrimestre/2024						
Peb I Peb II Aux. Desenv. Aux. Apoio Educ. Merendeira vaga						
424	61	28	1	32	546	

3º Quadrimestre/2023					
Peb I	Peb II	Aux. Desenv. Infantil	Aux. Apoio Educ. Inclusivo	Merendeira	Total de vagas
0	0	116	0	0	116

2º Quadrimestre/2023					
Peb I	Peb II	Aux. Desenv. Infantil	Aux. Apoio Educ. Inclusivo	Merendeira	Total de vagas
33	0	12	0	4	49

1º Quadrimestre/2023					
Peb I Peb II Aux. Desenv. Aux. Apoio Educ. Merendeira va					
16	0	7	0	0	23

- a) O Processo Administrativo que trata as Contratações por Tempo Determinado é o de nº 4105/2023 que se desdobra em 03 (três) volumes; nº 6439/2023 que também se desdobra em 03 (três) volumes;
 - b) O órgão solicitante é a própria Secretaria de Educação;
- c) A Secretaria de Educação informa que as funções a serem contratadas temporariamente para rede municipal de educação nos presentes expedientes administrativos são: Docentes, Auxiliares de Apoio à Educação Inclusiva, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil e Merendeiros(as). Quanto à legislação autorizadora, enviamos anexas as Leis Municipais nº 4.738/2012 e 5.661/2021, bem como a Lei Complementar Federal de nº 173/2020;
- d) A contratação por tempo determinado fundamenta-se na Lei Municipal nº 4.738 de 13 de fevereiro de 2012 e Lei Municipal nº 5.661 de 11 de março de 2021 e Lei Municipal nº 5.916, de 20 de maio de 2022. Esse tipo de contratação é necessária para suprir as ausências de professores titulares de cargo ou emprego que se encontram afastados para exercício de Função Gratificada, prevista na Lei Complementar nº 36 de 30 de dezembro de 2019 Estatuto do Magistério Público Municipal e Quadro de Apoio ao Magistério do Município de Mauá. Existem ainda outros fatores que implicam na contratação de professores tais como: afastamento por licenças médicas, afastamento pelo INSS superiores a 15 dias, readaptações ou restrições médicas temporárias e/ou definitivas, prestação de serviços na Secretaria de Educação ou em outros órgãos oficiais, afastamento para tratar de interesses particulares, licença prêmio e surgimento de classes e/ou aulas livres por motivo de exoneração ou mesmo criadas em decorrência da expansão da Rede Municipal de Educação;
- e) Os requisitos básicos para seleção de acordo com o cargo e função oferecida, exigiu o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior com licenciatura plena em especial, licenciatura plena em educação especial e inclusiva e licenciatura plena em pedagogia com especialização especifica em deficiência ou mestrado ou doutorado na área de especialidade com prévia formação docente, conforme art. 8º da Resolução nº 10 de 23 de outubro de 2023;
- **f)** A publicação da classificação do certame, foi publicada em 27 de novembro de 2023, no Edital de Publicação do Resultado Final nos termos da Resolução nº 10/2023 Processo Seletivo nº 6439/2023, e da Lei 4.738, alterada pela Lei 5.661 de 11 de março de 2021 e publicação 41.183 de 14 de setembro de 2023, processo seletivo 01/2023;
- **g)** Em relação ao quantitativo de rescisões contratuais realizadas no período de 03/01/2023 à 30/04/2024, existe o seguinte recorte:

1º Quadrimestre/2024					
		Aux. Desenv.	Aux. Apoio Educ.		Total de
Peb I	Peb II	Infantil	Inclusivo	Merendeira	vagas
8 4 2 0 0 12					



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

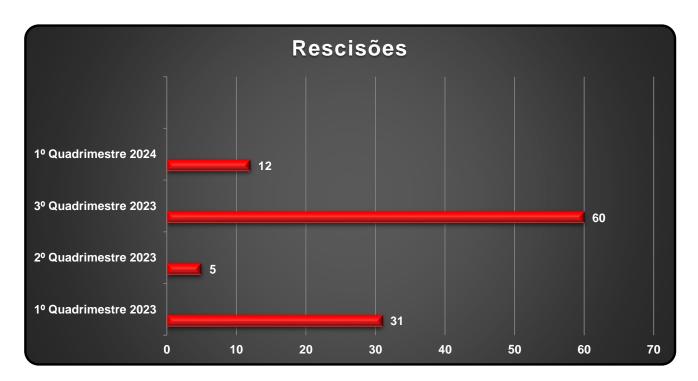
3º Quadrimestre/2023					
Peb I	Peb II	Aux. Desenv. Infantil	Aux. Apoio Educ. Inclusivo	Merendeira	Total de vagas
44	5	8	0	3	60

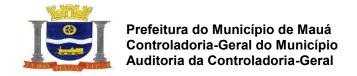
2º Quadrimestre/2023					
Peb I	Peb II	Aux. Desenv. Infantil	Aux. Apoio Educ. Inclusivo	Merendeira	Total de vagas
2	0	2	0	1	5

1º Quadrimestre/2023					
Peb I	Peb II	Aux. Desenv. Infantil	Aux. Apoio Educ. Inclusivo	Merendeira	Total de vagas
26	1	4	0	0	31

> Total de Vagas (Contratações e Rescisões)







Análise Geral

❖ Contratações:

<u>Peb I</u>: As contratações aumentaram significativamente no 1º Quadrimestre de 2024 após uma ausência de contratações no 3º Quadrimestre de 2023.

<u>Peb II</u>: As contratações começaram no 1º Quadrimestre de 2024, após três Quadrimestres sem contratações.

<u>Auxiliar de Desenvolvimento Infantil</u>: Houve um aumento substancial de contratações no 3º Quadrimestre de 2023, seguido por uma redução no 1º Quadrimestre de 2024.

<u>Auxiliar de Apoio Educacional Inclusivo</u>: Houve uma contratação mínima no 1º Quadrimestre de 2024, após nenhum movimento nos três Quadrimestres de 2023.

<u>Merendeira</u>: As contratações começaram no 2º Quadrimestre de 2023, com um aumento significativo no 1º Quadrimestre de 2024.

Total de Vagas: As contratações totais aumentaram progressivamente ao longo de 2023, culminando em um grande aumento no 1º Quadrimestre de 2024.

Rescisões:

<u>Peb I</u>: Rescisões significativas ocorreram no 1º e 3º Quadrimestres de 2023, com uma redução no 1º Quadrimestre de 2024.

<u>Peb II</u>: Rescisões aumentaram no 3º Quadrimestre de 2023 e se mantiveram consideráveis no 1º Quadrimestre de 2024.

<u>Auxiliar de Desenvolvimento Infantil</u>: Rescisões ocorreram de forma mais distribuída ao longo de 2023, com uma redução no 1º Quadrimestre de 2024.

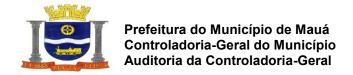
<u>Auxiliar de Apoio Educacional Inclusivo</u>: Não houve rescisões ao longo dos períodos analisados.

<u>Merendeira</u>: Rescisões ocorreram no 2º e 3º Quadrimestres de 2023, sem rescisões no 1º Quadrimestre de 2024.

Total de Vagas: O número total de rescisões aumentou significativamente no 3º Quadrimestre de 2023 e diminuiu no 1º Quadrimestre de 2024.

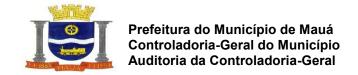
A Gerência de Gestão do Trabalho de Secretaria de Saúde, por meio da CI nº 581/2024, prestou as seguintes informações referentes às contratações por tempo determinado, ocorridas no segundo Quadrimestre do corrente ano. São elas:

1 - Relação das contratações, por tempo determinado, ocorridas no primeiro Quadrimestre do corrente ano, segue:



- a) O Processo Administrativo que trata as Contratações por Tempo Determinado é o de nº 1.379/2020;
 - b) O órgão solicitante é a própria Secretaria de Saúde Municipal;
- c) Dos cargos e funções: Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Cirurgiões Dentistas, Fisioterapeutas, Motoristas de Veículos de Urgência e Profissionais de Apoio Administrativo.
- d) Da legislação aplicada: Lei Municipal 5.584 de 05 de março de 2020, nos seguintes quantitativos: I 200 (duzentos) Médicos; II 35 (trinta e cinco) Enfermeiros; III 50 (cinquenta) Técnicos de Enfermagem; IV 10 (dez) Cirurgiões Dentistas; V 05 (cinco) Fisioterapeutas; VI 15 (quinze) profissionais de Veículos de Urgência; VII 100 (cem) profissionais de Apoio Administrativo. A justificativa para o tipo de Contratação por Tempo Determinado se ampara na Lei Municipal nº 5.584 de 05 de março de 2020: "Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a continuidade dos serviços de saúde através de admissão de profissionais médicos e pessoal de apoio.
 - e) Requisitos básicos para seleção e contratação:

Cargos	Requisitos	
Médico Clínico Geral	-Superior completo em Medicina; -Registro profissional no órgão competente.	
Médico Vascular	- Superior completo em Medicina; - Registro profissional no órgão competente; -Certificado de conclusão de residência médica ou título de especialidade na área.	
Médico Oftalmologista	 Superior completo em Medicina; Registro profissional no órgão competente, certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área. 	
Médico Psiquiatra	 Superior completo em Medicina; Registro profissional no órgão competente; Certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área pretendida. 	
Médico Generalista	 Superior completo em Medicina; Registro profissional no órgão competente; Certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área ou atuação comprovada, de no mínimo, 1 (um) ano no Programa Saúde/Estratégia da Família. 	
Médico Pnelmologista	 Superior completo em Medicina; Registro profissional no órgão competente, certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área. 	
Médico Clínico Geral	- Superior completo em Medicina; - Registro profissional no órgão competente.	



Médico Dermatologista	 Superior completo em Medicina; Registro profissional no órgão competente, certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área.
	- Superior completo em Medicina;
Médico Pediatra	- Registro profissional no órgão competente, certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área.
	- Superior completo em Medicina;
Médico Infectologista	- Registro profissional no órgão competente, certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área.
	- Superior completo em Medicina;
Médico Neurologista	- Registro profissional no órgão competente, certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista na área.

10. APOSENTADORIAS

O Município não possui Regime de Previdência Próprio, o que significa a adesão ao Regime Geral Previdenciário – INSS.

10.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A análise sobre as Admissões no quadro geral é possível destacar:

- ✓ **Expansão e Estabilização**: A autorização de mais cargos no 3º Quadrimestre de 2023 e sua estabilização até o 1º Quadrimestre de 2024 indicam um movimento de expansão seguida de um período de estabilização.
- ✓ **Preenchimento Consistente**: A constante elevação nos cargos providos demonstra um progresso contínuo no preenchimento das vagas.
- ✓ Flutuação Controlada: A variação nos cargos vagos, com uma diminuição geral ao final do período analisado, sugere um ajuste entre a criação de novas vagas e o preenchimento destas, com uma tendência positiva de redução nos cargos vagos, o que em tese deve refletir na eficiência da prestação e oferta dos serviços públicos.
- ✓ **Reflexo nas Admissões**: O aumento no número de admissões por tempo determinado em 2024 reflete diretamente o aumento dos cargos providos na administração pública. Isso ajuda a explicar o aumento do número de cargos providos de 5372 no 1º Quadrimestre de 2023 para 5594 no 1º Quadrimestre de 2024.
- ✓ **Redução de Cargos Vagos**: As contratações também ajudam a justificar a ligeira redução nos cargos vagos de 3928 no 1º Quadrimestre de 2023 para 3886 no 1º Quadrimestre de 2024. Embora o número de cargos autorizados tenha aumentado, a eficiência na contratação ajuda a manter um controle nos cargos vagos.

No período correspondente ao 1º Quadrimestre de 2024, **doze servidores** foram exonerados em decorrência de concessão de aposentadoria conforme preconiza a Emenda Constitucional nº 103/2019.

Segundo informações prestadas pela Secretaria de Administração e Modernização na C.I/NGD nº 228/24, todos os doze servidores tiveram seus salários enquadrados, seja por evolução funcional ou lei específica referente ao último cargo ocupado. As bases legais para os referidos enquadramentos são: Lei Complementar 35/19; Lei Complementar 36/19; Lei Complementar 38/20; Decreto 9.017/22; Lei 5.594/20; Emenda Constitucional 120; Lei 5.559/19, e Lei 4.614/10.

11. ENCARGOS SOCIAIS

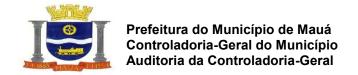
De acordo com informação prestada pela Secretaria de Finanças, através da Comunicação Interna nº 17/2024 <u>doc. 69</u>, seguem baixo os pagamentos de encargos sociais referente aos meses de janeiro a abril.

	Exercício de 2024 - 1° Quadrimestre - Encargos			
Mês	PASEP	FGTS	INSS	
Janeiro	R\$ 1.206.391,69	R\$ 118.025,51	R\$ 10.930.026,88	
Fevereiro	R\$ 964.440,82	R\$ 104.468,41	R\$ 10.825.476,69	
Março	R\$ 1.463.450,10	R\$ 103.862,43	R\$ 10.892.073,57	
Abril	R\$ 1.209.974,63	R\$ 107.124,74	R\$ 11.464.689,46	
Total	R\$ 4.844.257,24	R\$ 433.481,09	R\$ 44.112.266,60	

11.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações:

- ✓ Pasep: Tem uma média mensal de R\$ 1.211.064,31, com variações mensais entre aproximadamente 8% e 12% do total dos encargos sociais.
- √ FGTS: A média mensal é de R\$ 108.370,27, representando menos de 1% do total mensal dos encargos sociais.
- ✓ **INSS**: A média mensal é de R\$ 11.028.066,65, constituindo a maior parte dos encargos sociais, com percentuais entre 87% e 91%, estando o Município em situação adimplente com o pagamento de encargos sociais no 1º Quadrimestre, cumprindo assim as formalidades legais.
- ❖ O Município se encontra adimplente com o pagamento de encargos sociais no 1º Quadrimestre, cumprindo assim as formalidades legais.



12. REPASSES AO LEGISLATIVO

<u>Art. 168/CF</u>. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. (Redação da EC 45/2004).

Com este embasamento o valor mensal do Repasse à Câmara Municipal, no 1º Quadrimestre de 2024, foi de **R\$ 3.890.000,00**, sendo no Quadrimestre o total de **R\$ 15.560.000,00**.

12.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações:

❖ Em análise aos duodécimos transferidos à Câmara Municipal, o Município, assim como nos Quadrimestres anteriores, cumpriu com as obrigações constitucionais no período referente ao 1º Quadrimestre de 2024.

13. PRECATÓRIOS

Precatórios consistem em requisições de pagamentos que são emitidas pelo Poder Judiciário determinando a importância que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi sentenciada a despender como do resultado de uma ação de reconhecimento ao direito Constitucional de pagar.

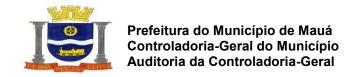
De acordo com a Lei Municipal 4524/2010, art. 1º, serão liquidados pelo valor real, em moeda corrente, acrescidos de juros legais, os créditos decorrentes de sentença judicial transitada em julgado se os valores não forem superiores a **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), por Precatório, conforme disposto no § 3º do art. 100, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

13.1. PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Conforme levantamento realizado junto à Secretaria de Finanças através da CI nº 118/2024 - SF, o total de pagamentos de Precatórios Judiciais realizados pela Municipalidade no 1º Quadrimestre de 2024 foi de R\$ 18.590.212,67 (dezoito milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e doze reais e sessenta e sete centavos), não constando, até a presente data, pagamentos em atraso.

A pedido da Controladoria-Geral, a DEPRE emitiu, em 10 de maio de 2024, Atestado de Adimplência.

Os valores dos depósitos da DEPRE da Prefeitura de Mauá são demonstrados no quadro abaixo:



Ex	Exercício de 2024 - 1° Quadrimestre - Encargos			
Mês	Depósito Mensal	Parcelamento		
Janeiro	R\$ 4.608.206,89	R\$ 361.082,36		
Fevereiro	R\$ 4.628.332,83	R\$ 361.082,36		
Março	R\$ 4.658.588,60	R\$ 361.082,36		
Abril	R\$ 4.695.084,35	R\$ 361.082,36		
Total	R\$ 18.590.212,67	R\$ 1.444.329,44		

<u>Obs.</u>: O Parcelamento de Insuficiência de anos anteriores será finalizado em dezembro/2024.

A alíquota mínima determinada pelo DEPRE TJSP sobre a RCL para depósito mensal em 2024 é de 3,86%.

13.2. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações:

❖ Constatamos o pagamento total a título de Precatórios no valor de R\$ 18.590.212,67 (dezoito milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e doze reais e sessenta e sete centavos), não apresenta atraso, conforme certidão de adimplência emitido pela DEPRE.

14. CONTAS DE CONSUMO (ÁGUA, LUZ E TELEFONE)

Neste tem, a Auditoria da Controladoria-Geral, em levantamento realizado junto às Secretarias de Administração e Modernização, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, através da Comunicações Internas nº 156/2024 <u>doc. 70</u>, 495/2024 <u>doc. 71</u> e 750/2024 <u>doc. 72</u> respectivamente, divulga as informações relacionadas ao consumo de água, energia e de telefonia Prefeitura Municipal de Mauá, indicando o montante consumido no mês, com o respectivo valor cobrado, e os dados de consumo referente ao 1º Quadrimestre de 2024.

Conforme o disposto na Lei nº 16.847, de 3 de abril de 2020, o consumo de água e energia pode ser classificado em consciente, adequado, em alerta e abusivo e cada um deles possui uma cor indicativa.

Os valores estão demonstrados nos quadros abaixo:

❖ <u>Secretaria de Administração e Modernização</u>:

Exercício de 2024 - 1° Quadrimestre – Contas de Consumo			
Empresas	Montante a título de juros	Montante a título de multas	
BRK Ambiental	R\$ 3.115,76	R\$ 5.609,72	
Enel	R\$ 802,63	R\$ 4.688,28	
Vivo	R\$ 226,04	R\$ 1.652,33	
Total	R\$ 4.144,43	R\$ 11.950,33	

<u>Obs.</u>: A Secretaria de Administração e Modernização efetua apenas os pagamentos referente ao consumo telefônico de todas as Secretarias.

❖ Secretaria de Saúde:

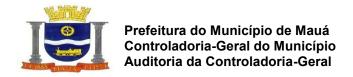
Exercício de 2024 - 1° Quadrimestre – Contas de Consumo			
Empresas	Montante a título de juros	Montante a título de multas	
BRK Ambiental	R\$ 228,00	R\$ 2.472,99	
Enel	R\$ 248,87	R\$ 1.488,91	
Total	R\$ 476,87	R\$ 3.961,90	

❖ <u>Secretaria de Educação</u>:

BRK Ambiental		
Montante a título de juros e multas		
Ref. Água	R\$ 6.547,56	
Ref. Esgoto	R\$ 4.779,29	
Total	R\$ 11.326,85	

Enel	
Montante a título de juros e multas	
Total	R\$ 5.508,96

<u>Obs.</u>: A Secretaria de Educação, na data de emissão da <u>CI nº 750/2024 – SE (07/05/2024)</u>, informa a esta Auditoria da Controladoria-Geral não ainda haver recebido, das empresas Enel e BRK, as faturas de consumo referentes ao mês de abril de 2024.



15. ADIANTAMENTOS

O regime de adiantamento tem previsão na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Municipal nº 5.165/2016. De acordo com as informações prestadas pelo Núcleo da Controladoria-Geral do Município, através da Comunicação Interna nº 42/2024 <u>doc. 73</u>, a tabela abaixo apresenta a relação de Adiantamentos durante o 1º Quadrimestre de 2024:

Secretaria	Data	Objeto	Valor	Processo Administrativo
Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres	09/01/24	Despesas emergenciais para mulheres em situação de violência	R\$ 2.800,00	46/2024
Secretaria de Saúde	09/01/24	Despesas com Carona Amiga e TFD	R\$ 1.000,00	69/2024
Secretaria de Saúde	09/01/24	Despesas com Carona Amiga e TFD	R\$ 2.500,00	69/2024
Secretaria de Saúde	09/01/24	Despesas com Carona Amiga e TFD	R\$ 1.500,00	69/2024
Secretaria de Assistência Social	30/01/24	Despesas com benefício eventual – auxílio financeiro	R\$ 2.824,00	190/2024
Secretaria de Assistência Social	30/01/24	Despesas com benefício eventual – auxílio financeiro	R\$ 2.824,00	192/2024
Secretaria de Assistência Social	31/01/24	Despesas emergenciais da SAS	R\$ 1.200,00	193/2024
Secretaria de Assistência Social	31/01/24	Despesas emergenciais da SAS	R\$ 1.024,00	193/2024
Secretaria de Assistência Social	31/01/24	Despesas emergenciais da SAS	R\$ 600,00	193/2024
Secretaria de Saúde	02/02/24	Aquisição de medicamentos por determinação judicial	R\$ 2.424,00	519/2024
Secretaria de Habitação	06/02/24	Curso sobre Políticas Habitacionais	R\$ 5.203,00	498/2024
Secretaria de Saúde	08/02/24	Manutenção de 16 balanças das UBS	R\$ 1.520,00	663/2024
Secretaria de Saúde	08/02/24	Aquisição de 18 válvulas de retenção para compressores odonto	R\$ 2.700,00	738/2024
Secretaria de Saúde	08/02/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 800,00	834/2024
Secretaria de Saúde	08/02/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 2.900,00	834/2024
Secretaria de Saúde	08/02/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 1.300,00	834/2024
Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres	09/02/24	Despesas emergenciais para mulheres em situação de violência	R\$ 2.000,00	361/2024
Secretaria de Finanças	15/02/24	Viagem à Brasília CEF – Prefeito e Ministro de Relações Institucionais	R\$ 2.242,66	1176/2024
Secretaria de Segurança Pública	15/02/24	Revisão automotiva de 3 veículos + 2 motocicletas da SSP	R\$ 824,00	139/2024
Secretaria de Segurança Pública	15/02/24	Revisão automotiva de 3 veículos + 2 motocicletas da SSP	R\$ 2.000,00	139/2024
Gabinete do Prefeito	19/02/24	Viagem à Brasília CEF – Prefeito e Ministro de Relações Institucionais	R\$ 2.760,66	1208/2024
Secretaria de Esporte e Lazer	20/02/24	Manutenção da cobertura e piso do ginásio da Vila Assis	R\$ 2.100,00	681/2024
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	21/02/24	Viagem a Brasília – Encontro com Ministro do Empreendedorismo	R\$ 600,00	665/2024
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	21/02/24	Viagem a Brasília – Encontro com Ministro do Empreendedorismo	R\$ 2.500,00	665/2024
Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo	21/02/24	Viagem à Brasília – Seminário Nacional de Artesanato	R\$ 2.700,00	1265/2024
Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo	21/02/24	Viagem à Brasília – Seminário Nacional de Artesanato	R\$ 220,00	1265/2024



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

Controladoria-Geral do Município	28/02/24	Curso de sindicância administrativa para a comissão sindicante	R\$ 4.000,00	727/2024
Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo	29/02/24	Aquisição de fontes de alimentação para computadores da STRE	R\$ 2.800,00	1299/2024
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	01/03/24	Custas de Cartório do Conselho Municipal do Turismo (Comtur)	R\$ 800,00	1387/2024
Gabinete do Prefeito	13/03/24	Viagem do Prefeito à Brasília	R\$ 3.877,51	2083/2024
Secretaria de Esporte e Lazer	19/03/24	Inscrição de atletas na Superliga Vôlei Melhor Idade 2024	R\$ 2.800,00	1807/2024
Secretaria de Esporte e Lazer	19/03/24	Despesas dos atletas na Superliga Vôlei Melhor Idade 2024	R\$ 1.500,00	1844/2024
Secretaria de Assistência Social	20/03/24	Despesas com benefício eventual – auxílio financeiro	R\$ 2.824,00	1879/2024
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	22/03/24	Aquisição de certificado digital	R\$ 120,00	2234/2024
Secretaria de Assistência Social	26/03/24	Despesas com benefício eventual – auxílio financeiro	R\$ 2.824,00	1880/2024
Secretaria de Assistência Social	26/03/24	Despesas com benefício eventual – auxílio financeiro	R\$ 830,00	1878/2024
Secretaria de Saúde	27/03/24	36º Congresso de Secretários Mun. de Saúde do Estado de SP	R\$ 7.000,00	2204/2024
Secretaria de Assistência Social	28/03/24	Viagem de representantes do Conselho do Idoso no Conselho Estadual	R\$ 3.000,00	2111/2024
Secretaria de Assistência Social	28/03/24	Viagem de representantes do Conselho do Idoso no Conselho Estadual	R\$ 4.000,00	2111/2024
Secretaria de Assistência Social	28/03/24	Viagem de representantes do Conselho do Idoso no Conselho Estadual	R\$ 1.740,00	2111/2024
Secretaria de Saúde	28/03/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 1.000,00	2301/2024
Secretaria de Saúde	28/03/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 3.000,00	2301/2024
Secretaria de Saúde	28/03/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 1.000,00	2301/2024
Secretaria de Segurança Pública	28/03/24	Aquisição e peças para conserto de elevadores nas DP's do Idoso e Mulher	R\$ 2.000,00	2379/2024
Secretaria de Administração	01/04/24	Aquisição e adesivos para o dia de conscientização sobre o Autismo	R\$ 249,00	2524/2024
Secretaria de Saúde	02/04/24	36º Congresso de Secretários Mun. de Saúde do Estado de SP	R\$ 3.500,00	2205/2024
Secretaria de Saúde	05/04/24	36º Cosem/SP – alimentação e pedágios	R\$ 150,00	2430/2024
Secretaria de Saúde	05/04/24	36º Cosem/SP – alimentação e pedágios	R\$ 300,00	2430/2024
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	12/04/24	Custas de Cartório – ações para aprimorar ofertas turísticas para a cidade	R\$ 250,00	2709/2024
Secretaria de Assistência Social	15/04/24	Despesas miúdas e de pronto pagamento para a SAS	R\$ 1.424,00	2489/2024
Secretaria de Assistência Social	15/04/24	Despesas miúdas e de pronto pagamento para a SAS	R\$ 400,00	2489/2024
Secretaria de Assistência Social	15/04/24	Despesas miúdas e de pronto pagamento para a SAS	R\$ 1.000,00	2489/2024
Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres	15/04/24	Despesas emergenciais para mulheres em situação de violência	R\$ 2.000,00	2721/2024
Secretaria de Habitação	16/04/24	Material de consumo – pastas para regularização fundiária	R\$ 200,00	2767/2024
Secretaria de Finanças	17/04/24	Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos em Ribeirão Preto	R\$ 200,00	3096/2024
Secretaria de Finanças	17/04/24	Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos em Ribeirão Preto	R\$ 1.000,00	3096/2024
Secretaria de Finanças	17/04/24	Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos em Ribeirão Preto	R\$ 800,00	3096/2024
	·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	



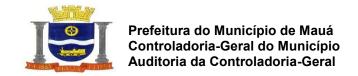
Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

18/04/24	Aquisição de insumos para o Programa de Vigilância da Qualidade da água	R\$ 2.420,18	2735/2024
19/04/24			3124/2024
20/04/24	Serviços cartorários	R\$ 2.600,00	1933/2024
22/04/24	Aquisição de medicamentos e insumos por determinação judicial	R\$ 2.824,00	3045/2024
23/04/24	equipamentos esportivos da SEL	R\$ 1.400,00	2429/2024
23/04/24	Aquisição e materiais e reparos nos equipamentos esportivos da SEL	R\$ 750,00	2429/2024
23/04/24	atender mandado de segurança	R\$ 599,00	2925/2024
25/04/24	Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 – Senacon e MJSP	R\$ 1.000,00	3131/2024
25/04/24	Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 – Senacon e MJSP	R\$ 4.500,00	3131/2024
25/04/24	Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 – Senacon e MJSP	R\$ 1.700,00	3131/2024
26/04/24	Despesas com alimentação e estacionamento no evento CSC GovTech	R\$ 100,00	2708/2024
26/04/24	Despesas com alimentação e estacionamento no evento CSC GovTech	R\$ 400,00	2708/2024
26/04/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 800,00	3176/2024
26/04/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 3.000,00	3176/2024
26/04/24	Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município	R\$ 1.200,00	3176/2024
30/04/24	Participação em Curso — Conselho		3390/2024
30/04/24	com equipe da Petrobras		3584/2024
30/04/24	Viagem ao Rio de Janeiro – Audiência com equipe da Petrobrás	R\$ 1.000,00	3584/2024
	19/04/24 20/04/24 22/04/24 23/04/24 23/04/24 23/04/24 25/04/24 25/04/24 26/04/24 26/04/24 26/04/24 26/04/24 30/04/24	de Vigilância da Qualidade da água 19/04/24 Curso de Sindicância Administrativa para a Comissão Sindicante 20/04/24 Serviços cartorários 22/04/24 Aquisição de medicamentos e insumos por determinação judicial 23/04/24 Aquisição e materiais e reparos nos equipamentos esportivos da SEL 23/04/24 Aquisição e materiais e reparos nos equipamentos esportivos da SEL 23/04/24 Aquisição de tênis ortopédico para atender mandado de segurança 25/04/24 Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 – Senacon e MJSP 25/04/24 Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 – Senacon e MJSP 25/04/24 Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 – Senacon e MJSP Despesas com alimentação e estacionamento no evento CSC GovTech Despesas com alimentação e estacionamento no evento CSC GovTech 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município Programa Carona Amiga e TFD – Tratamento Fora do Município 26/04/24 Viagem ao Rio de Janeiro – Audiência com equipe da Petrobrás Viagem ao Rio de Janeiro – Audiência com equipe da Petrobrás	19/04/24 de Vigilância da Qualidade da água 19/04/24 Curso de Sindicância Administrativa para a Comissão Sindicante 20/04/24 Serviços cartorários 22/04/24 Aquisição de medicamentos e insumos por determinação judicial 23/04/24 Aquisição e materiais e reparos nos equipamentos esportivos da SEL 23/04/24 Aquisição e materiais e reparos nos equipamentos esportivos da SEL 23/04/24 Aquisição de tênis ortopédico para atender mandado de segurança 25/04/24 Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 — Senacon e MJSP 25/04/24 Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 — Senacon e MJSP 25/04/24 Viagem do Secretário à Brasília dias 25,26 e 27/04 — Senacon e MJSP 25/04/24 Despesas com alimentação e estacionamento no evento CSC GovTech Despesas com alimentação e estacionamento no evento CSC GovTech 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD — Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD — Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD — Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD — Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD — Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD — Tratamento Fora do Município 26/04/24 Programa Carona Amiga e TFD — Tratamento Fora do Município 30/04/24 Participação em Curso — Conselho Tutelar 30/04/24 Viagem ao Rio de Janeiro — Audiência com equipe da Petrobrás 30/04/24 Viagem ao Rio de Janeiro — Audiência com equipe da Petrobrás 30/04/24 Viagem ao Rio de Janeiro — Audiência

15.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise, por amostragem, processos abaixo relacionados, delibero pelas seguintes constatações: a auditoria não identificou inconsistências, erros ou fraudes nos arquivos e documentos apresentados, passíveis de apontamento.

Secretaria	Data	Objeto	Valor	Processo Administrativo
Secretaria de Assistência Social	20/03/24	Despesas com benefício eventual – auxílio financeiro	R\$ 2.824,00	1879/2024
Secretaria de Assistência Social	26/03/24	Despesas com benefício eventual – auxílio financeiro	R\$ 2.824,00	1880/2024
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	22/03/24	Aquisição de certificado digital	R\$ 120,00	2234/2024
Secretaria de Saúde	09/01/24	Despesas com Carona Amiga e TFD	R\$ 2.500,00	69/2024
Secretaria de Saúde	27/03/24	36º Congresso de Secretários Mun. de Saúde do Estado de SP	R\$ 7.000,00	2204/2024



16. LAI – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), estabelece, entre outras prerrogativas, a obrigatoriedade de dar publicidade às informações governamentais de forma proativa, objetiva, transparente e em linguagem de fácil compreensão, com disponibilização por meio da internet.

Os procedimentos previstos nesta Lei, conforme seu art. 3°, destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V desenvolvimento do controle social da administração pública.

De acordo com informações prestadas pelo Núcleo da Controladoria-Geral, através da Comunicação Interna 45/2024 <u>doc. 74</u>, o sítio eletrônico do município de Mauá, disponível através do link: https://www.maua.sp.gov.br/, nos apresenta múltiplos acessos em sua página inicial, permitindo maior agilidade e facilidade no fornecimento de informações prestadas à toda sociedade, bem como na solicitação e acompanhamento de serviços.

Este é um serviço acompanhado pelo próprio Núcleo da Controladoria-Geral, que está em constante aprimoramento e sofre atualizações de acordo com o cenário atual da sociedade, visando o pleno atendimento às demandas dos munícipes, servidores e legislações vigentes.

A divulgação de informações de interesse público independe de solicitações, de modo que a gestão da informação é transparente e propicia o amplo acesso. Todavia, no exercício de suas atribuições, o Núcleo da Controladoria-Geral mantém o acompanhamento das informações e acessos contidos e divulgados, no intento de que as adequações necessárias e/ou obrigatórias se tornem cada vez mais céleres.

No período compreendido como 1º Quadrimestre do ano corrente, houve a inclusão de algumas informações solicitadas e/ou sugeridas por este núcleo:

- ✓ Publicização de dados relativos às Arboviroses grupo de doenças virais que são transmitidas principalmente por artrópodes, como mosquitos e carrapatos com especial atenção às doenças como Dengue, Chikungunya e Zica Vírus.
 - ✓ Publicização do DECRETO Nº 9.261, que instituiu o Plano Municipal de Contingência para o Enfrentamento das Arboviroses 2024/2025.

- ✓ Publicização do Plano Municipal de contingência para o Enfrentamento das Arboviroses 2024/2025.
- ✓ Aprimoramento na divulgação de dados de Arboviroses através de gráficos de melhor entendimento pelos usuários, devidamente identificado e assinado pelos responsáveis.
 - ✓ Atualização e acompanhamento semanal dos dados de Arboviroses.
 - ✓ Publicização do Plano de Saneamento Básico do Município.
 - ✓ Atualização do Serviço de Informação ao Cidadão SIC.
 - ✓ Inserção de relatório SIC 2023.
- ✓ Estruturação na visualização dos relatórios quadrimestrais da Controladoria-Geral do Município desmembrados por ano.
- ✓ Inserção de relatórios quadrimestrais da Controladoria-Geral do Município período 3º Quadrimestre de 2023 desmembrados em duas versões (assinado e colorido).
- ✓ Inserção de relatórios quadrimestrais da Auditoria da Controladoria-Geral do Município período 3º Quadrimestre de 2023 desmembrados em duas versões (assinado e colorido).
 - ✓ Inserção e atualização de relatórios da Ouvidoria-Geral do Município.

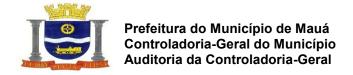
Não obstante, é fato que o sítio eletrônico do município, como bem observado pelo Núcleo, apesar de seu elevado desempenho e progresso, é passível de avanços e desenvolvimento de novas ferramentas que proporcionem o cumprimento da legislação em sua integralidade, assim como na efetividade quando da disponibilização de informações e dados referentes a todos os atos realizados pela municipalidade.

16.1. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL (SIC / OGM)

Preconizada pela Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) - a *Publicidade* encontra-se como pilar no processo de democratização das relações entre o governo e a sociedade. Assim como, na condução da vida pública e a eficácia dos atos administrativos estabelecendo procedimentos que devem ser realizados nos órgão públicos, a fim de garantir acesso às informações por parte da sociedade.

A ideia de transparência na gestão pública é fruto da disseminação na sociedade da chamada cultura do acesso, que prega a necessidade de agentes públicos se conscientizarem de que toda informação pública é de propriedade do cidadão, cabendo ao Município disponibilizá-la – "Transparência dos atos emanados pelo gestor público".

O Portal da Transparência da Gestão Municipal da Cidade de Mauá - https://www.maua.sp.gov.br/ - estabelece auxílio na comunicação entre a Prefeitura, a Câmara e os Cidadãos. E, dentro desta ferramenta encontram-se dois setores que consistem na garantia do cidadão ao acesso à informação sobre as ações públicas do órgão.



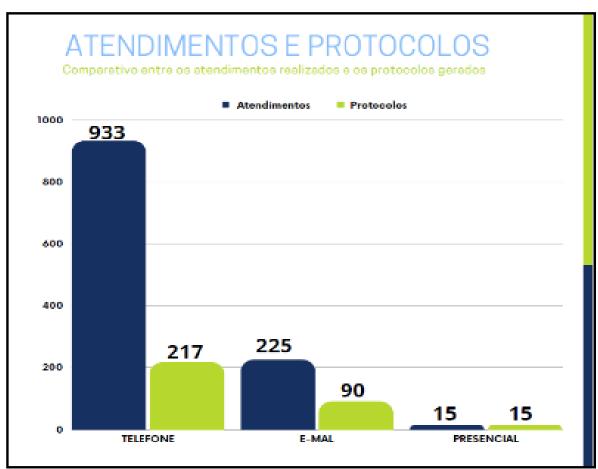
* Ouvidoria-Geral do Município – OGM

É o canal adequado entre o cidadão e a Prefeitura para receber manifestações sobre o pósatendimento das prestações de serviços públicos, sendo esta criada pela Lei Municipal nº. 4.455, de 04 de setembro de 2009.

A através da CI nº 210/2024 <u>doc. 75</u>, a OGM informa que elabora Relatório Anual, conforme descrito na Lei nº 13.460, art. 3°, de 26 de junho de 2017.

Art. 3º Com periodicidade mínima anual, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.

Em demonstração no Relatório Anual 2023, a Ouvidoria Geral do Município aponta os seguinte dados:



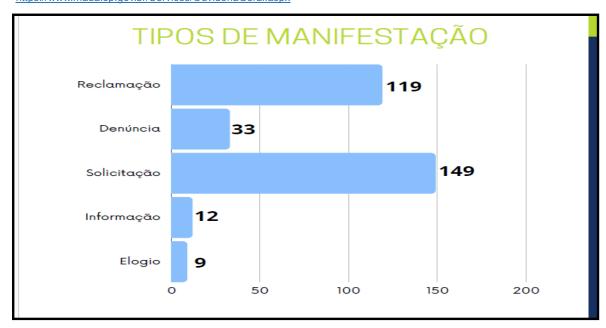
fontes:

https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3%b3rio%20Anual%202023.pdf https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx



fontes:

https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3%b3rio%20Anual%202023.pdf https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx



fontes

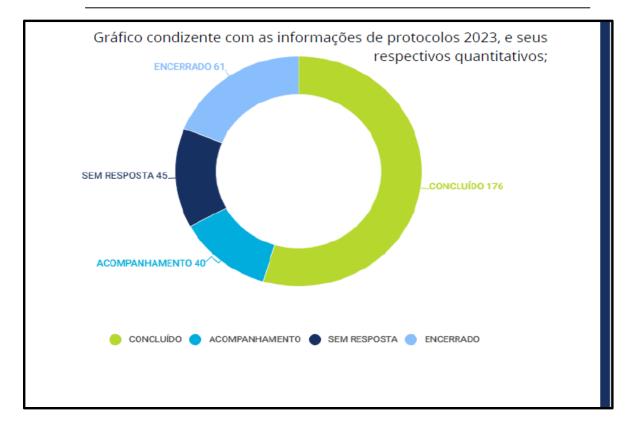
 $\frac{https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM\%20Relat\%c3\%b3rio\%20Anual\%202023.pdf \\ \frac{https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx}{}$

VISÃO GERAL PROTOCOLOS 2023

SECRETARIA/ ÓRGÃO	Protocolo OGM	CONCLUIDOS	%	PENDENTE/ EM ACOMPANHAMENTO	%	S/ RESPOSTA	%	ENCERRADO	%
SSU	114	47	41%	27	24%	37	32%	3	3%
SMU	50	33	66%	5	10%	3	6%	9	18%
SSP	5	1	20%		0%	1	20%	3	60%
SPU	8	4	50%	1	13%		0%	3	38%
SPDC	6	2	33%	1	17%			3	50%
SMA	25	10	40%	5	20%		0%	10	40%
SF	3	2	67%		0%		0%	1	33%
SAM	5	2	40%		0%		0%	3	60%
SAS	7	3	43%		0%	2	29%	2	29%
SE	5	1	20%		0%		0%	4	80%
GP	1		0%		0%		0%	1	100%
50	2		0%		0%		0%	2	100%
SH	2		0%		0%		0%	2	100%
STRE	2	2	100%		0%		0%		0%
SDE	1	1	100%		0%		0%		0%
BRK	11	5	45%		0%		0%	6	55%
SABESP	41	38	93%		0%	1	2%	2	5%
MAUÁ LUZ	15	15	100%		0%		0%		0%
PERALTA	2	1	50%		0%	1	50%		0%
OGM	8	7	88%		0%		0%	1	13%
ENEL	1		0%	1	100%		0%		0%
CAMARA MUNICIPAL	1	1	100%		0%		0%		0%
SAJ	1		0%		0%		0%	1	100%
SEL	2		0%		0%		0%	2	100%
SS	3	1	33%		0%		0%	2	67%
SPPM	1		0%		0%		0%	1	100%
TOTAL	322	176	55%	40	12%	45	14%	61	19%

fontes

https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3%b3rio%20Anual%202023.pdf https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx

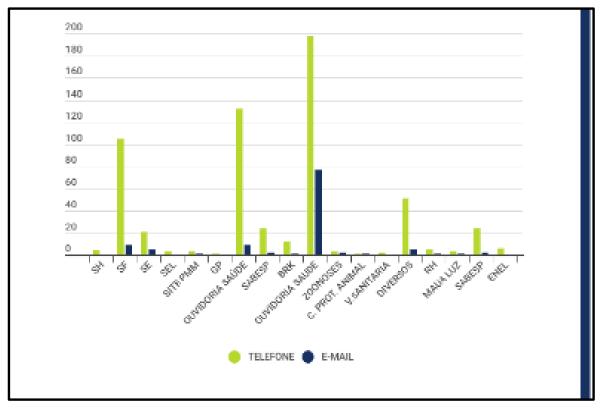


fontes:
https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3%b3rio%20Anual%202023.pdf
https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx



fontes

https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3%b3rio%20Anual%202023.pdf https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx



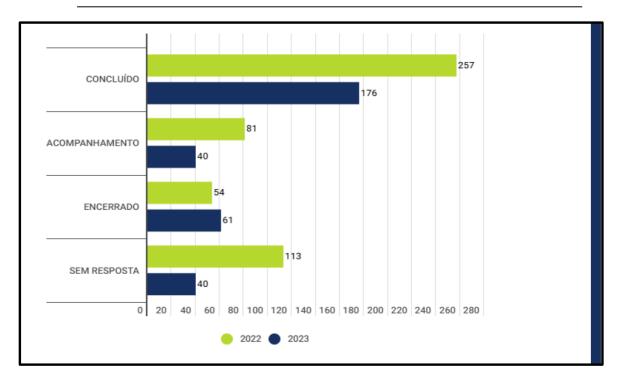
fontes:

 $\frac{\text{https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM\%20Relat\%c3\%b3rio\%20Anual\%202023.pdf}{\text{https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx}}$



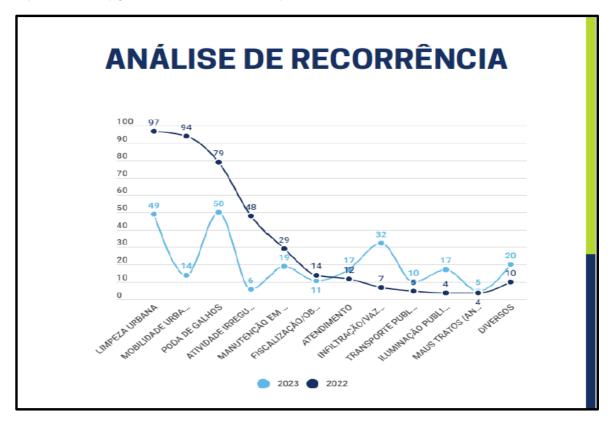
fontes

https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3%b3rio%20Anual%202023.pdf https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx



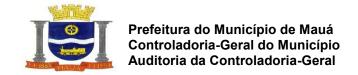
fontes:

https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3%b3rio%20Anual%202023.pdf https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx



fontes

 $\frac{https://www.maua.sp.gov.br/Arquivos/Secretarias/Ouvidoria/OGM%20Relat%c3\%b3rio%20Anual%202023.pdf}{https://www.maua.sp.gov.br/Servicos/OuvidoriaGeral.aspx}$



❖ Serviço de Informação ao Cliente – SIC

É o setor adequado para fornecer informações gerais a qualquer pessoa que o solicite. Preconiza a publicidade como pilar no processo de democratização das relações entre o governo e a sociedade na condução da vida pública e, a eficácia dos atos administrativos realizados por meio de uma gestão transparente de informações, permitindo amplo acesso e divulgações de dados públicos, garantindo sua permanente disponibilidade e integridade.

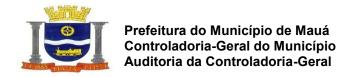
A através da CI nº 159/2024 doc. 76, o SIC informa:

❖ Formas de atendimento:

- Serviço Web (Internet): SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) na página <u>https://www.maua.sp.gov.br/PortalTransparencia/</u>;
 - Diário Oficial do Município (Internet) na página https://dom.maua.sp.gov.br/;
- Presencial Central de Atendimento localizada na Avenida João Ramalho nº 205 Vila
 Noêmia Piso Térreo do prédio do Paço Municipal.
 - Referente ao 1º Quadrimestre de 2024, temos a informar:
 - 1 Relação geral de todos os recebimentos de SIC, assim distribuídos:
 - √ 11 (onze) protocolos em janeiro;
 - √ 12 (doze) em fevereiro;
 - √ 13 (treze) em março; e
 - √ 09 (nove) em abril.

<u>Obs.</u>: 100% do registro dos protocolos ocorreu diretamente pelo cidadão, no sistema informatizado em uso na Prefeitura do Município de Mauá - e-gov - módulo SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, no Portal do Município de Mauá, no link do <u>SIC ELETRÔNICO</u>, por meio do sítio eletrônico https://e-gov.maua.sp.gov.br/grp/processos/acessoexterno/ouvidoria.faces.

- **2** Relatório das demandas atendidas sobre pedidos e respostas, de acordo com o escopo da LAI, do total apurado:
 - √ 14 (catorze) protocolos não se enquadraram como pedidos de informação (31%);
- ✓ 31 (trinta e um) protocolos tramitaram internamente com pedido de informação para manifestação dos setores detentores da informação requerida (69%);
- ✓ 27 (vinte e sete) pedidos atendidos, o órgão respondeu a 60% dos pedidos, a informação foi franqueada ao requerente no prazo médio de 17 dias.



- 3 Relatório das demandas que ainda encontram-se em aberto:
- ✓ 02 (dois) pedidos sem resposta dos setores detentores das informações pleiteadas, representando o encerramento com omissão de resposta de 4% dos pedidos;
- ✓ 02 (um) pedidos aguardando resposta da área competente detentora da informação, representando 4% dos pedidos.

Obs.:

<u>Pedidos recebidos</u> = são aqueles pedidos registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e recebidos pelo órgão.

Pedidos respondidos = pedidos que tiveram alguma resposta do órgão demandado.

<u>Pedido atendido, total ou parcialmente</u> = aqueles em que a informação foi franqueada ao requerente, total ou parcialmente.

Pedido Aguardando Resposta = No prazo estipulado na LAI: 20 dias.

Pedido negado = aqueles em que o órgão nega motivadamente o acesso à informação.

<u>Pedido não atendido</u> = aquele que: não se trata de pedido de informação¹ com base na LAi; versam sobre matéria da competência legal de outro órgão; se referem a informação inexistente; ou solicitações duplicadas.

<u>Omissão de resposta</u> - Pedido em que o órgão demandado não se manifesta em relação a um pedido de acesso à informação no prazo legal (vinte dias, prorrogáveis por mais dez dias de forma justificada, contados da data de registro do pedido de informação).

Quadros demonstrativos referentes ao 1º Quadrimestre de 2024:

Protocolos Recebidos – mensal 1º Quadrimestre 2024					
Mês	Quant.	%			
Janeiro	11	24			
Fevereiro	12	27			
Março	13	29			
Abril	9	20			
Total	45	100			



¹pedidos que não especifiquem a informação desejada ou que configurem como desabafo, reclamação, elogio; consultas jurídicas, opinião e solicitações diversas em geral. Nesses casos, o cidadão é comunicado e instruído a tratar o assunto no canal adequado.

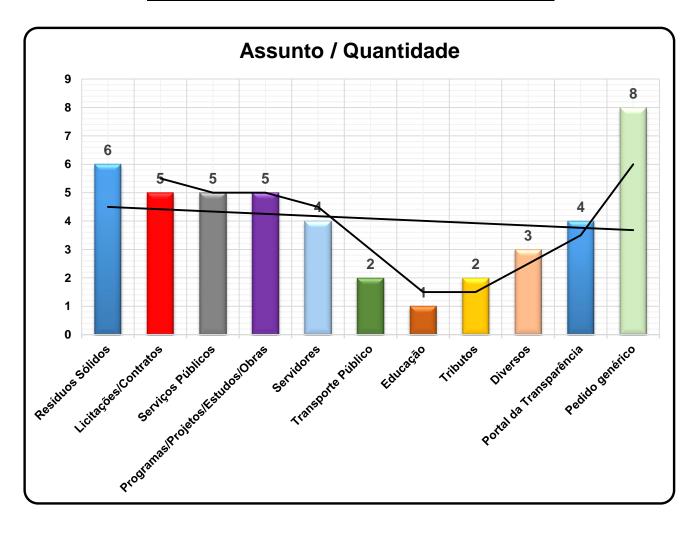
Estatística 1º Quadrimestre 2024 Protocolos SIC – Serviço de Informação ao Cidadão						
Pedidos encaminhados	14	31%				
Pedidos não atendidos	31	69%				
Total da Demanda 45 100%						



Dados Estatístico Sintético 1º Quadrimestre 2024					
TIPO DE RESPOSTA					
Atendidos (Total ou Parcialmente)	24	53%			
Omissão de resposta	02	4%			
Aguardando resposta – no prazo	02	4%			
Informação inexistente	03	7%			
Não configura pedido de Informação 14 31%					
TOTAL	45	100%			



ASSUNTOS	Quantidade	%
Resíduos Sólidos	6	13,33%
Licitação/contratos	5	11,11%
Serviços públicos	5	11,11%
Programas/projetos/estudos/obras	5	11,11%
Servidores	4	8,89%
Transporte público	2	4,45%
Educação	1	2,22%
Tributos	2	4,45%
Diversos	3	6,67%
Portal da Transparência	4	8,89%
Pedido genérico	8	17,77%
Total	45	100



16.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A Transparência é uma das ferramentas mais eficazes aos cidadãos no combate à corrupção, possibilitando que ele seja mais atuante no meio da Administração Pública e faça sua voz ser ouvida motivando benefícios à sociedade, tais como:

- 1. Legitimidade nas informações;
- 2. Efetividade na resoluções das demandas;
- 3. Possibilidade à fiscalização da gestão pública;
- 4. Permite que cidadãos acompanhem o que tem sido feito;
- 5. Faz com que cidadãos avaliem melhor a administração pública.
- Perspectivas 2024 Ouvidoria Geral do Município:
- Implantação do Conselho de Usuários: criado pelo Decreto Municipal nº 9.186/2023 e regulamentado pela Lei Federal nº 13.460/2017 (arts. 16 e seguintes);
- Implantação de ferramenta eletrônica sistema de controle, gerenciamento e análise de demandas.

17. FISCALIZAÇÃO A PRÓPRIOS PÚBLICOS

A Auditoria da Controladoria-Geral Município promove fiscalizações e acompanhamentos dos próprios públicos da Municipalidade a fim de verificar a prestação dos serviços ofertados à população, a estrutura dos equipamentos e a atuação qualificada dos profissionais que atuam na prestação do serviço público.

Com base no Organograma editado pela Controladoria-Geral do Município, os quadros abaixo explicitam as Secretarias Municipais fiscalizadas e seus respectivos equipamentos/próprios públicos, que receberam visitas no primeiro Quadrimestre de 2024.

Assistencia Social						
Secretaria	Equipamento	Data	Relatório			
Assistencia Social	Instituto de Incentivo à Vida – Isabel Soler	29/04/2024	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Assistencia Social	Instituto Monsenhor José Benedito Antunes	10/04/2024	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Assistencia Social	Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Mauá – APASMA	10/04/2024	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Assistencia Social	Associação Estrela Azul	15/04/2024	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Assistencia Social	Recanto Infantil Tia Célia	11/04/2024	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

Políticas Públicas Para Mulheres						
Secretaria	Equipamento	Data	Relatório			
Políticas Públicas Para Mulheres	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Políticas Públicas Para Mulheres	Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM ZAÍRA	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Políticas Públicas Para Mulheres	CRAM Macuco	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Políticas Públicas Para Mulheres	CRAM Oratório	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Políticas Públicas Para Mulheres	CRAM Parque das Américas	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Políticas Públicas Para Mulheres	CRAM Feital	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Políticas Públicas Para Mulheres	CRAM Vila Mercedes	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			
Políticas Públicas Para Mulheres	CRAM Móvel	23/04/2023	Visita – Controladoria/ Quadrimestre/2024			

	Educação					
Secretaria	Equipamento	Visita	Relatório			
Educação	E.M. Samir Auada	02/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M. Chico Mendes	02/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M. Cora Coralina	02/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M Florestan Fernandes	03/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M. Chico Mendes	02/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M. Profa Patrícia Martinelli	02/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M. Perseu Abramo	02/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M. Francisco Ortega	03/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			
Educação	E.M. José Rezende da Silva	02/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024			

Saúde				
Secretaria	Equipamento	Data	Relatório	
Saúde	UBS Feital	09/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Capuava	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Itapark	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Flórida	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Guapituba	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Jd. Mauá	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Jd. Kennedy	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Oratório	09/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Paranavaí	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Parque das Américas	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Parque São Vicente	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Zaíra II	09/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UBS Vila Magini	08/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UPA Zaíra	07/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UPA Magini	07/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UPA Vila Assis	07/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	UPA Barão de Mauá	07/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024	
Saúde	Saúde Bucal / Saúde Mental	15/07/24	Previsão de Visita 2º Quadrim.2024	
Saúde	Academias da Saúde	15/07/24	Previsão de Visita 2º Quadrim.2024	
Saúde	Programa Mauá de Bem com a Vida	15/07/24	Previsão de Visita 2º Quadrim.2024	



Saúde	Assistência Farmacêutica	15/07/24	Previsão de Visita 2º Quadrim.2024
Saúde	Farmácias Populares	15/07/24	Previsão de Visita 2º Quadrim 2024
Saúde	CAPS Adulto / CAPS Infantil / CAPS Álcool e Drogas	29/04/24	Visita – Controladoria 1º Quadrimestre/2024
Saúde	CEMMA - Centro de Especialidades Médicas de Mauá	10/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024
Saúde	CEO - Centro de Especialidades Odontológicas	02/04/24	Visita – Controladoria 1º Quadrimestre
Saúde	Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini	10/05/24	Visita – Controladoria/TCESP 1º Quadrimestre/2024
Saúde	Laboratório Regional de Próteses Dentárias	02/04/24	Visita – Controladoria 1º Quadrimestre
Saúde	SAD - Serviço Atenção Domiciliar	30/04/24	Visita – Controladoria 1º Quadrimestre/2024
Saúde	Residência Terapêutica Adulto	29/04/24	Visita – Controladoria 1º Quadrimestre/2024
Saúde	Consultório de Rua	29/04/24	Visita – Controladoria 1º Quadrimestre/2024
Saúde	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	29/04/24	Visita – Controladoria 1º Quadrimestre/2024

No período apresentado tivemos um total de 53 locais fiscalizados, sendo que em 29 deles, a Controladoria-Geral do Município atuou em apoio aos agentes de fiscalização do TCE-SP. Ao segmentar por pasta cujo os equipamentos foram fiscalizados temos o seguinte cenário: Educação - 9 unidades, Saúde – 31 unidades, Assistência Social – 5 unidades e Políticas Públicas Para Mulheres – 8 coordenadorias.

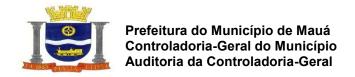
17.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental, exame de registros em sistemas de informações, e fiscalização "in loco" delibero pelas seguintes ponderações: Houve preponderância de Fiscalizações na Área da Saúde, sendo que a maior parte dessas ocorreram em equipamentos de saúde (<u>31 unidades de 53 no total</u>), o que representa aproximadamente 58.49% do total, também é digno de nota destacar a participação significativa do TCESP que esteve presente em mais da metade das fiscalizações (54.72%), o que demonstra maior atuação do órgão de controle externo em um mesmo período.

A fiscalização nas demais áreas tiveram uma distribuição relativamente equilibrada já que as fiscalizações nas unidades escolares, equipamentos da assistência social, e coordenadorias de políticas públicas para mulheres representam, respectivamente, **16.98**%, **9.43**%, e **15.09**% do total.

Em relação as Unidades da pasta da Saúde e da Educação pôde se observar desconformidades de ordem estrutural, como pisos e vidros quebrados, rachaduras, infiltrações, mofo e umidade nos equipamentos fiscalizados, desconformidades essas, já em tratamento pelas respectivas áreas.

No CAPS III Adulto foi relatado falta do medicamento Clorpromazina de 100mg, e havia dificuldade na coleta de exames dos usuários do atendimento integral e moradores da residência terapêutica.



No CEMMA o medicamento captopril sublingual e glicose estavam em falta no ato da fiscalização.

As quatro Entidades do Terceiro Setor que foram fiscalizadas em alguma medida apresentaram condições inadequadas no que tange acessibilidade, são elas: APASMA (Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Mauá, Instituto Monsenhor José Benedito Antunes, Instituto Recanto Infantil Tia Célia e Associação Estrela Azul.

18. TERCEIRO SETOR (ROL DOS CONTRATOS COM AS ENTIDADES)

A Auditoria da Controladoria-Geral do Município procede à análise, orientação e correição sobre a legalidade dos repasses às entidades do Terceiro Setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados; e realiza visitas, agendadas ordinárias, extraordinárias e correcionais às Entidades.

Após a realização das visitas, a Controladoria-Geral do Município produz os respectivos Relatórios pormenorizados e os encaminha ao Controlador-Geral do Município, aos Secretários Municipais das respectivas Pastas e ao Chefe do Poder Executivo e os deixa, também, à disposição dos Agentes de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando a resposta da Secretaria de Finanças, através da CI nº 097/2024 – SF <u>doc.</u> 77, abaixo temos a relação de Entidades acompanhadas.

	Contratada	N° PA	Contrato	Objeto Contratado	Secretaria Gestora	Vigência
1	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 1	24/2024	06/2022	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na Modalidade Casa Lar	Assistência Social	10/01/22 a 09/01/25
2	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 3	26/2024	35/2023	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na Modalidade Casa Lar	Assistência Social	27/02/23 a 26/02/2025
3	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 4	27/2024	06/2024	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na Modalidade Casa Lar	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
4	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 5	3329/2024	44/2024	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na Modalidade Casa Lar	Assistência Social	22/04/24 a 21/04/25
5	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mauá - APAE	28/2024	02/2024	Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias.	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
6	Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Mauá - APASMA	29/2024	05/2024	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias.	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
7	Associação Estrela Azul	30/2024	07/2024	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Crianças e Adolescentes	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
8	Instituição Recanto Infantil Tia Célia	35/2024	06/2024	Serviço Socioassistencial - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
9	Instituto de Incentivo à Vida – Antigo GRIV – Idoso	31/2024	04/2024	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (ILPI) – Proteção Social de Alta Complexidade – Idosos com 60 anos ou mais.	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
10	Instituto Monsenhor Benedito José Antunes	32/2024	21/2020	Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos - Residência nclusiva - Proteção Social Especial de Alta Complexidade.	Assistência Social	03/04/20 a 02/04/24
11	Lar do Menor de Mauá Sol da Esperança	34/2024	03/2024	Serviço e Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) de 0 a 18 anos incompletos.	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
12	Nova Era Novos Tempos	33/2024	01/2024	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCVI)	Assistência Social	03/01/24 a 02/01/25
13	Associação Educativa Madre Vicenza — Associação Educativa Santa Terezinha	685/2024	05/2023	Programa de Atendimento à Criança - Creche Educação Infantil.	Educação	02/01/23 a 31/12/25
14	Associação Comunitária Oswaldo Alexandro	686/2024	07/2023	Programa de Atendimento à Criança - Creche	Educação	02/01/23 a 31/12/25
15	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mauá - APAE	744/2024	02/2023	Programa de Atendimento à Pessoas Portadoras de Deficiência – Intelectual, múltipla e TEA.	Educação	02/01/23 a 31/12/25



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

		1			1	
16	Associação de Pais e Amigos dos Expecionais de Mauá - APASMA	746/2024	01/2023	Programa de Atendimento à Pessoas Portadoras de Deficiência – Ensino Especial – Pessoas surdas e com deficiência auditiva.	Educação	02/01/23 a 31/12/25
	Associação de Prevenção, Atendimento Especializado e Inclusão		0.7.2020			
17	da Pessoa com Deficiência – APRAESPI	748/2024	08/2023	Programa de Atendimento à Pessoas Portadoras de Deficiência - Ensino Especial	Educação	02/01/23 a 31/12/25
18	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE - Escola Aberta	752/2024	36/2023	Projeto Escola Aberta na cidade de Mauá.	Educação	27/02/23 a 26/02/25
19	Casa da Criança Auta de Souza	684/2024	06/2023	Programa de Atendimento à criança – Atendimento as crianças da faixa etária de creche.	Educação	02/01/2023 a 31/12/25
20	Centro de Assistência Social São Pedro — CASSAP	683/2024	03/2023	Programa de Atendimento à Criança - Atendimento a demanda da modalidade de creche.	Educação	02/01/23 a 31/12/25
21	Instituição Cidade dos Meninos Maria Imaculada	750/2024	04/2023	Programa de Atendimento à Pessoas Portadoras de Deficiência – Ensino Especial - Atendimento em Equoterapia.	Educação	02/01/23 a 31/12/25
22	Associação de Voleibol Mauá - AVM	493/2024	48/2019	Treinamento e prática da modalidade Voleibol com frupos de Escolinhas/iniciação e Representação do Município de Mauá.	Esportes e Lazer	17/06/19 a 15/06/24
23	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE – Ginástica Ritmica	494/2024	43/2019	Projeto GR Mauá – Ginástica Ritmica.	Esporte e Lazer	17/06/19 a 15/06/24
24	Associação Lirafut — Liga Regional de Árbitros de Futebol do ABC – Futebol de Campo	509/2024	97/2021	Projeto: Futebol de Campo, Society e Futsal.	Esporte e Lazer	07/12/21 a 06/06/24
25	Associação Lirafut — Liga Regional de Árbitros de Futebol do ABC – Futsal Amador	511/2024	123/2022	Projeto: Futebol Amador.	Esporte e Lazer	07/04/23 a 06/04/24
26	Associação Lirafut — Liga Regional de Árbitros de Futebol do ABC – Arbitragem	495/2024	45/2019	Projeto: Futebol de Campo e Arbitragem.	Esporte e Lazer	17/06/19 a 15/06/24
27	Associação M dos Amigos do Basquete - AMAB	446/2024	41/2019	Projeto: basquetebol "Girafinhas do Basquete"	Esporte e Lazer	17/06/19 a 15/06/24
28	Associação Desportiva do ABCD – Ginástica	508/2024	77/2021	Ginástica Alternativa/Terapêutica (ioga e pilates); Aeróbica (step, jump, ritmos, dança mix) e Condicionamento Físico (funcional).	Esportes e Lazer	09/11/21 a 08/05/24
29	Associação Recreativa Yntegração Desportiva Voleibol Mauá - Arydevom	510/2024	89/2021	Modalidade: Voleibol	Esporte e Lazer	29/11/21 a 28/05/24
30	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE – Natação e Hidro	1131/2024	115/2023	Projeto – Aquáticas.	Esporte e Lazer	09/10/23 a 08/10/24
31	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE – Domingou	50544/2023	32/2024	Projeto – Domingou – Lazer para todos.	Esporte e Lazer	03/04/24 a 02/04/25
32	Associação de Voleibol de Mauá – AVM – Competição	3234/2024	31/2024	Representação do Município de Mauá – Competiçaõ	Esporte e Lazer	01/04/24 a 31/03/25
33	Instituto Labirinto Oficinas Culturais – Hip Hop	1786/2024	42/2023	Projeto: Hip Hop	Cultura	20/04/23 a 19/04/25
34	Instituto Labirinto Oficinas Culturais – Música	1782/2024	41/2023	Projeto: Música – pandeiro, arcodeon, violão, viola e canto coral.	Cultura	20/04/23 a 19/04/25
35	Instituto Labirinto Oficinas Culturais – Artes Visuais	50794/2023	10/2024	Projeto: Artes Visuais, fotografia, ateliê de artes visuais e fanzine.	Cultura	03/01/24 a 31/03/25
36	Instituto Mauá de Responsabilidade Social – Artes Cênicas	50793/2023	09/2024	Projeto: Artes Cênicas.	Cultura	03/01/24 a 31/03/25
37	Associação Amigo do Animal	870/2024	116/2022	Implantação do Centro de Proteção Animal	Meio Ambiente	27/09/22 a 26/09/24

18.1. APLICAÇÃO DE RECURSOS (COM AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR)

Considerando a resposta da Secretaria de Finanças, através da CI nº. 096/2024 – SF <u>doc.</u> <u>78</u>, segue relação dos Contratos aos quais foram aplicados recursos financeiros no que se referem às Entidades do Terceiro Setor.

	Contratada	N° PA	Contrato	Secretaria Gestora	Valores pagos de 01/01/2024 a 30/04/2024
1	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 1	24/2024	06/2022	Assistência Social	R\$ 352.835,00
2	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 3	26/2024	35/2023	Assistência Social	R\$ 196.794,67



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

3	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 4	27/2024	06/2024	Assistência Social	R\$ 161.925.00
4	Associação Brasileira de Ação Social Cristã - ABASC Casa 5	3329/2024	44/2024	Assistência Social	R\$ 379.200,00
5	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mauá - APAE	28/2024	02/2024	Assistência Social	R\$ 36.086,05
6	Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Mauá - APASMA	29/2024	05/2024	Assistência Social	R\$ 23.100,00
7	Associação Estrela Azul	30/2024	07/2024	Assistência Social	R\$ 73.682,21
8	Instituição Recanto Infantil Tia Célia	35/2024	06/2024	Assistência Social	R\$ 132.197,60
9	Instituto de Incentivo à Vida – Antigo GRIV – Idoso	31/2024	04/2024	Assistência Social	R\$ 688.046,79
10	Instituto Monsenhor Benedito José Antunes	32/2024	21/2020	Assistência Social	R\$ 880.974,63
11	Lar do Menor de Mauá Sol da Esperança	34/2024	03/2024	Assistência Social	R\$ 879.951,95
12	Nova Era Novos Tempos	33/2024	01/2024	Assistência Social	R\$ 62.637,50
13	Associação Educativa Madre Vicenza — Associação Educativa Santa Terezinha	685/2024	05/2023	Educação	R\$ 369.600,00
14	Associação Comunitária Oswaldo Alexandro	686/2024	07/2023	Educação	R\$ 369.600,00
15	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mauá - APAE	744/2024	02/2023	Educação	R\$ 673.845,00
16	Associação de Pais e Amigos dos Expecionais de Mauá - APASMA	746/2024	01/2023	Educação	R\$ 150.300,00
17	Associação de Prevenção, Atendimento Especializado e Inclusão da Pessoa com Deficiência – APRAESPI	748/2024	08/2023	Educação	R\$ 939.150,00
18	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE - Escola Aberta	752/2024	36/2023	Educação	R\$ 511.519,88
19	Casa da Criança Auta de Souza	684/2024	06/2023	Educação	R\$ 442.200,00
20	Centro de Assistência Social São Pedro — CASSAP	683/2024	03/2023	Educação	R\$ 363.000,00
21	Instituição Cidade dos Meninos Maria Imaculada	750/2024	04/2023	Educação	R\$ 297.650,00
22	Associação de Voleibol Mauá - AVM	493/2024	48/2019	Esportes e Lazer	R\$ 196.000,00
23	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE – Ginástica Ritmica	494/2024	43/2019	Esporte e Lazer	R\$ 139.695,00
24	Associação Lirafut — Liga Regional de Árbitros de Futebol do ABC — Futebol de Campo	509/2024	97/2021	Esporte e Lazer	R\$ 135.215,36
25	Associação Lirafut — Liga Regional de Arbitros de Futebol do ABC – Futsal Amador Associação Lirafut — Liga Regional de Arbitros de Futebol do ABC	511/2024	123/2022	Esporte e Lazer	R\$ 114.000,00
26	Associação Liraidi — Liga Regional de Arbitros de Futebol do ABC — Arbitragem	495/2024	45/2019	Esporte e Lazer	R\$ 218.740,00
27	Associação M dos Amigos do Basquete - AMAB	446/2024	41/2019	Esporte e Lazer	R\$ 353.032,00
28	Associação Desportiva do ABCD – Ginástica	508/2024	77/2021	Esportes e Lazer	R\$ 75.000,00
29	Associação Recreativa Yntegração Desportiva Voleibol Mauá - Arydevom	510/2024	89/2021	Esporte e Lazer	R\$ 35.298,00
30	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE – Natação e Hidro	1131/2024	115/2023	Esporte e Lazer	R\$ 125.000,00
31	Associação Ed., Esportiva e Cultural TRYADE – Domingou	50544/2023	32/2024	Esporte e Lazer	R\$ 344.082,59
32	Associação de Voleibol de Mauá – AVM – Competição	3234/2024	31/2024	Esporte e Lazer	R\$ 274.600,00
33	Instituto Labirinto Oficinas Culturais – Hip Hop	1786/2024	42/2023	Cultura	R\$ 48.304,00
34	Instituto Labirinto Oficinas Culturais – Música	1782/2024	41/2023	Cultura	R\$ 53.688,00
35	Instituto Labirinto Oficinas Culturais – Artes Visuais	50794/2023	10/2024	Cultura	R\$ 266.840,00
36	Instituto Mauá de Responsabilidade Social – Artes Cênicas	50793/2023	09/2024	Cultura	R\$ 556.080,00
37	Associação Amigo do Animal	870/2024	116/2022	Meio Ambiente	R\$ 618.909,88
	Total pago até 30/04/2024	F	R\$ 11.538	3.781,11	

18.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS

No período referente ao 1º Quadrimestre 2024 não ocorreram análises e tratativas quanto a Prestação de Contas contratuais.

18.3. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações,

deliberamos pelas seguintes constatações: por amostragem foram analisados 04 Processos Administrativos.

SECRETARIA	DATA do CONTRATO	VALOR do CONTRATO	PROCESSO ADM.	VALOR do REPASSE no 1º Quadrimestre/2024
Secretaria de Educação	02/01/2023	R\$ 6.761.880,00	0748/2024	R\$ 375.660,00
Secretaria de Cultura	03/01/2024	R\$ 399.960,00	50794/2023	R\$ 266.840,00
Secretaria de Assistência Social	03/04/2024	R\$ 2.217.460,68	0032/2024	R\$ 350.931,90
Secretaria de Esportes e Lazer	17/06/2019	R\$ 220.000,00	0446/2024	R\$ 219.402,56

19. OBRAS

19.1. OBRAS EM EXECUÇÃO

Conforme informado pela Secretaria de Obras CI nº 192/2024 <u>doc. 79</u>, o Município possui 12 (doze) obras em andamento.

Processo Adm.	Objeto	Contratada	Valor do Contrato	Observações
	Constr. Escola			Início em 16/01/2023 - Prazo de
6021/2022	Nova Mauá	Tower Engenharia	R\$ 9.994.616,17	execução 15 meses
9119/2022	Constr. Escola M ^a Wanny	Tower Engenharia	R\$ 10.617.210,02	Início em 06/04/2023 - Prazo de execução 15 meses
10962/2022	Encostas 2 – Fase 2	Consórcio Paulista/Auger/EPT	R\$ 15.800.143,41	Ordem de serviço emitida em 10/08/2023
9973/2022	Recapeamento em diversas vias do Município	Oestevale Pavimentações e Constr. Ltda	R\$ 12.593.881,21	Início dos serviços em janeiro/2023 – Termo de recebimento provisório emitido
15572/2022	Reforma da cobertura do Ginásio Celso Daniel	Teto Construtora S/A	R\$ 4.106.108,82	Ordem de Serviço emitida em 31/10/2023
15571/2023	Pavimentação Estrada do Carneiro Nossa Senhora do Pilar e Rua Vicente Ferreira – Programa Nossa Rua	FBF Construções e Serviços Ltda	R\$ 23.211.909,56	Ordem de serviços emitidas: Rua Vicente Ferreira e Estrada do Carneiro em 24/08/2023, Estrada do Pilar em 24/03/2024
15573/2022	Drenagem Avenida João Ramalho	Consórcio Paulista / Resolute / Dual / Reconverte	R\$ 10.612,689,76	Ordem de serviços emitida em 11/09/2023
1105/2023	Recapes Desenvolve São Paulo	Oestevale Pavimentações e Constr. Ltda	R\$ 50.000.000,00	Ordem de serviços emitida em 04/09/2023
50.281/2023	Construção do Ginásio Jardim Zaíra	Teto Construtora S/A	R\$ 20.033.486,35	Obra iniciada em Janeiro/2024 – Prazo de execução de 15 meses
7543/2022	Reforma da Economia Solidária	FBF Construções e Serviços Ltda	R\$ 390.051,91	Obra iniciada em Março/2024 – Prazo de execução de 03 meses
50.505/2023	Pontes sobre o Rio Corumbé	Consórcio Paulista / Resolute / Dual / Reconverte	R\$ 290.051,15	Obra iniciada em Março/2024 – Prazo de execução de 04 meses
50.353/2023	Reforma da Passarela Central	LDL Cmercial EIRELI	R\$ 779.222,62	Obra iniciada em Março/2024 – Prazo de execução de 06 meses
6700/2022	Construção da Casa SP AFROBRASIL- Programa Casa SP Afro Brasil – Parceiria com o Governo do	FACCHIN Construções LTDA EPP	R\$ 980.421,56	Ordem de serviço emitida em 03/01/2024 – Prazo de execução de 10 meses

Estado de São Paulo		

19.2. OBRAS FINALIZADAS

Processo Adm.	Objeto	Contratada	Valor do Contrato	Observações
10118/2021	Reforma e adequação da UBS Santista	Paulista Obras e Pavimentações	R\$ 1.104.894,89	Obra concluída em fevereiro/2024
10402/2022	Construção do Terminal Itapeva	CLD Construtora	R\$ 6.649.850,74	Obra concluída em abril/2024
6285/2022	Reforma da Cobertura do Ginásio Celso Daniel	ECG Engenharia	R\$ 2.037.407,34	Obra concluída em março/2024
8386/2022	Recapeamento Asfáltico da Avenida Guerino Boscariol – Jd. Zaíra	Mengue Rodrigues Engenharia	R\$ 920.119,35	Obra concluída em fevereiro/2024

19.3. OBRAS PARALISADAS E/OU ATRASADAS

Com base nas manifestações prestadas da Secretaria de Obras, no lapso que compreende o 1º Quadrimestre de 2024, não detectamos obras paralisadas e/ou atrasadas.

No site Painel de Obras, consta 01 (uma) obra paralisada. No entanto, trata-se de uma obra do Governo Estadual, conforme manifestação da Secretaria Obras.

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/:public:Obra:painel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero

19.4. OBRAS POR PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

Construção da UBS São João	MFB Engenharia Ltda.	R\$ 8.428.938,45	Obra concluída em abril/2024
----------------------------	----------------------	------------------	------------------------------

19.5. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: O Município tem atualmente 13 obras em andamento, totalizando um valor contratado de R\$ 159.409.790,54. Quatro obras foram concluídas recentemente, totalizando um valor de R\$ 10.712.272,32. Não foram detectadas obras paralisadas e/ou atrasadas no 1º Quadrimestre de 2024, indicando uma eficiente gestão de projetos. A análise dos dados das obras municipais revela uma situação positiva em termos de execução e finalização de projetos. A ausência de obras paralisadas ou atrasadas e a conclusão de várias obras significativas indicam uma administração eficiente. A diversidade de contratadas e a utilização de Parcerias Público-Privadas, como a construção da UBS São João, demonstram uma abordagem estratégica na alocação de recursos e execução de obras públicas.

20. AVCB

Conforme manifestação técnica da Secretaria de Obras, o contrato de manutenção que viabiliza o atendimento aos serviços para a revisão e instalação dos equipamentos para a solicitação de vistoria para Expedição do AVCB/CLCB pelo Corpo de Bombeiros foi concluído e assinado em **04/12/2023** e, está sendo elaborado o planejamento das providências técnicas e financeiras para este fim, que posteriormente será informado.

Segue a relação de AVCB já expedido.

	Secretaria de Saúde						
N° DO AVCB	UNIDADE	ENDEREÇO	DATA DE EXPEDIÇÃO	VALIDADE			
614339	UBS Vila Carlina e Maria Wanny	Rua Candido Gonçalves Mendes	06/12/2022	06/12/2025			
1053368	Base do SAMU Vila Ana Maria	Rua Romanó, 112	10/08/2023	10/08/2026			
1053378	UBS Jardim Guapituba	Rua Rosa Bonini Mariani, 204	10/08/2023	10/08/2026			
1053370	UBS Jardim Primavera	Rua Azaléias, 24	10/08/2023	10/08/2026			
1056821	UBS Parque das Américas	Rua América do Norte, 111	17/08/2023	17/08/2026			
1053377	UBS Santa Lídia	Rua Peru, 99	10/08/2023	10/08/2026			
1056817	UBS Vila Magini	Rua David Boscariol, 38	17/08/2023	17/08/2026			
701292	UBS São João	Avenida Barão de Mauá, 4068	08/05/2024	03/05/2025			
	Se	cretaria de Educação					
N° DO AVCB	ESCOLA	ENDEREÇO	DATA DE EXPEDIÇÃO	VALIDADE			
557127	E.M. Rosa Maria Frare	Rua das Hortências, 179	19/01/2022	05/01/2025			
608720	E.M. Oswald de Andrade	Rua Claudio Savieto, 397	04/11/2022	24/10/2025			
608735	E.M. Francisco Ortega	Rua Estevan Galo, 253	04/11/2022	24/10/2025			
608736	E.M. Lucinda Petigrossi Castabelli	Avenida Pres. Castelo Branco,1807	04/11/2022	24/10/2025			
608734	E.M. Marcia Regina Abraham	Rua Cesário Parmegiani, 310	04/11/2022	05/01/2025			
613089	E.M. Samir Auada	Rua Rosa Bonini Mariani, 144	29/11/2022	24/11/2025			
613389	E.M. Monteiro Lobato	Rua Edmar Matosinho, 228	30/11/2022	22/11/2025			
613263	E.M. Therezinha Damo Lima	Rua Assunção, 330	30/11/2022	28/11/2025			
613800	E.M. José Tomaz Neto	Rua Dom José Gaspar, 1049	02/12/2022	28/11/2025			
614339	E.M. Maria Wanny e UBS Carlina	Rua Candido Gonçalves Mendes	06/12/2022	06/12/2025			
615518	E.M. Paulo Freire	Rua São João, 876	14/12/2022	24/05/2025			
618372	E.M. Florestan Fernandes	Avenida Washington Luiz, 3623	03/01/2023	25/10/2025			
Secretaria de Esporte e Lazer							
N° DO AVCB	UNIDADE	ENDEREÇO	DATA DE EXPEDIÇÃO	VALIDADE			
633046	Estádio Municipal Pedro Benedetti	Avenida Papa João Paulo XXIII, 528	05/04/2023	04/04/2023			
	Secreta	aria de Segurança Pública					



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

N° DO AVCB	UNIDADE	ENDEREÇO	DATA DE EXPEDIÇÃO	VALIDADE
1056803	Cia Policia Militar Vila São João	Avenida Barão de Mauá, 4050	17/08/2023	17/08/2026

	Secretaria de Cultura						
N° DO AVCB	UNIDADE	ENDEREÇO	DATA DE EXPEDIÇÃO	VALIDADE			
1056828	Casa Hi Hop Vila Magini	Rua David Boscariol, 60	17/08/2023	17/08/2026			

Previsão de expedição de AVCB de fevereiro de 2024 à agosto de 2024	
Secretaria de Saúde Secretaria de Educação	
Centro de Zoonose	E.M. Lysiane Pereira Galvão
UBS Capuava	E.M. Martin Luther King Junior
UBS São João	E.M. Nathércia Ferreira Perrella
UBS Itapark	E.M. Neuma Maria da Silva
UBS Parque São Vicente	E.M. José Resende da Silva
UBS Kennedy	E.M. Perseu Abramo
Funerária Municipal	E.M. Rosa Maria Martins dos Santos
IML	E.M. Tânia Geraldo de C. Silva
UPA Jardim Zaira	E.M. Alberto Betão Pereira Justino
UPA Vila Assis Brasil	E.M. Alice Túlio Jacomussi
UPA São João	E.M. Américo Perrella
UPA Magini	E.M. Maria Rosemary de Azevedo
UBS Jardim Santista	E.M. Carolina Moreira

Previsão de expedição de AVCB de agosto de 2024 à fevereiro de 2025		
Secretaria de Educação		
E.M. Marli Rodrigues		
E.M. Teresinha Leardini Branco		
E.M. Zeni Machado Chiarotto		
E.M. Ana Augusta de Souza		
E.M. Chico Mendes		
E.M. Dom Helder Pessoa Câmara		
Prédio Secretaria da Educação (Boulevard)		
E.M. Guilherme Primo Vidotto		
E.M. Guimarães Rosa		
E.M. Hebert de Souza		
E.M. Jeanete Beauchamp		
E.M. João Rodrigues Ferreira		
E.M. Jonathan G. de Pitondo		
E.M. Darci Aparecida Fincatti Fornari		
E.M. Galdino Jesus dos Santos		

Previsão de expedição de AVCB de agosto de 2024 à fevereiro de 2025	
Secretaria de Saúde	
UBS Zaíra I	
UBS Zaíra II	
UBS Zaíra III	
UBS Flórida	
UBS Vila Assis	
UBS Sônia Maria	
UBS Paranavaí	
UBS Oratório	

Previsão de expedição de AVCB de agosto de 2024 à fevereiro de 2025		
Secretaria de Esporte e Lazer		
Ginásio Poliesportivo Celso Daniel		
FIEC Barão		

Previsão de expedição de AVCB de agosto de 2024 à fevereiro de 2025	
Secretaria de Administração e Modernização	
Prédio Paço Municipal	
Almoxarifado e Arquivo Municipal	

Previsão de expedição de AVCB de agosto de 2024 à fevereiro de 2025

Secretaria de Mobilidade Urbana

Sede da Guarda Municipal e Trânsito (antiga Biblioteca/ Câmara)

20.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: A análise dos dados de AVCB mostra um bom nível de conformidade nas unidades de saúde e educação, com a maioria dos certificados válidos até 2025 ou 2026. Alguns equipamentos, a exmplo do Estádio Municipal Pedro Benedetti, requerem atenção imediata para renovação. As previsões de expedição de AVCB indicam um planejamento exequivel para novas expedições de AVCB nos próprios municipais nos próximos meses. As informações analisadas foram

extraídas da CI nº 192/2024 - Secretaria de Obras.

21. SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Em estrita observância à Lei Complementar 01/2002, que estabelece o Estatuto dos Servidores Público do Município de Mauá e, demais Legislações atinentes ao tema, acompanhamentos a Atos Administrativos Preventivos, Atos Administrativos Corretivos e Combate à Corrupção.

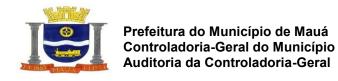
O quadro abaixo revela a relação de processos finalizados, observando o 1º Quadrimestre de 2024, conforme consta a CI nº 104/2024 <u>doc. 80</u>, da Divisão de Comissão Sindicante e Processante, que traz a relação de processos finalizados, observando o 1º Quadrimestre de 2024:

PATRIMÔNIO	
Processo / Referência	Data Saída / Conclusão
49613/2022	02/04/2024
17197/2018	23/04/2024
1158/2023	23/04/2024
9779/2023	23/04/2024
8712/2023	06/05/2024
14616/2022	06/05/2024
7134/2023	06/05/2024
3123/2023	06/05/2024
3111/2023	06/05/2024
13366/2022	06/05/2024
7145/2023	06/05/2024
9691/2020	06/05/2024
TOTAL	12

PAD ASSIDUIDADE	
Processo / Referência	Data Saída / Conclusão
10299/2021	03/04/2024
4536/2022	17/04/2024
2997/2023	23/04/2024
3327/2023	30/04/2024
TOTAL	04

PAD DENÚNCIAS	
Processo / Referência	Data Saída / Conclusão
10381/2023	05/04/2024
2411/2024	02/05/2024
TOTAL	02

TCE		
Processo / Referência	Data Saída / Conclusão	Empresa
TC 45423.026.13	19/01/2024	Fundação do ABC - FUABC
TOTAL		01



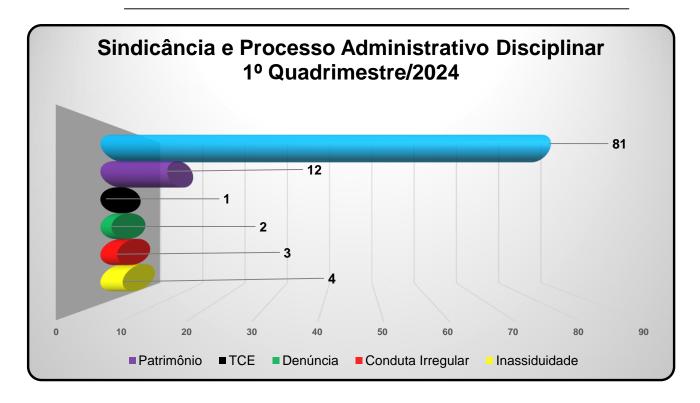
PAD CONDUTA IRREGULAR	
Processo / Referência	Data Saída / Conclusão
7342/2023	20/02/2024
2995/2023	19/02/2024
15625/2022	24/04/2024
TOTAL	03

PRESCRIÇÃO	
Processo / Referência	Data Saída / Conclusão
1171/2022	10/01/2024
12354/2022	11/01/2024
11341/2022	11/01/2024
10615/2022	11/01/2024
10561/2022	11/01/2024
10427/2022	11/01/2024
10360/2022	11/01/2024
10025/2022	11/01/2024
9075/2022	11/01/2024
6772/2020	11/01/2024
11101/2019	11/01/2024
11306/2022	15/02/2024
11539/2022	15/02/2024
11690/2022	15/02/2024
11726/2022	15/02/2024
11810/2022	15/02/2024
12108/2022	15/02/2024
12125/2022	15/02/2024
12302/2022	15/02/2024
12315/2022	15/02/2024
12335/2022	15/02/2024
12353/2022	15/02/2024
12387/2022	15/02/2024
13791/2022	15/02/2024
14848/2022	15/02/2024
4716/2023	15/02/2024
8389/2022	23/02/2024
10548/2022	23/02/2024
12110/2022	23/02/2024
15376/2022	23/02/2024
15401/2022	23/02/2024
290/2023	23/02/2024
362/2023	23/02/2024
372/2023	23/02/2024
1565/2023	23/02/2024
2862/2023	23/02/2024



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

2878/2023	23/02/2024
2949/2023	23/02/2024
3038/2023	23/02/2024
3346/2023	23/02/2024
4490/2023	23/02/2024
5948/2023	23/02/2024
6563/2023	23/02/2024
7812/2023	23/02/2024
1115/2023	26/02/2024
1138/2023	26/02/2024
1333/2023	26/02/2024
1335/2023	26/02/2024
1575/2023	26/02/2024
1947/2023	26/02/2024
2010/2023	26/02/2024
2115/2023	26/02/2024
2139/2023	26/02/2024
2151/2023	26/02/2024
2247/2023	26/02/2024
2497/2023	26/02/2024
10113/2020	08/03/2024
7857/2022	08/03/2024
11773/2022	08/03/2024
2438/2023	08/03/2024
2906/2023	08/03/2024
3048/2023	08/03/2024
3065/2023	08/03/2024
3081/2023	08/03/2024
3092/2023	08/03/2024
3097/2023	08/03/2024
3332/2023	08/03/2024
3584/2023	08/03/2024
5922/2023	08/03/2024
6458/2023	08/03/2024
2435/2023	13/03/2024
2434/2023	13/03/2024
2369/2023	13/03/2024
2012/2023	13/03/2024
2008/2023	13/03/2024
1506/2023	13/03/2024
114/2023	13/03/2024
80/2023	13/03/2024
1317/2023	19/03/2024
3203/2023	20/03/2024
5865/2023	25/03/2024
TOTAL	81



21.1. AÇÕES PREVENTIVAS DE CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

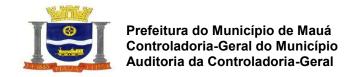
No exercício de 2023, a Controladoria-Geral do Município editou manuais e orientações referentes às condutas de Assédio Moral, Assédio Sexual, Discriminação, Preconceito e Racismo e, disponibilizou contato direto para com os servidores municipais através do e-mail institucional assedio.sindicancia@maua.sp.gov.br.

A base orientativa, informativa e legal para a emissão dos manuais retromencionados, por parte da Municipalidade, foram os festejados Manuais "Vamos Falar sobre Assédio Moral, Sexual e Discriminação?" do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Através da CI nº 151/2024 <u>doc. 81</u>, a Divisão de Comissão Sindicante e Processante informa que não houve nenhum registro de caso de assédio no 1º Quadrimestre 2024.

21.2. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: O trabalho efetuado pela Divisão de Comissão Sindicante e Processante através dos 81 processos administrativos, trataram dos temas de Patrimônio e Prescrição, além dos atendimentos ao Ministério Público, Sindicâncias Administrativas e Processos Administrativos Disciplinares – PAD's e Sindicâncias advindas de decisões finais – com trânsito em julgado - dos Gabinetes dos Tribunal de Contas do Estado de são Paulo.



22. REQUISIÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO

Com base nas informações extraídas da CI 158/2024 <u>doc. 82</u>, do Núcleo de Relações Institucionais da CGM, a Controladoria-Geral do Município atende às orientações e às determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercício de sua missão institucional. Ademais, a Municipalidade, através da Controladoria-Geral, responde a outras determinações de outros Órgãos de Controle Externo como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público do Estado de São Paulo. No 1º Quadrimestre de 2024 recebemos Solicitações, Pedidos de Informações, Ofícios e Requisições, conforme números abaixo:

❖ Demandas referentes aos Processos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no 1º Quadrimestre de 2024.

	тс	Classe	Prazo
01	12909.989.23-8	Contrato Inicial	05/02/2024
02	10110.026.12	Contrato	05/02/2024
03	9503.989.23-8 / 9552.989.23-8	Contrato	Ciência de Decisão
04	6381.989.15 / 11695.989.17 / 11697.989.17 / 12768.989.17 / 14578.989.19	Contrato e Termos Aditivos	Ciência de Decisão
05	15270.989.18 / 16182.989.18	Contrato e Execução	Ciência de Decisão
06	9971.989.23-1 / 10051.989.23-4	Recurso Ordinário	Ciência de Decisão
07	23804.989.19-2	Contrato	28/02/2024
08	13297.989.20-4	Acompanhamento e Execução Contratual	09/02/2024
09	9796.989.21-8	Contrato	05/02/2024
10	17501.989.21-4	Contrato	30/01/2024
11	16464.989.23-5	1º Termo Aditivo	20/02/2024
12	10593.989.22-1	Contrato	Ciência de Decisão
13	9971.989.23 / 10051.989.23	Recurso	Ciência de Decisão
14	7768.989.22-0 / 7968.989.22-8 / 20005.989.22-3	Contrato, Execução e Termo Aditivo	Ciência de Decisão
15	15664.989.23-3	Prestação de Contas	01/03/2024
16	19961.989.23	1º Termo Aditivo	21/03/2024
17	21416.989.23-4	7° Termo Aditivo	01/04/2024



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

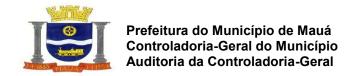
18	21412.989.23-5	6° Termo Aditivo (Apostilamento)	04/04/2024
19			
19	22742.989.23-9	1º Termo Aditivo	04/04/2024
20	8993.989.21-9	Contrato	Ciência de Decisão
21	14151.989.23-3	5° Termo Aditivo	Ciência de Decisão
22	17666.989.17-3	Contrato	Ciência de Decisão
23	8660.989.18-7	Acompanhamento de Execução Contratual	02/05/2024
24	17501.989.21-4	Contrato	Ciência de Decisão
25	16047.989.20-7	Prestação de Contas	10/04/2024
	17316.989.22-7 / 24260.989.22-3 /		
26	17427.989.22-3	Contrato, Execução e 1º Termo Aditivo	11/04/2024
27	20596.989.23-6	Contrato	11/04/2024
28	9248.989.21-2	Acompanhamento de Execução Contratual	Ciência de Decisão
29	23627.989.23-9	5° Termo Aditivo	19/04/2024
30	15414.989.22-8	Acompanhamento de Execução Contratual	19/04/2024
31	8647.989.19-3	Execução	Ciência de Decisão
32	8660.989.18-7	Acompanhamento de Execução Contratual	02/05/2024
33	22383.989.23-3	Contrato	09/05/2024
34	674.989.24-9	Contrato	14/05/2024
35	9284.989.23-3	Contrato	21/04/2024
36	22098.989.20-5	Contato	Ciência de Decisão
37	10793.989.19-5	Prestação de Contas	05/06/2024
	18936.989.21 / 1024.989.23 /		
38	15346.989.23	Contrato, 1º e 2º Termo Aditivo	Ciência de Decisão
	Tota		38

❖ Requisições de Documentos Emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no 1º Quadrimestre de 2024.

Requisição de documentos	Classe	Prazo
nº 003/2024	Contas Municipais 2023	16/01/2024
nº 13/2024	Acompanhamento de concessão	25/01/2024



nº 14/2024	Acompanhamento de concessão	25/01/2024
nº 17/2024	Principal	23/01/2024
nº 18/2024	Contrato inicial	23/01/2024
nº 32/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	30/01/2024
nº 32/2024	Terceiro setor	26/02/2024
nº 33/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	06/02/2024
nº 36/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	30/01/2024
nº 38/2024	Admissão	19/03/2024
nº 49/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	07/02/2024
nº 56/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	15/02/2024
nº 67/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	15/02/2024
nº 68/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	15/02/2024
nº 80/2024	Contrato	19/02/2024
nº 86/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	21/02/2024
nº 106/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	16/02/2024
nº 107/2024	Acompanhamento de Execução Contratual	16/02/2024
nº 113/2024	Acompanhamento de Concessão/Permissão	19/02/2024
nº 114/2024	Termo aditivo	07/05/2024
nº 124/2024	Tratativas – Sec. de Saúde	07/05/2024
nº 137/2024	Contrato inicial	29/02/2024
nº 146/2024	Acompanhamento de execução contratual	04/03/2024
nº 147/2024	Termo de contrato	05/04/2024
nº 153/2024	Tratativas – Sec. de Adm.	28/02/2024
nº 168/2024	Contrato	08/03/2024
nº 172/2024	Tratativas – Sec. de Educação	16/04/2024
nº 173/2024	Acompanhamento de execução contratual	07/03/2024
nº 195/2024	Acompanhamento de execução contratual	13/03/2024



nº 196/2024	Acompanhamento de execução contratual	13/03/2024
nº 199/2024		
11 133/2027	Acompanhamento de execução contratual	13/03/2024
nº 214/2024	Termo de contrato	20/03/2024
nº 216/2024	Termo de contrato	20/03/2024
nº 218/2024	Acompanhamento de execução contratual	02/04/2024
nº 260/2024	Admissão de Pessoal	05/04/2024
visita in loco 08/04/2024	Acompanhamento de execução contratual	09/04/2024
nº 322/2024	Acompanhamento de execução contratual	15/04/2024
nº 324/2024	Acompanhamento de execução contratual	16/04/2024
nº 326/2024	Acompanhamento de execução contratual	16/04/2024
nº 325/2024	Acompanhamento de execução contratual	22/04/2024
nº 341/2024	Termo de Contrato	24/04/2024
nº 361/2024	Admissão de Pessoal	25/04/2024
nº 356/2024	Admissão de Pessoal	30/04/2024
nº 343/2024	Contas Municipais 2023	03/05/2024
nº 338/2024	Contas Municipais 2023	16/04/2024
nº 375/2024	Contas Municipais 2023	02/05/2024
Tot	al	46

❖ Requisições de Seletividade Emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no 1º Quadrimestre de 2024.

Requisição de documentos	Contrato	Prazo
nº 004/2024	nº 121/2023	16/01/2024
nº 011/2024	nº 135/2023	19/01/2024
nº 012/2024	nº 133/2023	19/01/2024
nº 335/2024	nº 017/2024	22/04/2024
Total		04

❖ Requisições do Ministério Público do Estado de São Paulo no 1º Quadrimestre de 2024.

MP		
Processo / Referência	Data Saída / Conclusão	
OF. 17/2024	19/01/2024	
OF. 26/2024	13/03/2024	
OF. 49/2024	06/03/2024	
OF. 117/2024	13/03/2024	
OF. 139/2024	23/02/2024	
OF. 207/2024	21/03/2024	
OF. 245/2024	20/03/2024	
OF. SISMP Digital:0334.0000599/2023 0334.00006052023 37.0334,00007112023-9	20/03/2024	
OF. 297/2024	24/04/2024	
OF. 284/2024	19/04/2024	
Solicitação MP via e-mail	03/05/2024	
OF. 401/2024	17/05/2024	
OF. 284/2024	04/04/2024	
TOTAL	13	

❖ Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP

• Demandas referentes aos processos TCE: 50

Requisições: 46Seletividade: 04

❖ Tribunal de Contas da União - TCU

• Ofícios: 00

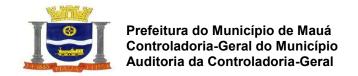
Controladoria Geral da União - CGU

• Ofícios: 00

Ministério Público do Estado de São Paulo – MP/SP

• Ofícios: 13





22.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações:

O acompanhamento de execução contratual foi a classe mais solicitada, evidenciando uma maior atenção do TCE-SP na fiscalização da execução dos contratos municipais. Houve um pico de requisições em fevereiro (13), seguido por março (10) e abril (8), indicando uma concentração de atividades no início do ano. A maior quantidade de ofícios foi em março, sugerindo um período de maior atividade ou necessidade de informações.

A análise dos dados mostra que a Controladoria-Geral do Município está ativamente respondendo a diversas solicitações e requisições de órgãos de controle externo, com uma predominância de pedidos relacionados ao acompanhamento de execuções contratuais. Essa atividade intensa no primeiro Quadrimestre de 2024 reflete um esforço contínuo em cumprir com as determinações legais e orientações desses órgãos, garantindo transparência e conformidade nos processos municipais.

Todas as solicitações foram atendidas nos prazos determinados.

23. ALERTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS

23.1 ALERTAS RECEBIDOS PELA MUNICIPALIDADE DURANTE O 1º QUADRIMESTRE DE 2024

Janeiro:

- 1 Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE
- 1.1 CI01 Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

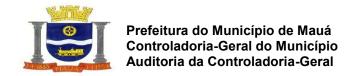
Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
LDO INICIAL ATA AUDIENCIA ELABORACAO	1	2024
PLAN LDO INICIAL	1	2024
PLAN LOA INICIAL	1	2024

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/00.



3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supracitada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Relatório emitido pelo TCESP - file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/14970666.pdf (acesso em 10/06/24).

• Fevereiro:

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento		Ano
Publicação do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de		
Saúde	2	2024

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

2.2 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

2.3 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a) R\$ 1.468.785.285,95		
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 1.360.371.747,67	
Resultado do Ente Municipal		
Percentual (c) = (b) / (a)	92,62%	

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, alerte-se o órgão para que adote as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supracitada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Relatório emitido pelo TCESP file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/14995197.pdf (acesso em 10/06/24).

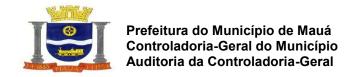
· Março:

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - Cl01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
PARECER CONSELHO FUNDEB	3	2024



2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9° da Lei Complementar nº 101/00.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supracitada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Relatório emitido pelo TCESP - file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/15108422.pdf (acesso em 10/06/24).

• Abril:

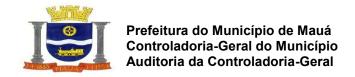
1 - Assunto de Fiscalização: LRF

1.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9° da Lei Complementar nº 101/00.

1.2 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.



1.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Alerte-se que, embora a situação da liquidez projetada para o exercício apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, ensejando acompanhamento para que a situação projetada se mantenha favorável.

1.4 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)			
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 1.512.747.902,42		
Despesa Corrente Liquidada (Ente)			
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 1.413.811.599,04		
Resultado do Ente Municipal			
Percentual (c) = (b) / (a)	93,46%		

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, alerte-se o órgão para que adote as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

2.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supracitada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Relatório emitido pelo TCESP file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/15153067.pdf (acesso em 10/06/24).

23.2 RELATÓRIOS DE INSTRUÇÃO RECEBIDOS PELA MUNICIPALIDADE DURANTE O 1º QUADRIMESTRE DE 2024

• Janeiro:

- 1 Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE
- 1.1 CI01 Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
LDO INICIAL ATA AUDIENCIA ELABORACAO	1	2024
PLAN LDO INICIAL	1	
PLAN LOA INICIAL	1	

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 162.922.168,54	
Realização acumulada	R\$ 137.860.471,60	
Variação	R\$ -25.061.696,94	-15,3826%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1°, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art. 9° da Lei supra citada.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 137.860.471,60	
Realização acumulada	R\$ 103.868.125,69	
Variação	R\$ 33.992.345,91	24,6571%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.4 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período Posição no exercício anterior

		RP Não
Órgão	RP Proces.	Proces.
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 71.031.245,41	R\$ 34.089.911,93
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ - SAMA	R\$ 199.474,94	R\$ 398.372,12

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 0.00	R\$ 66.209.915,30	R\$ 72.787,42
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE			
MAUÁ - SAMA	R\$ 0.00	R\$ 399.278,19	R\$ 0.00

Posição atual

			ı	RP Não	Red
Nome Órgão	RP	Proces		Proces	Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 14.5	543.814,06	R\$ 24	4.294.640,56	R\$ 0,00
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE					
MAUÁ - SAMA	R\$	0,00	R\$	49.927,21	R\$ 0,00

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.6 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)					
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 1.457.390.732,25				
Despesa Corrente	Despesa Corrente Liquidada (Ente)				
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b) R\$ 1.370.925.100,54					
Resultado do El	Resultado do Ente Municipal				
Percentual (c) = (b) / (a)	94,07%				

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, deve o órgão adotar as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.238.456.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 340.617.450,00
Índice Apurado	27,5034%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 107.653.271,62	
Despesa Empenhada	R\$ 154.023.817,77	143,0740%
Despesa Liquidada	R\$ 18.985.196,85	17,6355%
Despesa Paga	R\$ 15.312.782,25	14,2242%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 107.653.271,62	
Despesa Empenhada	R\$ 154.023.817,77	143,0740%
Despesa Liquidada	R\$ 18.985.196,85	17,6355%
Despesa Paga	R\$ 15.312.782,25	14,2242%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

	Despesa Empenhada		
Receita	R\$	%	
R\$ 16.431.485,49	R\$ 128.940.000,00	784,7130%	

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 25 da Lei 14.113/20.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB com profissionais da Educação Básica

	Despesa Empenhada		
Receita	R\$ %		
R\$ 16.431.485,49	R\$ 128.940.000,00	784,7130%	

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções	Repasses até o Período			
ao Fundeb	R\$ %			
R\$ 9.882.273,50	R\$ 28.506.904,56 288,4650%			

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

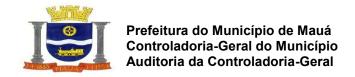
Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.223.456.000,00	
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 276.334.000,00	
Índice Apurado	22,5863%	

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 107.653.271,62	
Despesa Empenhada	R\$ 217.230.836,38	201,7875%
Despesa Liquidada	R\$ 13.032.042,62	12,1056%
Despesa Paga	R\$ 10.132.952,16	12,1056%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação inferior ao mínimo exigido no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF, devendo ser alertado quanto à sua situação desfavorável ao atendimento do referido disposto legal.



4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 107.653.271,62	
Despesa Empenhada	R\$ 217.230.836,38	201,7875%
Despesa Liquidada	R\$ 13.032.042,62	12,1056%
Despesa Paga	R\$ 10.132.952,16	12,1056%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e § 4°, do ADCT da CF.

Relatório emitido pelo TCESP file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/14970668.pdf (acesso em 10/06/24).

• Fevereiro:

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - Cl 01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento		Ano
Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços		
Públicos de Saúde	2	2024

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 283.296.074,05	
Realização acumulada	R\$ 256.512.089,27	
Variação	(R\$ 26.783.984,78)	-9,4544%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1°, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art. 9° da Lei supra citada.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas:	R\$ 256.512.089,27	
Despesas Liquidadas até o Período	R\$ 202.857.363,39	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 53.654.725,88	20,9170%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ 26.408.195,82	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 88.711.235,00	
Diferença	(R\$ 62.303.039,18)	-235,9231%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

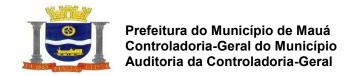
A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces.	RP Não Proces.		
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 71.031.245,41	R\$ 34.089.911,93		
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ -				
SAMA	R\$ 199.474,94	R\$ 398.372,12		

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 0.00	R\$ 79.407.982,12	R\$ 87.239,62
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE			
MAUÁ - SAMA	R\$ 0.00	R\$ 525.434,05	R\$ 0.00



Posição atual

Nome Órgão	RP Proces.		RP Proces. RP Não Proces.		RP Proces. RP Não Proces. Red. Esper		. Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 14.	431.624,68	R\$ 1	1.194.310,92	R\$ 8	.760.103,45	
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE							
MAUÁ - SAMA	R\$	0,00	R\$	72.413,01	R\$	49.820,62	

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.7 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corre	Receita Corrente Arrecadada (Ente)				
Prefeitura e Demais Órgãos (a) R\$ 1.468.785.285,95					
Despesa Corrente	Liquidada (Ente)				
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	eitura, Câmara e Demais Órgãos (b) R\$ 1.360.371.747,67				
Resultado do E	ente Municipal				
Percentual (c) = (b) / (a)	92,62%				

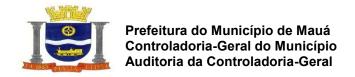
O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, deve o órgão adotar as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.238.456.000,00	
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 340.617.450,00	
Índice Apurado	27,5034%	

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.



3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 195.308.975,76	
Despesa Empenhada	R\$ 170.369.375,76	87,2307%
Despesa Liquidada	R\$ 40.127.196,06	20,5455%
Despesa Paga	R\$ 36.593.149,85	18,7360%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 195.308.975,76	
Despesa Empenhada	R\$ 170.369.375,76	87,2307%
Despesa Liquidada	R\$ 40.127.196,06	20,5455%
Despesa Paga	R\$ 36.593.149,85	18,7360%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

	Despesa Empenhada		
Receita	R\$	%	
R\$ 27.784.713,72	R\$ 128.940.000,00	464,0681%	

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 25 da Lei 14.113/20.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB com profissionais da Educação Básica

	Despesa Empenhada	
Receita	R\$	%
R\$ 27.784.713,72	R\$ 128.163.871,57	461,2748%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

	Repasses até o Período	
25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	R\$	%
R\$ 19.025.582,86	R\$ 47.547.521,23	249,9136%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.223.456.000,00	
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 276.334.000,00	
Índice Apurado	22,5863%	

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 195.308.975,76	
Despesa Empenhada	R\$ 219.018.535,09	112,1395%
Despesa Liquidada	R\$ 26.175.979,18	13,4023%
Despesa Paga	R\$ 23.752.645,33	12,1616%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação inferior ao mínimo exigido no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF, devendo ser alertado quanto à sua situação desfavorável ao atendimento do referido disposto legal.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 195.308.975,76	
Despesa Empenhada	R\$ 219.018.535,09	112,1395%
Despesa Liquidada	R\$ 26.175.979,18	13,4023%
Despesa Paga	R\$ 23.752.645,33	12,1616%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e § 4°, do ADCT da CF.

Relatório emitido pelo TCESP file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/14995199-2.pdf (acesso em 10/06/24).

• Março:

1- Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - Cl01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
PARECER CONSELHO FUNDEB	3	2024

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 489.127.093,95	
Realização acumulada	R\$ 416.891.661,69	
Variação	(R\$ 72.235.432,26)	-9,4544%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1°, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9° da Lei supra citada.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas:	R\$ 416.891.661,69	
Despesas Liquidadas até o Período	R\$ 370.094.140,67	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 46.797.521,02	11,2253%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.4 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período. Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces.	RP Não Proces.
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 71.031.245,41	R\$ 34.089.911,93
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ -		
SAMA	R\$ 199.474,94	R\$ 398.372,12

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 0.00	R\$ 82.692.552,33	R\$ 308.030,04
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE			
MAUÁ - SAMA	R\$ 0.00	R\$ 556.764,01	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP F	Proces.	RP N	lão Proces.	Red	Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 14.4	31.624,68	R\$ 7	7.688.950,29	R\$ 8	.760.103,45
SANEAMENTO BÁSICO DO						
MUNICÍPIO DE MAUÁ - SAMA	R\$	0,00	R\$	41.083,05	R\$	49.820,62

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.6 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)				
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 1.480.312.865,82			
Despesa Corrente	Despesa Corrente Liquidada (Ente)			
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b) R\$ 1.386.782.980,74				
Resultado do Ente Municipal				
Percentual (c) = (b) / (a)	93,68%			

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, deve o órgão adotar as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.238.456.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 340.617.450,00
Índice Apurado	27,5034%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 328.499.115,23	
Despesa Empenhada	R\$ 187.180.761,50	56,9806%
Despesa Liquidada	R\$ 70.181.192,52	21,3642%
Despesa Paga	R\$ 62.192.815,59	18,9324%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 328.499.115,23	
Despesa Empenhada	R\$ 328.499.115,23	56,9806%
Despesa Liquidada	R\$ 328.499.115,23	21,3642%
Despesa Paga	R\$ 328.499.115,23	18,9324%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Receita	Despesa Empenhada	
Necella	R\$	%
R\$ 39.009.333,34	R\$ 128.940.000,00	330,5363%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 25 da Lei 14.113/20.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB com profissionais da Educação Básica

Receita	Despesa Em	penhada
Necella	R\$	%
R\$ 39.009.333,34	R\$ 70.886.512,89	176,6813%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período		
	R\$	%	
R\$ 40.121.126,07	R\$ 47.547.521,23	249,9136%	

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, § 5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.223.456.000,00	
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 276.334.000,00	
Índice Apurado	22,5863%	

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e § 4°, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 328.499.115,23	
Despesa Empenhada	R\$ 220.277.147,01	67,0556%
Despesa Liquidada	R\$ 49.033.639,69	14,9266%
Despesa Paga	R\$ 43.434.540,32	13,2221%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação inferior ao mínimo exigido no art. 77, inc. III e § 4°, do ADCT da CF, devendo ser alertado quanto à sua situação desfavorável ao atendimento do referido disposto legal

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 328.499.115,23	
Despesa Empenhada	R\$ 220.277.147,01	67,0556%
Despesa Liquidada	R\$ 49.033.639,69	14,9266%
Despesa Paga	R\$ 43.434.540,32	13,2221%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e § 4°, do ADCT da CF.

Relatório emitido pelo TCESP file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/15108424.pdf (acesso em 10/06/24)

Abril:

- 1 Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE
- 1.1 Cl01 Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido.

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 640.252.801,14	
Realização acumulada	R\$ 560.439.478,12	
Variação	(R\$ 79.813.323,02)	-12,4659%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, § 1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art. 9º da Lei supra citada.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas	R\$ 560.439.478,12	
Despesas Liquidadas até o Período	R\$ 542.463.315,19	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 17.976.162,93	3,2075%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ 19.163.478,90	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 88.711.235,00	
Diferença	(R\$ 69.547.756,10)	-362,9182%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, § 1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período.

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 71.031.245,41	R\$ 34.089.911,93
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ - SAMA	R\$ 199.474,94	R\$ 398.372,12

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 0.00	R\$ 83.219.151,75	R\$ 381.585,02
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ - SAMA	R\$ 0.00	R\$ 556.764,01	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não	Red
Nome Orgao	RPProces	Proces	Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL MAUÁ	R\$ 14.431.624,68	R\$ 7.088.795,89	R\$ 17.520.206,90
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ - SAMA	R\$ 0,00	R\$ 41.083,05	R\$ 99.641,25

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.7 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três Quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no Quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
4/2023	R\$ 488.325.643,73	R\$ 1.403.460.572,54	34,7944%	54,0000%
8/2023	R\$ 510.136.156,27	R\$ 1.370.974.060,81	37,2098%	54,0000%
12/2023	R\$ 529.669.835,35	R\$ 1.412.579.591,28	37,4966%	54,0000%
4/2024	R\$ 545.271.051,76	R\$ 1.476.765.670,94	36,9233%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.8 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
4/2024	R\$ 1.478.265.670,94	R\$ 1.182.189.922,38	79,9714%
12/2023	R\$ 1.414.079.591,28	R\$ 1.211.154.543,31	85,6497%

Da análise do percentual apurado no Quadrimestre, observamos que o Município encontrase devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3°, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1°, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.9 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 1.478.265.670,94	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 12.351.198,08	0,8355%
Limite Legal:	R\$ 236.522.507,35	

Da análise do percentual apurado no Quadrimestre, observamos que o Município encontrase devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

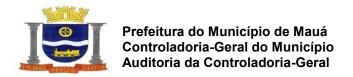
2.10 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.11 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 1.478.	265.670,94	
Concessões de Garantias	R\$	0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 325.	218.447,60	

Da análise do percentual apurado no Quadrimestre, observamos que o Município encontrase devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.



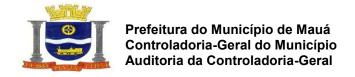
2.12 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 207.510.434,23
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 15.251.718,61
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 61.371.221,31
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 738.357.230,22
(-) Valores Restituíveis	R\$ 27.824.331,54
(=) Liquidez do Período	(R\$ 635.294.067,45)
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 1.329.639.435,08
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 618.929.929,45
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 37.707.871,32
(=) Liquidez Projetada	R\$ 37.707.566,86

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.13 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

	Saldo Período	Movimento	Movimento do Período	
Nomenclatura	Anterior	Inscrição	Baixa	Período Seguinte
Restos a Pagar Processados	R\$ 71.031.245,41	R\$ 0,00	R\$ 56.599.620,73	R\$ 14.431.624,68
Restos a Pagar <u>Não</u> <u>Processados</u>	R\$ 34.089.911,93	R\$ 0,00	R\$ 27.001.116,04	R\$ 7.088.795,89
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 198.341.428,44	R\$ 658.987.746,20	R\$ 615.944.391,58	R\$ 241.384.783,06
Total	R\$ 303.462.585,78	R\$ 658.987.746,20	R\$ 699.545.128,35	R\$ 262.905.203,63



2.14 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 1.512.747.902,42	
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b) R\$ 1.413.811.599,04		
Resultado do Er	nte Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a) 93,46%		

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, alerte-se o órgão para que adote as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.238.456.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 340.617.450,00
Índice Apurado	27,5034%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 428.092.721,94	
Despesa Empenhada	R\$ 205.350.218,06	47,9686%
Despesa Liquidada	R\$ 99.552.596,60	23,2549%
Despesa Paga	R\$ 91.605.637,71	21,3986%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 428.092.721,94	
Despesa Empenhada	R\$ 205.350.218,06	47,9686%
Despesa Liquidada	R\$ 99.552.596,60	23,2549%
Despesa Paga	R\$ 91.605.637,71	21,3986%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Receita	Despesa Empenhada			
Necesta	R\$	%		
R\$ 52.139.160,39	R\$ 128.940.000,00	247,2997%		

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 25 da Lei 14.113/20.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB com profissionais da Educação Básica

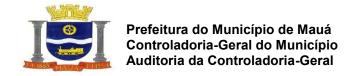
Receita	Despesa Empenhada			
Necenta	R\$ %			
R\$ 52.139.160,39	R\$ 126.426.193,66	242,4784%		

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período		
	R\$	%	
R\$ 51.074.170,56	R\$ 96.987.770,59	189,8959%	

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.



3.7 - AE10 - Parcela Diferida do Fundeb

Quadro para avaliação dos Recursos do Fundeb aplicados no exercício seguinte (10%

- Fundeb diferido)

Receita do FUNDEB - 2023 (A)	R\$	118.857.470,57
Despesa do FUNDEB - 2023 (B)	R\$	118.857.470,57
Resultado (C) = (A) - (B)		R\$ 0,00
Percentual não aplicado (D)		0,0000%
Receita do FUNDEB não aplicada em 2023 (C)	R\$	0,00
Disponibilidade do FUNDEB do exercício 2023 contabilizada em 2024 (E)	R\$	0,00
Diferença (F) = (C) - (E)	R\$	0,00
Aplicação recursos FUNDEB do exercício 2023 em 2024 (despesas - até	R\$	0,00
abril/2024) (G)	7.10	3,33
Resultado em relação à Receita não aplicada em 2023 (H) = (C) - (G)	R\$	0,00
Resultado em relação à Disponibilidade do exercício anterior contabilizada	R\$	0,00
em 2024 (I) = (E) - (G)		3,00
FUNDEB aplicado em profissionais da educação (2024 até abril) (J)	R\$	0,00
FUNDEB aplicado OUTROS (2024 até abril) (K)	R\$	0,00
Perc. Aplicação FUNDEB profissionais da educação (L)		0,0000%
Base de cálculo referente ao percentual de aplicação do FUNDEB em	R\$	52.139.160,39
profissionais da educação (Total, exceto VAAR) (M)	ΛΨ	02.700.700,00

Com base nos registros encaminhados pela entidade nos balancetes mensais ao Sistema Audesp, observamos os seguintes comportamentos/resultados no exercício em exame:

- a) aplicação dos recursos do Fundeb no exercício em exame: percentual apurado em D;
- b) diferença entre o que foi contabilizado e o calculado em relação à receita do Fundeb: valor apurado em F;
 - c) valor aplicado no exercício seguinte ao examinado: apurado em G.
- d) resultado do valor aplicado no exercício seguinte ao examinado em relação ao contabilizado e em relação ao apurado: apurado em H e I.
 - e) percentual observado em profissionais da educação: apurado em L.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 1.223.456.000,00	
Despesa Fixada Atualizada	A Atualizada R\$ 276.334.000,00	
Índice Apurado	22,5863%	

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 428.092.721,94	
Despesa Empenhada	R\$ 220.950.339,93	51,6127%
Despesa Liquidada	R\$ 79.684.100,96	18,6137%
Despesa Paga	R\$ 67.815.961,07	15,8414%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação inferior ao mínimo exigido no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF, devendo ser alertado quanto à sua situação desfavorável ao atendimento do referido disposto legal.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

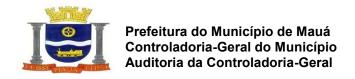
Receita	R\$ 428.092.721,94	
Despesa Empenhada	R\$ 220.950.339,93	51,6127%
Despesa Liquidada	R\$ 79.684.100,96	18,6137%
Despesa Paga	R\$ 67.815.961,07	15,8414%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4°, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

5.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

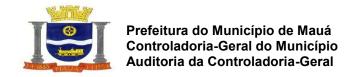
Receitas		Previsão		Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 1	1.795.205.467,20	R\$	594.272.928,69	-66,90%	106,58%
Receitas de Capital	R\$	255.472.582,54	R\$	19.362.198,28	-92,42%	3,47%
Deduções da Receita	(R\$	163.440.000,00)	(R\$	56.036.512,31)	-65,71%	-10,05%
Receitas	R\$	0,00	R\$	0,00	0,00%	0,00%



Intraorçamentárias					
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 1.887.238.049,74	R\$	557.598.614,66	-70,45%	100,00%
Outros Ajustes		R\$	0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 1.887.238.049,74	R\$	557.598.614,66		100,00%
		(R\$1	.329.639.435,08)		-70,45%

Despesas	Fixa	ção Final		Execução	AH%	AV%
Despesas			D¢ ·	1.081.926.572,67	24,47%	84,46%
Correntes	R\$ 1	.432.535.428,79	Γ.φ	1.001.920.372,07	24,4176	04,4076
Despesas de	R\$	443.425.542,05	R\$	182.104.468,72	58,93%	14,22%
Capital	Ινφ	443.423.342,03	Αφ	102.104.400,72	30,9376	14,2276
Reserva de	R\$	7.000.000,00				
Contingência	Λφ	7.000.000,00				
Despesas	R\$	0,00	R\$	0,00	0,00%	0,00%
Intraorçamentárias	ΤΨ	0,00	ΤΑΦ	0,00	0,0076	0,0076
Repasses de	R\$	46.680.000,00	R\$	15.560.000,00	66,67%	1,21%
duodécimos	Ινφ	40.000.000,00	Αφ	13.300.000,00	00,0778	1,2176
(-) Devolução de			R\$	0,00		0,00%
duodécimos			ΤΑΦ	0,00		0,0076
Transf. Financeira	R\$	8.000.000,00	R\$	1.412.128,68	82,35%	0,11%
À Adm. Indireta	ΤΨ	0.000.000,00	ΤΑΦ	1.412.120,00	02,3078	0,1176
Subtotal das			D¢ 1	1.281.003.170,07	33,89%	100,00%
Despesas	R\$ 1	.937.640.970,84	πΨ	1.201.003.170,07	33,0370	700,0070
Outros Ajustes			R\$	0,00		0,00%
Total das			P¢ ·	1.281.003.170,07		100,00%
Despesas	R\$ 1	.937.640.970,84	ΙΨ	1.201.003.110,01		100,0070
ı	Econo	mia Orçamentária			R\$ 656.637.800,77	51,26%
Resultado da Execução Orçamentária				(R\$ 723.404.555,41)	-129,74%	

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão registrou um déficit no período, correspondendo a -129,74% da receita realizada.



5.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM) -LIQUIDAÇÃO

Receitas Realizadas	R\$ 613.635.126,97
Deduções da Receita	R\$ 56.036.512,31
Despesas Liquidadas	R\$ 525.673.811,17
Repasse de Duodécimos	R\$ 15.560.000,00
Devolução de Duodécimos	R\$ 0,00
Transferências Financeiras para Adm Indireta	R\$ 1.412.128,68
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 14.952.674,81

O Resultado da Execução Orçamentária foi apurado com base nos empenhos liquidados.

Relatório emitido pelo TCESP file:///C:/Users/Goncalap/Downloads/15153070-1.pdf (acesso em 10/06/24).

23.3. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

Com base no acompanhamento diário realizado pela Auditoria da Controladoria-Geral junto ao sítio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/maua/2023/relatorio-instrucao (acesso em 05/06/2024), informamos que houve apontamentos nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2024, cujos registros foram encaminhados às áreas pertinentes, através da Auditoria da Controladoria-Geral, por meio da CI nº 076/2024, com prazo de resposta de 15 dias.

24. ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (IN LOCO / CONTRATO); VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CRONOGRAMA / MEDIÇÃO

Com base nas informações extraídas da CI 158/2024, do Núcleo de Relações institucionais da CGM, as visitas ocorreram nas seguintes datas:

- ✓ **Janeiro**: 5 visitas (16/01: 2 visitas; 17/01: 1 visita; 23/01: 1 visita; 24/01: 1 visita);
- ✓ **Março**: 6 visitas (11/03: 1 visita; 13/03: 3 visitas; 20/03: 1 visita);
- ✓ **Abril**: 3 visitas (08/04: 3 visitas; 12/04: 1 visita); O mês de março teve o maior número de visitas (6), seguido por janeiro (5) e abril (3).

As empresas contratadas e o número de contratos fiscalizados são: Oestevalle Pavimentações e Construções Ltda.: 5 contratos; Real Food Alimentação Ltda.: 1 contrato; Transportadora Turística Suzano: 1 contrato; Newtesc Tecnologia e Comércio EIRELI: 1 contrato; Paulista Obras e Pavimentações: 1 contrato; Tower Engenharia: 1 contrato; Consórcio Paulista Auger EPT: 1 contrato; Global Web: 1 contrato; Holanda: 1 contrato; Painel Multisserviços Eireli: 1 contrato e, Consórcio Oestevalle Pavimentações e Construções Ltda. Paulista Obras: 1 contrato.

25. ORIENTAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

A Controladoria-Geral implementa Atos Administrativos com intuito de orientar e acompanhar, juntamente com todas as Secretarias e demais departamentos Municipais, o cumprimento das obrigações junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, a Controladoria-Geral exerce a fiscalização dos atos da Administração visando comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão dos recursos públicos, bem como proporcionar à Administração Pública Municipal subsídios para assegurar o bom gerenciamento dos negócios públicos.

❖ Tratativas realizadas pela Auditoria da Controladoria-Geral:

a) Acompanhamento de Contratos a vencer
 Acompanhamento semanal (1x).

Área	Assunto	Periodicidade de Envio
Todas as Secretarias Gestoras	Relação de Contratos a vencer dentro de 90 dias.	Semanal

Acompanhamento de Atas a vencer Acompanhamento mensal.

Área	Assunto	Periodicidade de Envio
Todas as Secretarias Gestoras	Relação de Atas a vencer dentro de 180 dias.	Mensal

c) Relação de Apenados Acompanhamento mensal.

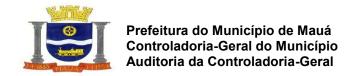
Área	Assunto	Periodicidade de Envio
Todas as Secretarias Gestoras	Relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que sofreram penas em procedimentos licitatórios ou contratações de que participaram, nos termos das instruções vigentes.	Mensal
Todas as Secretarias Gestoras	Relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que estão impedidas de contratas com a administração pública e/ou de receber benefícios ou incentivos fiscais, por determinação judicial.	Mensal

 d) Sistema de Análise de Licitações e Editais - ALICE Acompanhamento diário.

e) Contratos de Seletividade:

Acompanhamento semanal.

Área	Assunto	Periodicidade de Envio
Todas as Secretarias Gestoras	Relação de Contratos de Seletividade	Semanal



Tratativas realizadas pelo Núcleo da Controladoria-Geral:

A através da CI nº 43/2024 <u>doc. 83</u>, o Núcleo da Controladoria-Geral apresenta as tratativas, conforme segue abaixo:

a) Atos GP

Com relação aos Atos GP não houve encaminhamento do Núcleo da Controladoria-Geral às Secretarias, uma vez que todos os Atos publicados nesse período tratavam especificamente de questões internas do TCESP e não geravam impacto no fluxo de trabalho desta municipalidade.

b) Demandas gerais do TCESP:

N.º	Data da Publicação	Assunto	Secretaria	Data do Envio à Secretaria
-	18/01/24	Notícia: Estado e Prefeituras têm 10 dias para cadastrar responsáveis por Controle Interno	Auditoria- CGM	18/01/24
-	14/02/24	Artigo: Conselheiro Dimas Ramalho - O poder geral de cautela dos Tribunais de Contas e a sustação de contratos	Todas	19/02/24
-	16/02/24	Artigo: Sustentabilidade na Administração Pública	Todas	16/02/24
-	29/02/24	Artigo: Conselheiro Dimas Ramalho - 'Os Tribunais de Contas nas eleições'	Todas	01/03/24
-	08/03/24	Notícia: Indisponibilidade temporária de sites e sistemas	Todas	08/03/24
-	03/04/24	Notícia: Especialista do TCESP participa de Congresso de Saneamento Básico	Todas	03/04/24
-	26/03/24	Artigo: Saúde Mental dos Servidores Públicos no contexto do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Todas	26/03/24
-	28/03/24	ARTIGO - Conselheiro Dimas Ramalho - 'Diversidade nos sistemas de justiça e de controle externo'	Todas	28/03/24
-	10/04/24	ARTIGO: As naturezas jurídicas do Registro de Preços e da Carona e suas consequências práticas	Todas	10/04/24

c) Comunicados AUDESP:

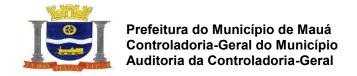
N.º	Data da Publicação	Assunto	Secretaria	Data do envio à Secretaria
02/24	18/01/24	Licitações e Contratos - Envio de dados em 2024	SF	19/01//24
04/24	29/01/24	Campo obrigatório nos documentos de Remuneração – Fase III do Sistema Audesp	SAM	31/01/24
05/24	29/01/24	Situação de entrega da Fase V - Repasses ao Terceiro Setor	SF	30/01/24
53/23	10/11/23	Declaração Negativa – Ajustes do Terceiro Setor – Fase V do Sistema Audesp	SF	31/01/24
08/24	05/02/24	Sistema Audesp Fase V e SISRTS	Todas	05/02/24
20/24	18/04/24	Liberação do módulo de Admissão de Pessoal na Fase III – Atos de Pessoal – Piloto de testes	SAM, SE, SS	25/04/24

d) Comunicados SDG:

N.º	Data da Publicação	Assunto	Secretaria	Data do envio à Secretaria
	. usneagae			a coordiana
01/24	09/01/24	Entidades proibidas de receberem novos repasses	CGM	09/01/24
02/24	18/01/24	Cadastramento do responsável pelo Controle Interno	Auditoria	18/01/24
03/24	19/01/24	Volume de processos julgados no 4° TRIMESTRE do exercício de 2023	Interno	19/01/24
04/24	19/01/24	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	Interno	22/01/24
05/24	29/01/24	Fiscalização de transferências especiais aos municípios, estados e Distrito Federal, por meio de emendas parlamentares, conforme previsto no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal	Todas, Interno	08/02/24
06/24	31/01/24	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras - Exercício 2024	Interno	31/01/24
08/24	05/02/24	Entidades proibidas de novos repasses	CGM	05/02/24
09/24	15/02/24	28º Ciclo de Debates – Encontros com Agentes Políticos e Públicos	Todas; Interno	09/02/24
10/24	19/02/24	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	Interno	19/02/24
11/24	04/03/24	Entidades proibidas de novos repasses	CGM	04/03/24
14/24	18/03/24	Pacto Nacional pela Primeira Infância	SG e SF	18/03/24
15/24	03/04/24	Entidades proibidas de novos repasses	CGM	03/04/24
21/24	16/04/24	Ciclo de debates - Santos	Todas	16/04/2024
22/24	22/04/24	Sistema AUDESP – Fase V – Remessa eletrônica de informações relativas à celebração de Contratos de Gestão, Termos de Parceria, Convênios e Termos de Colaboração e Fomento, bem como seus respectivos Termos Aditivos	SAM, SG e SF	22/04/24
23/24	23/04/24	Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência	Todas; interno	23/04/24

e) Calendário de Obrigações do Sistema AUDESP e Sistema FARO

N.º	Data da Publicação	Assunto	Secretaria	Data do envio à Secretaria
67/23	11/12/23	Calendário de Obrigações AUDESP - FARO	Todas	15/12/23



f) Cursos TCESP

N.º	Data da Publicação	Assunto	Secretaria	Data do envio à Secretaria
-	08/03/24	28° Ciclo de Debates – Encontros com Agentes Políticos e Públicos	Todas	08/03/24
-	25/03/24	Palestra: Ecos do Comportamento - Como viver e conviver com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	Todas	25/03/24
-	26/03/24	Capacitação: Repasses ao Terceiro Setor	Todas	26/03/24
-	03/04/24	Palestra de Claudio Zaidan sobre democracia e papel dos TC's	Todas	03/04/24

26. INSTRUÇÕES SOBRE ASSÉDIO/DISCRIMINAÇÃO/RACISMO

Visando o aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, melhoria do ambiente organizacional e fortalecimento das relações harmônicas de convívio e bem estar, a Controladoria-Geral do Município elaborou cartilhas informativas, pôsteres e campanha de conscientização sobre Assédio Moral, Assédio Sexual, Discriminação e Racismo. O material informativo foi disponibilizado no Portal do Servidor e no Sítio Institucional da Prefeitura do Município de Mauá, ainda no 1º Quadrimestre de 2023, em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social – GP e encontra-se em processo contínuo de veiculação.

Acompanhando a Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28 de outubro de 2020, o que se busca é uma sólida adequação das condutas no ambiente de trabalho, nos termos da Política Nacional de Gestão de Pessoas promovida pelo Poder Judiciário, e uma Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual, da Discriminação e do Racismo. Neste quesito, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estão na vanguarda da conscientização pedagógica com cartilhas, webnários e campanhas que nos auxiliam na definição objetiva das modalidades de violências a serem combatidas.

Dentre os objetivos da iniciativa que envolvem todos os níveis do funcionalismo municipal, alcançando desde os servidores aos gestores das Pastas, podemos destacar a Informação, a Capacitação e o Acolhimento, como forma de coibir tais práticas que, além da falta de urbanidade, são devidamente tipificadas como práticas criminosas, podendo levar, quem incorre em tais práticas, a responder nos âmbitos administrativo, civil e penal, conforme determina o arcabouço legal brasileiro. O ponto de partida para criação do canal de denúncia e acolhimento se deu no mês de março de 2023, com a criação do e-mail: assedio.sindicancia@maua.sp.gov.br.

Considerando a resposta da Divisão de Comissão Sindicante e Processante, através da CI nº. 151/2024 – CGM/DCSP, no período do 1º Quadrimestre /2024, não ocorreram tratativas quanto a Assédio, Discriminação e/ou Racismo.

26.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações: A Auditoria da Controladoria-Geral promove orientações junto às Secretarias Municipais, e demais Departamentos, sobre a legislação vigente e questões comportamentais sensíveis aos servidores municipais da Administração Pública Direta e Indireta.

A Controladoria-Geral do Município adota um formato de Gestão de Informações na qual mantém todas Secretarias Gestoras rigorosamente atualizadas quanto ao cumprimento da agenda e do Calendário de Obrigações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP.

27. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Considerando a Lei complementar nº 140/2011, a Lei Municipal nº 5.105/2015 e o Decreto Municipal nº 8.192/2016, a Secretaria de Meio Ambiente é o órgão municipal responsável pela coordenação da Gestão Ambiental e concede as licenças ambientais relativas aos empreendimentos e atividades de impacto.

Segundo informações prestadas pela Secretaria, através da Comunicação Interna nº 412/2024 <u>doc. 84</u>, no período de Janeiro a Abril de 2024, foram abertos os seguintes Processos Administrativos de Licenciamento Ambiental:

Tipo de Documento	Quantidade
Licença Prévia e de Instalação	2
Licença Prévia, de Instalação e de Operação	4
Licença de Operação	8
Manifestação Técnica	11
Informação Técnica	13
Autorização Ambiental	6
Total	44

PEDIDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
	Processo Administrativo nº	Tipo de Documento
1	10459/2023	Manifestação Técnica
2	10277/2023	Licença Prévia e de Instalação
3	10272/2023	Manifestação Técnica
4	10566/2023	Informação Técnica
5	10558/2023	Informação Técnica
6	10567/2023	Autorização Ambiental
7	68/2024	Manifestação Técnica
8	435/2024	Informação Técnica
9	458/2024	Manifestação Técnica
10	177/2024	Informação Técnica
11	552/2024	Autorização Ambiental



Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

12	10426/2023	Licença Prévia, de Instalação e de Operação
13	10590/2023	Informação Técnica
14	15441/2022	Licença de Operação
15	347/2024	Manifestação Técnica
16	10621/2023	Informação Técnica
17	3391/2023	Licença de Operação
18	410/2024	Informação Técnica
19	8643/2016	Licença de Operação
20	616/2024	Informação Técnica
21	9949/2023	Informação Técnica
22	832/2024	Manifestação Técnica
23	906/2024	Manifestação Técnica
24	5711/2015	Licença Prévia, de Instalação e de Operação
25	9862/2014	Licença de Operação
26	983/2024	Autorização Ambiental
27	3870/2021	Licença de Operação
28	1137/2024	Manifestação Técnica
29	10373/2023	Informação Técnica
30	53/2024	Autorização Ambiental
31	3257/2015	Licença de Operação
32	1523/2024	Informação Técnica
33	11719/2019	Licença Prévia, de Instalação e de Operação
34	53564/2021	Licença de Operação
35	2096/2024	Autorização Ambiental
36	12010/2015	Licença de Operação
37	2635/2024	Manifestação Técnica
38	3292/2024	Manifestação Técnica
39	3273/2024	Licença Prévia e de Instalação
40	3179/2024	Informação Técnica
41	3274/2024	Licença Prévia, de Instalação e de Operação
42	3457/2024	Manifestação Técnica
43	1891/2024	Informação Técnica
44	3494/2024	Autorização Ambiental

Tipo de Documento	Quantidade
Licença Prévia e de Instalação	2
Licença Prévia, de Instalação e de Operação	3
Licença de Operação	11
Total	16



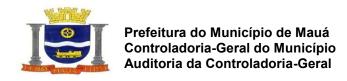
Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

LICENÇAS AMBIENTAIS DEFERIDAS		
	PA	Tipo de Documento
1	11359/2014	Licença de Operação
2	5858/2023	Licença Prévia, de Instalação e de Operação
3	8369/2023	Licença Prévia e de Instalação
4	3870/2021	Licença de Operação
5	9862/2014	Licença de Operação
6	7769/2023	Licença Prévia, de Instalação e de Operação
7	11608/2016	Licença de Operação
8	8986/2023	Licença Prévia, de Instalação e de Operação
9	3391/2023	Licença de Operação
10	20388/2018	Licença de Operação
11	8624/2021	Licença de Operação a Título Precário
12	719/2015	Licença de Operação
13	15441/2022	Licença de Operação
14	3257/2015	Licença de Operação
15	9104/2023	Licença Prévia e de Instalação
16	11719/2019	Licença de Operação

Tipo de Documento	Quantidade
Manifestação Técnica	12
Total	12

MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS DEFERIDAS		
	PA	Tipo de Documento
1	10272/2023	Manifestação Técnica
2	10145/2023	Manifestação Técnica
3	10459/2023	Manifestação Técnica
4	68/2024	Manifestação Técnica
5	347/2024	Manifestação Técnica
6	832/2024	Manifestação Técnica
7	906/2024	Manifestação Técnica
8	458/2024	Manifestação Técnica
9	1137/2024	Manifestação Técnica
10	1538/2024	Manifestação Técnica
11	2224/2024	Manifestação Técnica
12	2635/2024	Manifestação Técnica

Tipo de Documento		
Autorização Ambiental	9	
Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental		
Total		



AUTOF	AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS E DECLARAÇÕES DE CUMPRIMENTO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (DCCA) DEFERIDAS		
	PA	Tipo de Documento	
1	7450/2023	Autorização Ambiental	
2	7514/2023	Autorização Ambiental	
3	20566/2018	Autorização Ambiental	
4	20566/2018	Autorização Ambiental	
5	10858/2021	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
6	2779/2021	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
7	37/2021	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
8	12875/2021	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
9	3509/2023	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
10	10858/2021	Autorização Ambiental	
11	11577/2020	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
12	13292/2022	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
13	7744/2023	Autorização Ambiental	
14	2096/2024	Autorização Ambiental	
15	53/2024	Autorização Ambiental	
16	20566/2018	Autorização Ambiental	
17	9319/2017	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	
18	9456/2022	Declaração de Cumprimento da Compensação Ambiental	

CERTIFICADOS DE DISPENSA DE LICENÇA		
PA Tipo de Documento		
9075/2023	Certificado de Dispensa de Licença	

Tipo de Documento	Quantidade
Informação Técnica	15
Total	15

	INFORMAÇÕES TÉCNICAS		
	PA	Tipo de Documento	
1	10072/2023	Informação Técnica	
2	10139/2023	Informação Técnica	
3	10189/2023	Informação Técnica	
4	10558/2023	Informação Técnica	
5	363/2024	Informação Técnica	
6	10566/2023	Informação Técnica	
7	552/2024	Informação Técnica	
8	9949/2023	Informação Técnica	
9	10621/2023	Informação Técnica	
10	435/2024	Informação Técnica	
11	616/2024	Informação Técnica	
12	1523/2024	Informação Técnica	
13	9551/2023	Informação Técnica	
14	10590/2023	Informação Técnica	
15	2976/2024	Informação Técnica	

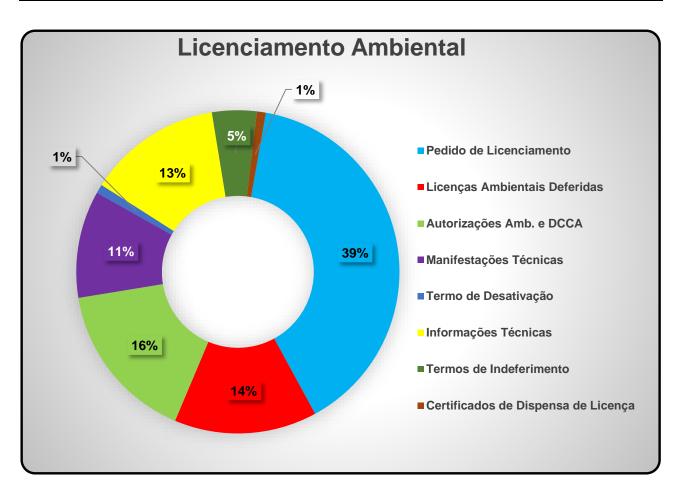


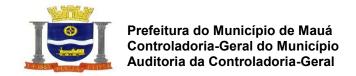
Prefeitura do Município de Mauá Controladoria-Geral do Município Auditoria da Controladoria-Geral

Tipo de Documento	Quantidade
Termo de Indeferimento	5
Total	5

TERMOS DE INDEFERIMENTO		
PA Tipo de Documento		Tipo de Documento
1	10145/2023	Termo de Indeferimento
2	3604/2023	Termo de Indeferimento
3	6206/2023	Termo de Indeferimento
4	7078/2023	Termo de Indeferimento
5	8954/2023	Termo de Indeferimento

TERMOS DE DESATIVAÇÃO		
PA	Tipo de Documento	
13869/2018	Termo de Desativação	





27.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A Controladoria-Geral, através de Relatório Quadrimestral da Auditoria, realiza o acompanhamento dos Licenciamentos Ambientais através de verificação, orientação e correção, por amostragem, com propositura de adoções de medidas administrativas para evitar que falhas formais ocorram.

Foi verificada a abertura de 44 processos de Licenciamento Ambiental no 1º Quadrimestre de 2024. Foram deferidos 16 pedidos, 15 com compensação ambiental; 8 solicitações foram indeferidas; 09 solicitações de manifestação técnica; 12 solicitações de informação técnica; e a emissão de 1 certificado de licença. Por amostragem, analisamos 4 processos e a Auditoria não identificou falhas possíveis de apontamento. São eles:

- 3274/2024 Licença Prévia, de Instalação e de Operação
- 9862/2014 Licença de Operação
- 832/2024 Manifestação Técnica
- 2976/2024 Informação Técnica
- 13869/2018 Termo de Desativação

28. TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS - EMENDA PIX

Emenda Constitucional 105, Art. 166-A e do e do art. 175-A, da Constituição do Estado de São Paulo, conhecida como Emenda "Pix", que autoriza a transferência de recursos Federais aos Estados, Distrito Federal e a Municípios, mediante emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Governo – Coordenadoria de Captação de Recurso, houve a utilização de emendas no 1º Quadrimestre de 2024 por parte da Secretaria de Esporte e Lazer (Comunicação Interna nº 261/2024 <u>doc. 85</u>) e pela Secretaria de Obras (Comunicação Interna 198/2024 <u>doc. 86</u>), conforme abaixo:

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

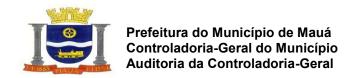
Emenda Parlamentar – 202239050004 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Código do plano de Ação – 090320252 – 016436;

Valor: R\$ 1.000.000,00 Saldo utilizado: R\$ 937.407,44

Contrato nº 092/2023 - Reforma da cobertura Ginásio Celso Daniel

Emenda Parlamentar – 202215680002 - GILBERTO NASCIMENTO



• Código do plano de Ação - 090320252 - 017055

Valor: R\$ 700.000,00 Saldo utilizado: R\$ 700.000,00

Contrato nº 092/2023 - Reforma da cobertura Ginásio Celso Daniel

Emenda Parlamentar – 202219970016 - VICENTINHO

Código do plano de Ação – 090320252 – 016660 -

Valor: R\$ 400.000,00 Saldo utilizado: R\$ 400.000,00

Contrato nº 092/2023 - Reforma da cobertura Ginásio Celso Daniel

SECRETARIA DE OBRAS

Emenda Parlamentar - 202319970003 - VICENTINHO

Código do plano de Ação – 09032023-033283

Valor: R\$ 1.250.000,00 Saldo utilizado: R\$ 764.873,57

Contrato nº 18/2024 - Reforma da Passarela Central

Contrato nº 020/2024 - Execução de duas pontes de pedestres no Córrego Corumbé -

Acesso pela Rua Guilherme Polydoro

28.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

A partir de análise documental e exame de registros em sistemas de informações, delibero pelas seguintes constatações:

No período compreendido entre janeiro e abril do presente exercício, foram executados o total de R\$ 2.802.281,01 provenientes das Emendas. Ambas secretarias prestaram contas dos valores executados, através da plataforma Transfere.Gov.

29. POLÍTICAS PÚBLICAS

- > Políticas Públicas da Secretaria de Saúde
 - ❖ Combate à Dengue

<u>Alertamos</u> sobre a necessidade de ações efetivas no enfrentamento à Dengue, em vista do aumento exponencial de casos em vários Estados. O infográfico disponibilizado pelo Ministério da Saúde - https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue/infografico-dengue.png lista algumas ações governamentais federais em relação ao enfrentamento e informações à sociedade.

A Auditoria da Controladoria-Geral solicitou à Secretaria de Saúde do Município informações a respeito das ações efetivas já adotadas e, através da CI nº 119/2024, fomos informados que o Município instituiu o Plano Municipal de Arboviroses, Dengue, Chikungunya e Zica, de acordo com o Decreto Municipal nº 9.261/2024 e disponível no Portal da Transparência da Prefeitura através do endereço eletrônico: https://www.maua.sp.gov.br/PortalTransparencia/Arboviroses.aspx.

Ainda, com base na Comunicação Interna nº 503/2024 – Secretaria de Saúde <u>doc. 87</u>, atualizamos as informações sobre os Dados de Arboviroses.

❖ Programas de Saúde

Através da Comunicação Interna nº 313/2024 – Coordenadoria de Atenção Básica, cientificamos sobre as Políticas Públicas da Secretaria de Saúde:

✓ Estratégia Saúde da Familia;

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Consultório na Rua;

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Ações Estratégicas — Saúde na Hora;

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Ações Estratégicas - Saúde Bucal;

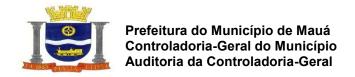
<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Ações Estratégicas - Consultório na Rua;

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Ações Estratégicas - Incentivo de Atividade Fisica;

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.



✓ Ações Estratégicas – e Multi;

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Agente Comunitário de Saúde (95% e 5%);

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Programa Informatiza APS;

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

✓ Apoio à Manutenção dos Pólos de Academia da Saúde

<u>https://egestorab.saude.gov.br/gestaoaps/relFinanciamentoParcela.xhtml</u>, acesso em 10/06/2024.

Além das iniciativas Ministério da Saúde, a Municipalidade efetivou as seguntes medidas:

- ✓ <u>Programa Viver Bem</u>: visa incentivar a população a adotar hábitos saudáveis, oferece aulas de ginástica aos usuários que passam por acompanhamento nas 23 Unidades Básicas de Saúde, beneficiando mais de 3 mil pessoas. As atividades são realizadas pela Secretaria de Saúde, de segunda à sexta feira, e são voltadas para adultos, idosos, gestantes e crianças, em grupos de 25 a 30 pessoas, em média. Incluem, além da prática de exercícios, ações voltadas para a reabilitação e a saúde mental e são acompanhadas por equipe multidisciplinar composta por educador físico, nutricionista, fisioterapeuta e psicóloga.
- ✓ <u>Cesta Básica</u>: enfrentamento da Tuberculose por meio do fornecimento de cesta básica durante 6 meses para todo paciente com diagnóstico de Tuberculose, desde que cumpra os critérios estabelecidos para o acompanhamento e tratamento adequado em adição ao tratamento padrão da doença.
- ✓ <u>Combate à Dengue:</u> fornecimento de repelentes para Gestantes e Agentes Comunitarios de Saúde, como estratégia de cuidado de prevençao da dengue.

✓ <u>Mãe Mauaense</u>: objetiva incentivar a adesão ao pré-natal na rede pública e são distribuídos kits de enxoval as gestantes atendidas na Rede de Atenção Primária. Este plano faz parte das ações de enfrentamento da mortalidade infantil. O kit contém dois macacões, dois bodies, dois culotes, manta, trocador, toalha de banho, dois pares de meias e bolsa térmica que são obtidos a partir do cumprimento de requisitos que estimulam a adesão ao pré-natal precoce, a saber: seis consultas de pré-natal, uma de saúde bucal, coleta de papanicolau, dois kits de exames e esquema vacinal completo, atendimento até 35 semanas de gestação e realização de exame de streptococcus.

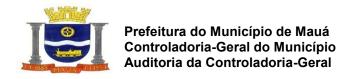
RESUMO DE ATIVIDADE PROGRAMATICAS - 01 A 04/2024		
PROGRAMA QUANTIDADE		
Viver Bem	+3.000 pessoas	
Cesta Básica - tuberculose	349 cestas	
Kit Mãe Mauaense	1.132 kits	
Combate à dengue	2.900 un.	

Coordenadoria de Atenção Especializada.

Através da Comunicação Interna nº 217/2024 a Coordenadoria de Atenção Básica, científica:

✓ Atenção Especializada – Atendimentos

CEMMA – Centro de Espacialidades Médicas de Mauá	Atendimentos
Cardiologia	1.924
Ofialmologista	344
Cirurgia vascular	1.320
Tisiologia	188
Endocrinologista	1.188
Ortopedia e Traumatologia	1.732
Urologista	539
Pneumologia	525
Otorrinolaringologia	185
Neurologia	371
Gastrologia	128
Reumatologista	172
Dermatologia	1.320
Total	9.499



CRS	Atendimentos
Médico Clinico	51
Médico Infectologista	529
Farmacêutico	1.329
Assistente Social	1.029
Psicólogo Clinico	733
Enfermeiro	829
Total	4.476

CER	Atendimentos
Fisioterapia	7.172
Fonoaudiologia	2.227
Assisténcia Social	334
Terapia Ocupacional	2.717
Neurologia	24
Ortopedia e Traumatologia	17
Acupuntura	35
Total	14.347

CRSMCA	Atendimentos
USG	7.172
Obstétrico/Morfológico	
Colposcopia/Biópsia	2.227
Ginecologia/Obstetrícia	1.837
Equipe	2.145
Multiprofissional	
Total	13.391

CAPS Infantojuvenil	Atendimentos
Psiquiatria	455
Psicologia	1.039
Assistência Social	556
Terapia Ocupacional	452
Cuidador em Saúde	665
Farmacêutico	83
Fonoaudiologia	51
Total	3.300

CAPS III Adulto	Atendimentos
Psiquiatria	2.015
Psicologia	1.801
Assistência Social	892
Terapia Ocupacional	320
Cuidador em Saúde	11.381
Farmacêutico	134
Total	3.300

CAPS Alcool e Drogas	Atendimentos	
Psiquiatria	500	
Psicologia	593	
Assistência Social	419	
Médico Clínico	325	
Terapia Ocupacional	0	
Cuidador em Saúde	3.820	
Farmacêutico	144	
Total	5.787	

- ✓ **Vigilâncias:** Ambiental, Epidemiológica, Sanitária, Zoonoses e CEREST perante a outras Gerências de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 299/2024 COVISA / Secretaria de Saúde, doc. 89;
- ✓ Rede de Atenção a Urgêcias RAU: conforme Comunicação Interna nº 206/2024 Coordenadoria de Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência / Secretaria de Saúde <u>doc. 88</u>.
 - > Políticas Públicas da Secretaria de Mobilidade Urbana

Através da Comunicação Interna nº 297/2024 <u>doc. 90</u>, cientificamos sobre as Políticas Públicas da Secretaria de Mobilidade Urbana.

- **❖** Programas:
- Operação do Sistema de Trânsito
- ✓ Ação: Requalificação Viária

Descrição: Construir ou reformar vias, pontes, viadutos e outros acessos para reduzir o trânsito e melhorar a mobilidade urbana.

✓ Ação: Implantação de Ciclovias

Descrição: Criar ciclovias para promover o uso seguro de bicicletas e melhorar a mobilidade urbana.

✓ Ação: Acessibilidade para Pedestres

Descrição: Prover calçadas com rampas acessíveis e pisos táteis para pessoas com deficiência, garantindo o direito à locomoção acessível.

Políticas Públicas da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

Cientificamos, através da Comuncação Interna nº 226/2024 <u>doc. 91</u>, sobre as Políticas Públicas desempenhadas.

❖ Programas:

- ✓ Programa de Alimentação escolar;
- ✓ Programa de distribuição de alimentos realizados pelo Banco de Alimentos às entidades filantrópicas cadastradas no município, que redistribui alimentos à população com vulnerabilidade social mapeada;
- ✓ Programa de refeições de baixo custo, *Restaurante Popular*, com refeições comercializadas a custo de R\$ 1,00 por refeição;
- ✓ Programa de refeições de baixo custo Restaurante Popular Móvel;
- ✓ Programa Cozinha Solidária que, com distribuição/doação de sopas, atendem o mesmo público-alvo das entidades cadastradas;
- ✓ Programa de distribuição de alimentos Café do Trabalhador.

Políticas Públicas da Secretaria de Proteção e Defesa Civil

Através da Comunicação Interna nº 487/2024 <u>doc. 92</u>, cientificamos sobre as Políticas Públicas da Secretaria de Proteção e Defesa Civil.

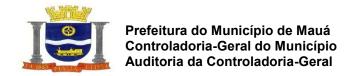
❖ Programas:

✓ Plano Municipal de Redução de Riscos de Desastres de Mauá – PMRRD em parceria com a Universidade Federal do ABC e o Governo Federal – Ministério das Cidades.

Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

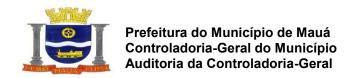
Inteiramos, através da CI nº 44/2024 <u>doc. 93</u> sobre os Programas Governamentais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

- ❖ Programas:
- ✓ Desevolve Mauá
- ▶ Fórum Mauá 2023-2033 A década da transformação: O Fórum Mauá 2023-2033 "A Década da Transformação", é um marco para a cidade com ações que contribuem para a evolução coletiva do processo de Desenvolvimento Econômico Sustentável, com inclusão social e geração de renda do município de Mauá e região do ABC Paulista. O projeto compreende a exposições de temas relevantes a gestão pública como: economia, política, educação, saúde e desenvolvimento socioeconômico, envolvendo todos os atores da sociedade, empresários, acadêmicos, especialistas, estudantes, servidores, sociedade civil, formadores de opinião, parlamentares, gestores públicos e convidados, visa buscar o panorama atual da cidade de Mauá e as perspectivas para os próximos 10 anos, com um ciclo de palestras e debates que vai identificar iniciativas de desenvolvimento para a cidade, de acordo com a perspectiva da políticanacional, nos eixos Econômico, Social, Ambiental e Governança. O primeiro encontro foi realizado em 22 de agosto e contou com a presença do presidente em exercício, na época, Geraldo Alckmin. O segundo foi em 05 de outubro e teve a participação da coordenadora do Programa Cidades Sustentáveis, Zuleica Goulart, no dia 17 de novembro a presença do Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho e no dia 14 de dezembro com a presença de Márcio França - Ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O panorama atual da cidade e o conteúdo de todas as palestras e debates foram catalogados, analisados e elaborados durante os meses de janeiro a março.
- ▶ <u>Prêmio Empresa Solidária 2023:</u> A premiação é uma homenagem e reconhecimento concedido pelo Fundo de Solidariedade de Mauá, com parcerias de outras Secretarias, e tem o objetivo de reconhecer a todas as empresas que contribuíram para a realização de ações solidárias



por meio de doações ao município, ao longo do ano de 2023, a premiação permitiu evidenciar o envolvimento contínuo das empresas e constitui uma forma de motivar outras entidades a participarem também dos projetos, cujo objetivo é promover o bem comum, permitindo ainda às empresas a compartilharem conhecimento e experiências entre si, abrindo assim caminho para futuras parcerias. O evento aconteceu em 26 de março de 2024 no Teatro Municipal, mas foi organizado pela equipe desde o início de março, por meio de articulações, reuniões e visitas às empresas.

- ▶ APL de Cosméticos Arranjo Produtivo Local: É uma política pública para apoiar as empresas de cosméticos de Mauá. A nossa missão é conectar os atores econômicos para a sustentabilidade e competitividade frente aos desafios empresariais. A Secretaria visa escutar as necessidades e sugestões das empresas que estão dentro da cadeia produtiva, para buscar estratégias e soluções no mercado interno e externo, e com o êxito do setor produtivo é possível buscar ações de investimentos e financiamentos para o desenvolvimento local, atraindo mais empresas e gerando mais emprego na cidade. Os encontros com os empresários do setor de Cosméticos da cidade de Mauá, são realizados em parcerias com instituições de apoio ao desenvolvimento, Agência de Desenvolvimento Econômico, Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Sebrae Regional, Ciesp de Santo André, Fatec, Etec e Senai de Mauá. último encontro foi realizado no dia: 20/02/24 na CDL de Mauá (Câmara de dirigentes lojistas) com a pauta: participação em eventos e feiras, e elaboração do Estatuto e Regimento interno. Para que o evento seja realizado com sucesso é organizado pela equipe previamente desde o início do mês, com reuniões e visitas às empresas e instituições.
- ▶ <u>Projeto Novos Olhares</u>: Ações realizadas por meio de parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Educação e Saúde e Empresas (Pessoal Saúde e Rotary Clube de Mauá). Tem perspectiva de proporcionar um "novo olhar" aos menos favorecidos, com a promoção de consultas oftalmológicas e confecção de óculos de grau de forma gratuita. As ações foram realizadas no período de janeiro a março/24;
- ▶ <u>VRE Via Rápida Empresas:</u> É um sistema integrado entre o governo do estado de São Paulo e governo federal chamado REDESIM Nacional, funciona de forma contínua, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico gerencia o programa dentro do Município de Mauá, dando suporte e orientações as empresas.O sistema permite integração de dados da consulta e viabilidade locacional, registro, inscrições e licenciamento da empresa, permite também a integração das informações com a Receita Federal, Corpo de Bombeiros, CETESB, entre outros responsáveis pelo processo de registro e localização das empresas dentro do Estado de São Paulo, tem como principal objetivo,



facilitar a abertura e regularização de pessoas jurídicas a diversos órgãos e entidades de diversos âmbitos.

✓ Turismo

▶ <u>MIT – Município de Interesse Turístico</u>: Ações pertinentes a aquisição do MIT para o município de Mauá, foi realizado a revisão do Plano Diretor de Turismo, e devidos encaminhamentos para aprovação da Câmara de Mauá e comissão de avaliação (Governo Federal), atualizações do SISMAPA (sistema responsável por mapear as regiões turística da cidade) e continuidade das atividades do Conselho de Turismo de Mauá.

Políticas Públicas da Secretaria de Assuntos Jurídicos

Cientificamos sobre as Politicas Públicas efetivas dessa pasta jurídica, através da Comunicação Interna nº 55/2024 <u>doc. 94</u>.

Programas:

✓ Procon Mauá

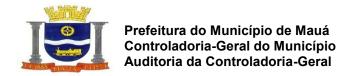
▶ Promover e implementar ações de educação, proteção e defesa do consumidor: orientar e harmonizar os interesses dos participantes das relações de consumo. As metas e programas a serem alcançados pelo Procon Mauá devem obedecer as diretrizes estabelecidas pela Fundação Procon de São Paulo e cabe à Secretaria de Assuntos Juridicos a responsabilidade de prover o suporte administrativo e financeiro necessário para a manutenção e continuidade da prestação desses serviços essenciais aos munícipes.

Políticas Públicas da Secretaria de Assistência Social

Com base na Comunicação Interna nº 079/2024 <u>doc. 95</u>, informamos sobre as Politicas Públicas da Secretaria de Assistência Social.

❖ Programas:

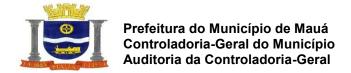
▶ <u>CRAS - Centro de Referéncia de Assisténcia Social</u>: E um espaço público criado com o objetivo de atender os municipes próximo às suas casas. Dada sua localizacao nos territorios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS (Sistema Unico de Assisténcia Social), ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande namero de familias a rede de proteção socioassistencial da Politica de Assisténcia Social. Trabalha-se com a prevenção de situações de exclusão e vulnerabilidade social, como a pobreza extrema, por exemplo. Oferecendo programas,



projetos, servicos e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. No CRAS também é ofertado o PAIF, que no trabalho social com familias, com a finalidade de fortalecer a função protetora das mesmas, prevenir a quebra das suas relacoes e promover seu acesso a direitos como: Superacao de situações de precariedade social; Melhoria na qualidade de vida dos municipes; Promoção da autossuficiéncia das familias e comunidades; Insercao das familias na rede de proteção social através de outros servicos, programas, projetos e benefícios (Bolsa Familia, BPC, programas de transferência de renda); Promoção de espaços coletivos onde há troca de experiências. O PAIF e destinado às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, priorizando aquelas que não tem acesso aos direitos básicos, como educação e saúde, não possuem núcleo familiar e comunitário local, estão em moradia precária ou são retiradas de seu território original, estão sofrendo discriminação racial, cultural, de gênero, entre outros, vivem em áreas de extrema violência, estão com dificuldade em prover o sustento dos membros familiares, possuem crianças ou adolescentes que ficam sozinhos em casa ou na rua;

▶ CREAS - Centro de Referéncia Especializado de Assisténcia Social: Trata-se de uma unidade municipal onde atuam psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais que ofertam serviços de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos que vivenciaram situações de violação de direitos. Indivíduo ou algum membro da família que vivenciou ou presenciou discriminação pela raça/etnia ou orientação sexual, situações de Trabalho Infantil (PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), situações de violência, abandono ou negligência com crianças, adolescentes e/ou pessoas adultas, principalmente com dependência do apoio de cuidadores, como idosos ou com deficiência, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Ainda no âmbito do CREAS, também é ofertado o PAEFI - Servico de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos responsáveis pela execução que tem o objetivo de empoderar o indivíduo através de ações de apoio, orientação e acompanhamento as famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameça ou violação de direitos como: negligência, abandono, trabalho infantil, violência doméstica, física, psicológica, sexual, abuso financeiro, entre outros; para que ele possa sair dessa situação, reconstruindo e fortalecendo seus vínculos afetivos e comunitários;

▶ <u>Service Especializado em Abordagem Social:</u> É um serviço realizado por uma equipe de educadores sociais que identifica famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos como trabalho infantil, exploração sexual de criancas e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de drogas, entre outros;



► Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de

Rua: É uma unidade municipal onde atuam psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais que ofertam serviços de apoio, orientação e acompanhamento para pessoas adultas, idosas e famílias que utilizam as ruas como espaco de moradia e/ou sobrevivência. No Centro POP, a pessoa pode realizar sua higiene pessoal (banho/uso digno de sanitarios), ter alimentação (café da manhã e almoço), e apoio para conseguir sua documentação civil. O Centro POP também é referência para pessoa enquanto endereço institucional e proporciona acesso a programas de transferência de renda, serviços e direitos;

- ▶ <u>Albergue Municipal</u>: Trata-se de um acolhimento para pessoas adultas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento que necessite de acolhimento noturno em caréter provisório;
- ► SAICA Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Crianças e Adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, inclusive com deficiência quando houver, afastados do convívio familiar por negligência, violências, abandono e vínculos rompidos, por determinacao do Poder Judiciário e/ou por requisição do Conselho Tutelar;
- ▶ <u>ILPI Servico de Acolhimento Institucional para Idosos</u>: Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência (grau I e II), conforme o parágrafo único do inciso 4° da Lei Federal 8.842/94. Idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que nao dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, através de avaliação da equipe técnica dos CREAS do Munícipio;
- Pesidéncia Inclusiva Service de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência: Acolhimento destinado a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. Em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar. Público alvo: Jovans e adultos com diferentes tipos de deficiência, de 18 a 59 anos, atraves de avallação da equipe técnica dos CREAS do Municipio. Os CONSELHOS desempenham suas atribuições enquanto mecanismos de controle, planejamento, implementação e fiscalização das políticas públicas em campos como a Educação,

Saúde, Assistência Social e as areas que envolvem Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Mulher, LGBTQIA+, dentre outros. A Secretaria de Assistência Social mantém em suas dependências a sede do Conselho Municipal de Assistência Social, bem como os seguintes Conselhos Municipais de Direitos: da Crianca e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social cmas@maua.sp.gov.br CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cmdca@maua.sp.gov.br - CMI — Conselho Municipal do Idoso cmi@maua.sp.gov.br CMPD Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência cmpd@maua.sp.gov.br CMDHC-LGBT - Conselho de Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais conselhos.maua@gmail.com.

Políticas Públicas da Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo

Conforme Comunicação Interna nº 157/2024 <u>doc. 96</u>, informamos sobre as Politicas Públicas da Secretaria de Trabalho, Renda e Empreendedorismo.

❖ Programas:

- ▶ <u>Programa Emprega Mauá</u>: instituído através da Lei Lunicipal n° 6.083/2023, os serviços ofertados são de intermediacao de mao de obra, orientação profissional, habilitação de seguro desemprego e orientação ao trabalhador. O programa Emprega Mauá contribui para o cumprimento do direito ao trabalho, à dignidade e à cidadania. O programa também está alinhado com o PPA nas ações 2530 e 2532.
- ▶ <u>Programa Qualifica Mauá:</u> instituído através da Lei Municipal n° 4.935/2014, o programa possui caráter social e educativo e visa ofertar qualificação profissional aos cidadãos, além de promover qualificação para os bolsistas do Programa Frente de Trabalho. O programa contribui para o cumprimento do direito ao trabalho, à dignidade, à cidadania e à educação na forma de qualificação para o mercado de trabalho. O programa também está alinhado com o PPA na ação 2528.
- ▶ Programa Mauá Empreendedora: instituído através da Lei Municipal n° 6.208/2024, o programa possui duas vertentes, sendo elas a vertente do empreendedorismo e a vertente da economia solidária. Na vertente do empreendedorismo as ações realizadas visam o incentivo a formalização, qualificação empreendedora, orientação para MEI's, ME's e EPP's através da parceria com o SEBRAE SP, acesso ao microcrédito através de parceria com o Banco do Povo Paulista e legalização do comércio ambulante através do programa Ambulante legal, amparado pela Lei n° 5227/2017 e suas alterações. Na vertente de economia solidária são desenvolvidas ações para

incentivo e acompanhamento de politicas de economia solidária que é uma forma de empreendedorismo voltado a autogestão e cooperação, promovendo o comércio justo, consciente e solidário. Além do cadastramento, acompanhamento e qualificação dos empreendedores solidários a Secretaria oferece locais para comercialização através de lanchonetes solidárias e feiras de artesanato. O programa contribui para o cumprimento do direito ao trabalho, a dignidade e a cidadania. O programa também está alinhado com o PPA nas ações 2534 e 2532.

▶ <u>Ações realizadas ou a realizar:</u> No intuito de atender um número maior de munícipes, a Secretaria desenvolve ações complemantares ou dedicadas como o Feirão de Emprego, pertecende ao Programa Emprega Mauá, a qual realiza-se anualmente e tem como finalidade possibilitar a aproximação do empreegador e do trabalhador durante o início de processo de contratação (procura de canditado e vaga de emprego).

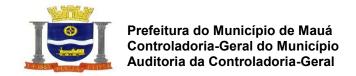
- √ 2022 https://www.maua.sp.gov.br/Not.aspx?noticialD=7899;
- ✓ 2023 Prefeitura do Municipio de Maua Noticia (maua.sp.qov.br) Prefeitura do Municipio de Mauá Noticia (maua.sp.gov.br.br);
 - ✓ 2024 https://www.instagram.com/p/C6rgz4kC5Fw/?igsh=cW1gM3BrZXp2cDVk.

Nesse mesmo ensejo, a Secretaria realiza eventos voltados aos Departamentos de Pessoal com o intuito de sensibilizar em relação aos serviços disponibilizados pela Secretaria voltados a auxiliar os empregadores locais e a importância da coloboração desses para a municipalidade.

- ✓ 2022 Prefeitura do Municipio de Maué Noticia (maua.sp.gov.br);
- ✓ 2023 Atenção gestores, gerentes e... Prefeitura de Maué | Facebook.

E para ajudar na divulgações do serviços disponibilizados, a Secretaria utiliza-se dos Canais de "Whatsapp" para divulgar vagas de qualificação e oportunidades de emprego.

- ✓ Canal de emprego: https://whatsapp.com/channel/0029Va6YUXDOQear7h25YK1M;
- ✓ Canal de qualificação: https://whatsapp.com/channel/0029VaCM76s2Q2FeDT44;
- ✓ Página de Cursos: Qualifica Mauá (<u>maua.sp.gov.br</u>).



> Políticas Públicas da Secretaria de Planejamento Urbano

De acordo com a Comunicação Interna nº 171/2024 <u>doc. 97</u>, cientificamos sobre as Politicas Públicas da Secretaria de Planjamento Urbano.

❖ Programas:

► Gestão Moderna e Eficiente

Objetivo: modernizar e manter o funcionamento pleno da administração, provendo os meios necessários ao atendimento das demandas da população de forma ágil e eficiente;

► Atualiza Maua

Objetivo: revisar e atualizar os instrumentos legais para o desenvolvimento urbano e gestão da política pública;

► Maua na palma da mão

Objetivo: desburocratização, transparência e agilidade no atendimento às solicitaçoes da população à Secretaria;

► Reorganiza Mauá

Objetivo: atualizar as informações da base cartográfica do município em formato digital, visando a produção de informações e dados para melhor planejamento das políticas públicas de desenvolvimento urbano e ambiental.

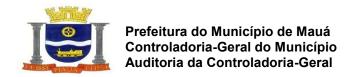
Políticas Públicas da Secretaria de Obras

De acordo com a Comunicação Interna nº 179/2024 <u>doc. 98</u>, cientificamos sobre os Programas Governamentais da Secretaria de Obras.

❖ Programas:

► 1. Transporte/Pavimentagdo/Locomoção

<u>Terminal Itapeva</u> (reforma e requalificação); Av. Alberto Soares Sampaio – Recapeamento; Av. Humberto de Alencar Castelo Branco – recapeamento; Av. Benedita Franca da Veiga; Avenida Capitão João; Avenida João Ramalho; Estrada do Carneiro e Nossa Senhora do Pilar e Rua Adolpho da Siva trechos em terra com (pavimentação em intertravado); Rua Vicente Ferreira - (trecho em terra com contenção e pavimentação asfáltica); Eixo Zaira Santa Cecília: Trecho 1 entre a UPA Zaira e Rua Rodolpho Passim - (trecho em terra com contenção e pavimentação asfáltica), Trecho 2 - entre



UPA Magini e Rua José Madeo (em execução; Ruas da Vila Guarani (recapeamento); Ruas do Jardim Zaíra (recapeamento); Ruas da Vila Falchi (recapeamento); Ruas do Paranavaí (recapeamento); Passarela Central (reforma); 2 Pontes de pedestre do Córrego Corumbé (construção);

► Saúde

UBS São Jodo (construgdo da nova unidade); UBS Santista (reforma e ampliagdo); UBS Parque São Vicente (reforma e ampliagdo); UBS Carlina (reforma);

► Educação

Escola Nova Mauá (construção); Escola Maria Wanny (construção);

► Esporte

Ginasio Celso Daniel (reforma da cobertura e piso da quadra); Ginasio Poliesportivo Zaíra (execugdo de obras de novo ginasio para 1.440 pessoas); Quadras Laranjeiras, Pajussara, Santa Cecilia, Vila Assis, Elio Bernardes - Campo da Vila Assis;

► Cultura

Casa Afro Brasil (em construção);

► Atividade Econômica

Centro de Economia Solidaria (Reforma em execução);

► Águas Pluviais em Áreas Econômicas

Drenagem Jodo Ramalho/CPTM - obra de drenagem em execugdo sob a Faixa da CPTM/MRS para ampliação da capacidade de drenagem passando de 22 m3/segundo para 50 m3/segundo - Execução de contenções muros 2, 8 e 10 do Eixo Zaira Santa Cecília.

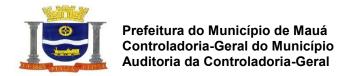
Políticas Públicas da Secretaria de Habitação

Inteiramos, com base na Comunicação Interna nº 183/2024 <u>doc. 99</u>, sobre as Politicas Públicas da Secretaria de Habitação.

❖ Programas:

► Regularização Fundiária

O processo de Regularização Fundiária está em andamento no Municipio de Mauá por meio do Programa Cidade Legal, abrangendo várias áreas, com 365 matriculas atualmente em fase de titulação no cartório. Além disso, no bairro Cerqueira Leite, o Programa de Aceleração do



Crescimento (PAC) está em processo de regularização de 464 matriculas, totalizando 829 imóveis regularizados;

► Intervenção em Favelas

Intervenção em Núcleos - Realizado o levantamento Topográfico nos bairros: Chafick e no Pajussara;

► Urbanização Sustentável

<u>Trabalho Social</u> - O cadastro social no Chafick foi concluído através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), enquanto o cadastro social no núcleo Pajussara esta em fase final de conclusão;

<u>Bolsa Aluguel</u> - Atendimento provisório de 400 familias removidas de areas de intervenções Municipais;

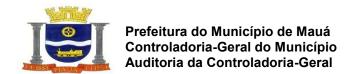
<u>Controle de Áreas Públicas</u> - O controle de invasões em areas está em andamento, com medidas de coibição e monitoramento contínuo, contando com a colaboração de diversas Secretarias, como Defesa Civil, GCM, Secretaria de Serviços Urbanos, Assistência Social, entre outras.

Políticas Públicas da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres

De acordo com a Comunicação Interna nº 184/2024 <u>doc. 100</u>, informamos sobre os Programas Governamentais da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

❖ Programas:

- ► <u>SUAMM Sistema Único de Atenção à Mulher de Mauá:</u> implementado pela Secretaria de Politicas Públicas para as Mulheres, que prioriza como tática de enfrentamento da violéncia, a integração e transversalidade dos servicos públicos, através da implantação da Rede Protetiva Viva Maria. O SUAM está organizado em três níveis de complexidade de servicos, garantindo à população os direitos previstos na Constituição Federal;
- ► <u>Atenção Básica</u>: programas, acões e atividades para a prevenção da violência contra as mulheres e a BUSCA ATIVA de mulheres em situação de violéncia na Cidade integrada pelo CRAM Centro de Referência em Atenção à Muiher;



- ► <u>Atenção Especializada</u>: programas, ações e atividades de INTERVENÇÃO que apoiam a mulher que esteja em situação de violação de seus direitos, em especial encontra-se em situação de violência, seja física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral integrada pelo VIVA MARIA Centro de Referência no Atendimento à Mulher em situação de violência, criado pela Lei 5793/2021;
- ▶ <u>Rede Protetiva VIVA MARIA</u>: pactuada pela Resolução Conjunta 001/12021, que é integrada por órgãos municipais regionais, estaduais e federais;
- ▶ Avanços nas Políticas de Proteção às Mulheres: Neste Quadrimestre avançamos em quantidade e qualidade na sensibilização e capacitacao no âmbito público e privado, contribuindo para a desconstrução de padrões sexistas/ machistas e combatendo assim a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres. Foram 63 atividades com alcance de um público de 4.374 pessoas. Desenvolvemos oficinas socioeducativas e acolhimento junto as mulheres facilitando o acesso a informações sobre seus direitos humanos e sociais, acesso aos serviços públicos, processos decisórios, a identificação e ao rompimento do ciclo da violência. Realizamos ações intersetoriais de promoção e prevenção com o objetivo de sensibilizar as equipes de profissionais, das diversas secretarias, para o reconhecimento da violência e atuação com integralidade e humanização nos atendimentos, capacitando os agentes sociais. Implementamos campanhas de apoio a ações educativas permanentes, bem como a parceria com a secretaria de governo para a elaboração de materiais gráficos, digitais e audiovisuais para de sinalização de informações sobre a violência e respectivas formas de enfrentamento;
- ▶ <u>VIVA MARIA Centro de Referência no Atendimento à Mulher em situação de violência</u>: neste Quadrimestre foram atendidos 345 mulheres com a oferta de serviços socioassistenciais, com intervenção e suporte às mulheres em situação de violação de seus direitos humanos, com ação de acolhimento e orientações a mulher, diagnósticos preliminares e aprofundados para o atendimento realizado pela equipe técnica. Ampliamos o monitoramento do atendimento e encerramento do mesmo conquistando a superação da violência, o fortaleoimento emocional e as condições sociais favoráveis para a Mulher se reorganizar em sua Vida;</u>
- ▶ <u>Patrulha Maria da Penha</u>: integrada pela guarda municipal e policia militar do Estado de São Paulo, realizamos 84 ações no que tange ao resguardo e integridade física e seguranca da mulher em situação de violência, encaminhamento às unidades de pronto atendimento, condução das mulheres para abertura de inquérito, condução da mulher e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houve risco de vida a ela ou aos seus dependentes, bem como

acompanhamento para retirada de seus pertences de seu domicílio em segurança. Várias mulheres conseguiram reconstruir suas vidas com o suporte oferecido;

- ► <u>Casas Abrigos Regionais</u>: 05 mulheres foram encaminhadas, com seus filhos, que estavam vivenciando risco extremo, enquanto reúnem condições para retomar a normalidade de suas vidas. Dessas mulheres enviadas, 03 ja conquistaram sua independência e autonomia;
- ▶ <u>Gerência de Rede</u>: tem como responsabilidade garantir que a rede de serviços oportunize melhores condições para esta mulher assistida, facilitando a comunicação entre os diversos servços públicos ou privados, elaborar protocolos padronizados assegurando uma resposta eficaz e coordenada às mulheres vítimas de violência alinhando-se com a gerência do CRAM e do VIVA MARIA. Essas ações demonstram que o trabalho intersetorial também merece destaque, pois reconhece que a violência contra as mulheres é um problema que transcende as fronteiras de uma única area de atuação. A colaboração entre diferentes setores do governo e da sociedade civil é essencial para garantir uma resposta eficaz e coordenada.

Políticas Públicas da Secretaria de Cultura

Conforme a Comunicação Interna nº 192/2024 <u>doc. 101</u>, cientificamos os Programas Governamentais da Secretaria de Cultura.

❖ Programas:

► Eventos da Cultura – Teatro (Janeiro de 2024)

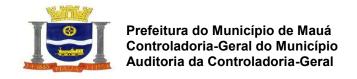
Evento	Público
Bruna Louise em Burnout	509
Show Olhos de Deus	36
Festival de Hip Hop	347
FEVIMA - Festival de Viola de Mauá	447
Prêmio Mérito Lojista	447
Miss Munícipio de Mauá e Miss Brasil Imprensa	157
Sarau da Palavra	24
Proac Donabá	287
Total	2.254

► Eventos da Cultura – Teatro (Fevereiro de 2024)

Evento	Público
Recruta Sacro 2024	447
Nany People em Tsunany	436
Reunião do Conselho Municipal de Cultura	31
Vozes do Mundo - Flashback Tribute	366
Lançamento do Livro "Mensageiro da Pandamia"	67
Reuniao da Secretaria Planejamento Urbano	80
Total	1.427

► Eventos da Cultura – Teatro (Março de 2024)

Evento	Público
Dona Sênia em "Eu nao digo é nada"	411
Pinacoteca de Mauá - 20 anos de Arte	217
Feshow - A Música e a Arte como Transformação Social	63
Clarear para a Juventude	228
Clarear para a Juventude	190
CMCM	21
Clarear para a Juventude	199
Atlvidade em Alusão ao dia Internacional das Mulheres	517
Oficina Esparramação e Espetáculo "Fim"?	68
Mauricio Dollenz em Coringa	134
Jorginho Neto Collective & Big Band	100
Arriegua – Espetáculo Musicado	517
Reencontro Final	4
Reencontro Final	12
Musical Infantil a Magia Acontece	377
Exposição, Lançamento Livro Manto da Transição e Roda de Conversa	23
Curtindo um Blues	5
Banda Ecologia Especial 41 Anos	189
0s Três Porquinhos	62
Premiação às Empresas Solidárias	100
LPG - Tira Dúvidas Prestação de Contas	34
LPG - Tira Dúvidas Prestação de Contas	24
Diogo Almeida Savana Pedagogica	1.476
Sarau da Palavra	37
Os Mequetrefes	535
Total	5.543



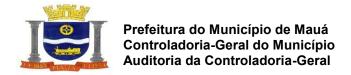
► Eventos da Cultura – Teatro (Abril de 2024)

Evento	Público
Solenidade de Colação de Grau	517
Comam 2024	189
Cronovisor - Histórias e Canções de Renato Russo	434
Lancamento do Livro Tragetória	206
Apresentacao de Dança Vamos ao Cinema	433
Emerson Ceará em Se Acalme	499
Clarear para a Juventude	231
Aniversario de 07 anos — do Grupo Tapete Voador	129
Alice no País Das Maravilhas	243
Mostra Finais das Oficinas Culturais	158
Giselle	205
Universo Mauá 2024	208
Palestra Influencer Hub	347
Edilson Santana Canta as Duas Tribos de Parentins em SP	52
Cine Sustentavel e Oficina Lúdica	100
Sarau da Palavra	57
Total	4.008

Políticas Públicas da Secretaria de Esportes e Lazer

Conforme a Comunicação Interna nº 234/2024 <u>doc. 102</u>, cientificamos sobre as Politicas Públicas da Secretaria de Esporte e Lazer.

- ❖ Programas:
- ▶ Ginástica Geral;
- ▶ Vôlei Iniciação;
- ► Futebol de Salão e Futebol de Campo;
- ► Basquete Iniciação e Competição;
- ► Natação e Hidroginástica;
- ► Ginástica Rítmica Iniciação a Competição;
- ► Futebol de Campo Arbitragem;
- ► Futebol de Salão Arbitragem;
- ▶ Vôlei Competição;
- ► Judô e Jiu Jitsu Bloco 01;
- ► Boxe Bloco 03;
- ► Domingou Lazer para todos;
- ► Karatê;
- ▶ Defesa Pessoal Feminina;
- ► Atividade PCD:



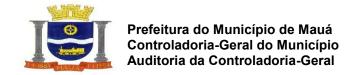
- ► Academia Melhor Idade;
- ▶ Judô;
- ► Tai Chi Chuan;
- ▶ Vôlei Adaptado 3ª Idade;
- ► Taekwondo;
- ► Kung Fu;
- ► Pilates;
- ▶ Boxe Chinês;
- ➤ Yoga;
- ► Jiu Jitsu;
- ▶ Ginástica;
- ▶ Capoeira;
- ► Ritmos;
- ► Futebol;
- ► Futsal.
- ▶ Acesso à População atividades relacionadas garantem acesso amplo e gratuito à população, contemplando todas as faixas etarias, respeitando os aspectos biológicos e morfológicos dos participantes, para desenvolver atividades complementares que promovam a formação integral do participante, com vistas à promoção de inclusão, de saúde, à preservação de valores morais e civismo além da conscientização de princípios socioeducativos.

> Políticas Públicas da Secretaria de Educação

Inteiramos, através da Comunicação Interna nº 811/2024 <u>doc. 104</u>, sobre as Politicas Públicas da Secretaria de Educação.

❖ Programas:

▶ <u>Ações Governamentais</u>: todos os serviços prestados possuem como referência a observação da legislagao especifica sobre educação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Estatuto da Criança e do Adolescente etc.), bem como o acato ao estabelecido na Constituição Federal de 1988, em especial o Capítulo III, da Seção I (artigos 205 a 214), dispositivos que tratam especificamente sobre o tema.



> Políticas Públicas da Secretaria de Meio Ambiente

Comunicamos, por meio da Comunicação Interna nº 432/2024 <u>doc. 103</u>, sobre as Politicas Públicas da Secretaria de Meio Ambiente.

❖ Programas:

- ► Elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental (em fase de finalização);
- ► Projeto Olhar Verde Trilhas Monitoradas nos Parques Municipais;
- ► Palestras de temas ambientais;
- ▶ Oficinas;
- ▶ Projeto Troca Verde;
- ► Mini Cursos:
- ▶ Monitoria no Jardim das Abelhas Nativas sem Ferrão no Parque Guapituba;
- ▶ Implantação, divulgação e orientaçoes sobre o Jardim Medicinal Relógio do Corpo humano:
 - ▶ Plantio de Árvores nas escolas Municipais e Estaduais.

29.1. RESULTADOS APURADOS PELA AUDITORIA

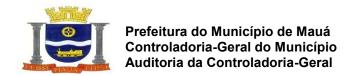
✓ Planejamento de Políticas Públicas

Alertamos Vossa Excelência sobre a necessidade de análise da qualidade da Gestão Pública ao longo do ciclo de gestão das Políticas Públicas, com especial atenção à sua formulação, execução, monitoramento e avaliação. Além de tais análises, deve a Administração Pública irrestrita obediência ao interesse público, à legititimidade, à legalidade, à motivação, à transparência pública, à eficácia, à eficiência e, como consequência, corroborar que as políticas públicas efetivadas decorrem da vontade popular, das reais demandas e necessidades da sociedade e que são viabilizadas sob o ponto de vista socioeconômico-ambiental.

30. IEGM

O Governo Municipal, no primeiro semestre de 2024, seguindo orientação da Controladoria-Geral, efetuou a contratação de uma Assessoria Técnica Especializada, por um período de 6 meses, com base no Processo Administrativo nº 50771/2023, sendo o objeto do contrato fornecer orientação, apoio e suporte técnico a todas as Secretarias Municipais, nas áreas temáticas que compõem o IEGM, com a finalidade de elevar tais índices.

A Auditoria encaminhou ao responsável pela empresa o Ofício nº 195.2023, solicitando informações sobre os métodos de trabalho adotados.



Todos os questionários foram devidamente respondidos e entregues em tempo hábil com anexação de evidências, seja por meio de compartilhamento de link ou arquivos.

31. PRESTAÇÃO DE CONTAS (CONTRATOS PPP, PERMISSIONÁRIAS, CONCESSIONÁRIAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS)

O período referente ao 1º Quadrimestre/2024 não compreende o período de análises e tratativas quanto a Prestação das Contas Públicas aplicáveis aos Contratos de Parceria Público Privada (PPP), Concessionárias e Permissionárias de serviços públicos.

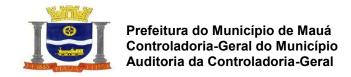
Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo parceiro contratado, em exame no Tribunal, deverá o Poder Público responsável pela assinatura do contrato encaminhar as Prestações de Contas, até o dia 30 (trinta) de junho do exercício subsequente (conforme arts. 105, 106 e 136 da Instrução 01/2020), sendo este período compreendido no 2º Quadrimestre/2024.

Saliento a importância do saneamento dos apontamentos contidos no presente Relatório de Auditoria – 1º Quadrimestre 2024, encartado no Processo Administrativo Municipal nº 2614/2024. As Secretarias Municipais atinentes aos respectivos apontamentos foram notificadas para apresentação de respostas.

É o que me competia externar, colocando-me à disposição para ulteriores explicações.

Elias Almeida da Silva Assistente de Gabinete da Controladoria-Geral Controladoria-Geral do Município

Gislayne Clélia dos Santos Costa Auditora-Interina da Controladoria-Geral Controladoria-Geral do Município



Com base no Relatório elaborado pela Auditoria da Controladoria-Geral do Município, referente 1º Quadrimestre de 2024, providenciarei, junto às Secretarias Municipais, as devidas providências.

Adriano Paciente Gonçalves Controlador-Geral Controladoria-Geral do Município